



**LUTAS EM MEMÓRIA: A LUTA PELA 'TERRA' REFORÇADA PELA
LUTA EM DEFESA DOS 'TERRITÓRIOS' QUILOMBOLAS**

**ANICETO ARAÚJO PEREIRA
DORINETE SEREJO MORAIS
MARCOS ANTÔNIO PINHO DINIZ
SAMUEL ARAÚJO MORAIS**



© PNCSA, 2016

Editor

Alfredo Wagner Berno de Almeida
UEA, pesquisador CNPq

Organizadores:

Cynthia Carvalho Martins,
Patrícia Maria Portela Nunes
Alfredo Wagner Berno de Almeida

Transcrição

Tacilvan Silva Alves
Cristina da Costa Bezerra,
Elson Gomes,
Clíciane França,
Jhullieny Silva Santos.

Fotografia

Patrícia Maria Portela Nunes
Tacilvan Silva Alves
Alfredo Wagner

Projeto gráfico e diagramação

Grace Stefany Coelho

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. PNCSA-PPG-CSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

Ficha Catalográfica

P434l Pereira, Aniceto Araújo et alii

Lutas em memória: a luta pela 'terra' reforçada pela luta em defesa dos 'territórios' quilombolas / Aniceto Araújo Pereira, Dorinete Serejo Morais, Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Morais; Cynthia Carvalho Martins, Patrícia Maria Portela Nunes org.; Alfredo Wagner Berno de Almeida, ed - Rio de Janeiro: Casa 8, 2016.

200 p.: il. color. ; 25 cm. (Narrativas quilombolas; n. 6)

ISBN 978-85-99274-44-6

1. Território. 2. Identidade. 3. Quilombolas. I. Morais, Doriene Serejo. II. Diniz, Marcos Antônio Pinho. III. Morais, Samuel Araújo. IV. Martins, Cynthia Carvalho. Org. V. Nunes, Patrícia Maria Portela, org. VI. Almeida, Alfredo Wagner Berno, ed. VII. Título. VIII. Série

UEA - Edifício Professor
Samuel Benchimol
Rua Leonardo Malcher, 1728
Centro
Cep.: 69.010-170
Manaus, AM

E-mails:
pncaa.uea@gmail.com
pnca.ufam@yahoo.com.br
www.novacartografiasocial.com
Fone: (92) 3878-4412
(92) 3232-8423

UEMA- Endereço: Largo
Cidade Universitária Paulo
VI, 3801 - Tirirical, São
Luis - MA, 65055-000
Telefone:(98) 3244-0915





Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas no
Brasil. PNCSA-PPGCSPA-UEMA/SEPPIR/PNND BRA13/020

Projeto Nova Cartografia Social das Comunidades Quilombolas do
Brasil. MCTI/CNPQ/Universal 14/2014/Processo 441482/2014-7

CONSELHO EDITORIAL

Otávio Velho - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Dina Picotti - Universidad Nacional de General Sarmiento, Argentina

Henri Acselrad - IPPUR-UFRJ, Brasil

Charles Hale - University of Texas at Austin, Estados Unidos

João Pacheco de Oliveira - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Rosa Elizabeth Acevedo Marin - NAEA/UFPA, Brasil

José Sérgio Leite Lopes - PPGAS-MN/UFRJ, Brasil

Aurélio Viana - Fundação Ford, Brasil

Sérgio Costa - LAI FU - Berlim, Alemanha

Alfredo Wagner Berno de Almeida - CESTU/UEA, Brasil



SUMÁRIO

Apresentação Coleção **9**

Alfredo Wagner Berno de Almeida

CAPÍTULO 1 – ‘LUTAS EM MEMÓRIA’ DOS DIRIGENTES SINDICAIS DO STTR DE ALCÂNTARA **19**

1.1 REUNIÃO PRELIMINAR PARA DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS DE PESQUISA **19**

1.2 ENTREVISTA COM ANTÔNIO MARCOS PINHO DINIZ, EM 19 DE JANEIRO DE 2016, NA “AGROVILA” PERU. **34**

1.3 Entrevista com o Sr. Samuel Araújo Moraes **70**

1.4 Entrevista com o Sr. Aniceto Cantanhêde, na comunidade Oitua. **96**

CAPÍTULO 2 – NARRATIVAS DE MAPAS: TERRITÓRIO ÉTNICO DE ALCÂNTARA **117**

CAPÍTULO 3 - EVENTOS, ACONTECIMENTOS E ARTICULAÇÕES **131**

3.1 O “Seminário de 99” e as conquistas referidas à defesa pelas territorialidades específicas. **137**

3.1.1 Excerto da Entrevista concedida pelo Sr. Samuel Araújo Moraes **138**

3.1.2 Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Marcos Antônio Diniz **140**

3.1.3 Excerto da Entrevista concedida pelo Sr. Aniceto Araújo Moraes **141**

3.2 Mobilizações e articulações contrárias à criação das chamadas “agrovilas”: entre reuniões, protestos, passeatas e barricadas **141**

3.2.1 – Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Samuel Araújo Moraes em 20 de janeiro de 2016 **142**

3.2.2 – Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Marcos Pinho Diniz em 19 de janeiro de 2016 **144**

3.2.3 – Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Aniceto Araújo Pereira em 20 de janeiro de 2016 **145**

3.3 Articulações para realização das chamadas audiências públicas e interlocuções



com instâncias do poder público ou com aqueles considerados “parceiros” do
STTR. **151**

Posfácio 155

ANEXOS





LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA- Associação Brasileira de Antropologia

AEB - Agência Espacial Brasileira

ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Cf. - Conforme

CLA - Centro de Lançamento de Alcântara

FCP - Fundação Cultural Palmares

FETAEMA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão

GPS - Global Position System (Sistema de Posicionamento Global)

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária

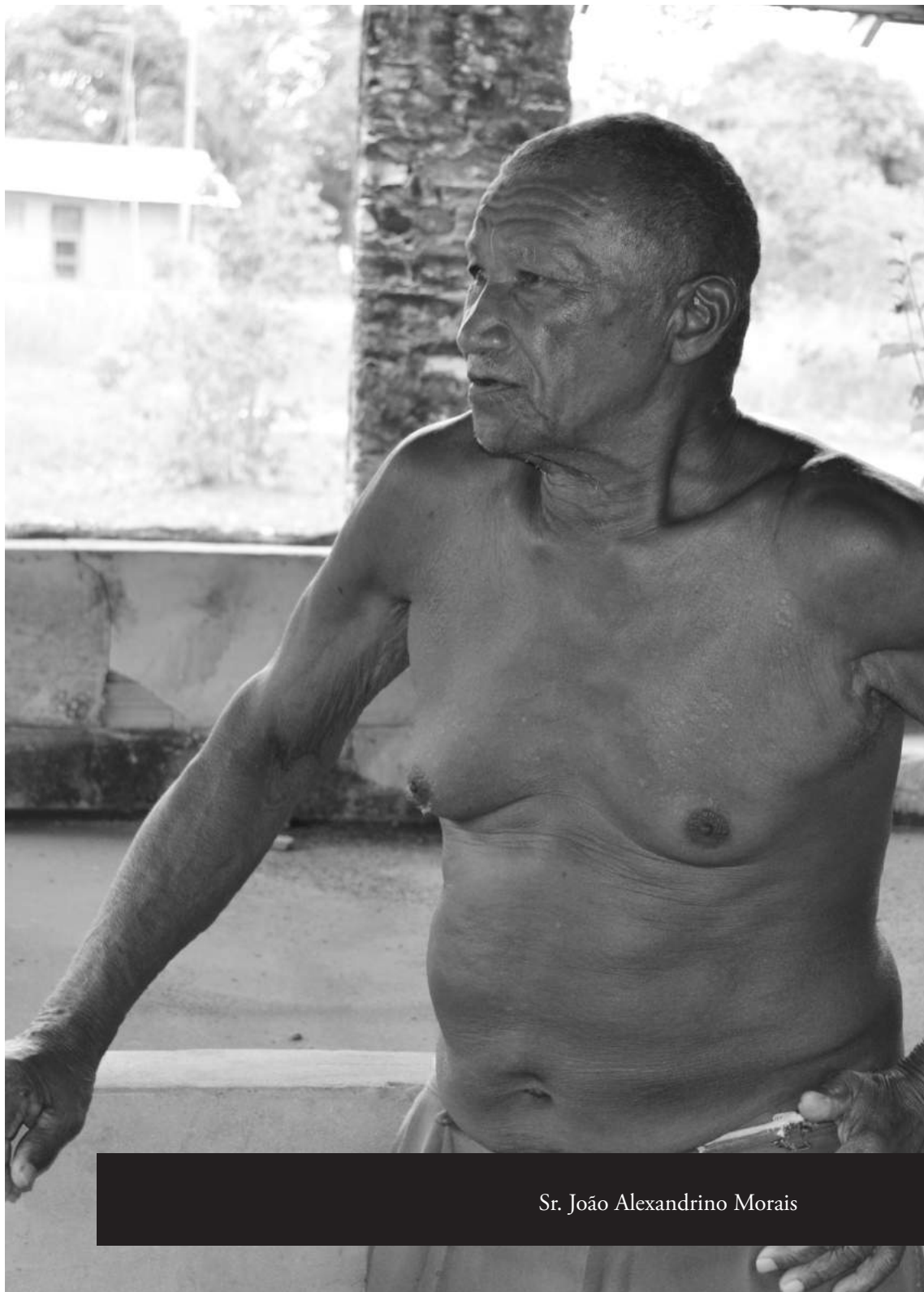
ITERMA - Instituto de Terras do Estado do Maranhão

MinC- Ministério da Cultura

MOMTRA - Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais

STTR - Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais





Sr. João Alexandrino Morais



APRESENTAÇÃO DAS COLEÇÕES: “NARRATIVAS QUILOMBOLAS” E “LUTA E RESISTENCIA QUILOMBOLAS”

Alfredo Wagner Berno de Almeida¹

As narrativas quilombolas, ora apresentadas, compreendem um esforço classificatório de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) e pesquisadores convidados no sentido de compor uma coleção de livros em que membros de diferentes unidades sociais, designadas como povos e comunidades tradicionais, descrevem eles mesmos suas próprias experiências de luta, em situações de conflito social, nas quais reivindicam seus direitos territoriais e suas expressões identitárias. Consistem em relatos, obtidos através de entrevistas realizadas com membros de comunidades quilombolas, que detêm critérios de competência e saber para descrever a trajetória daquela unidade social. Os trabalhos de mais de uma década dos pesquisadores do PNCSA em comunidades quilombolas facultaram condições de confiabilidade mútua para narrativas mais detidas e aprofundadas. Os pesquisadores lançaram mão de técnicas de observação direta, características da pesquisa etnográfica, e de recursos intrínsecos às histórias de vida, obtendo relatos que não só nos convidam a novas formas de pensar as relações políticas e os laços de solidariedade que fundamentam identidades coletivas, mas também a própria noção de política.

Os livros que compõem esta coleção se inscrevem, assim, num gênero literário peculiar, concernente às denominadas narrativas quilombolas, que privilegia o uso da palavra através da linguagem autorizada e direta dos agentes sociais assim designados, expressando condições de eficácia de um discurso ritual, que tanto propicia meios para uma leitura crítica dos significados de quilombo, quanto estabelece uma clivagem nas interpretações históricas a ele referidas. Tal gênero se distribui por pelo menos duas principais variantes, que buscaremos expor a seguir, objetivando esclarecer as fontes de autoridade

¹ Antropólogo. Professor visitante da UEA e pesquisador CNPq



da memória quilombola e suas transformações no tempo.

i) A mais conhecida destas variantes tornou-se consagrada com o trabalho de Barnet, **Biografia de un cimarrón**, publicado em 1966, em Cuba, pelo Instituto de Etnologia y Folclore. Barnet narra suas entrevistas com Esteban Montejo, 104 anos, escravo fugido nas montanhas da província de Las Villas. Esta vertente conheceu diferentes expressões, inclusive no Maranhão, no Pará e na Bahia, regiões de referencia de muitas outras narrativas. As abolições tardias em Cuba e no Brasil permitiram a obtenção de um tipo de informação sobre os quilombos praticamente impossível em outros países. Refiro-me aos trabalhos de pesquisa que focalizam autobiografias de quilombolas ou narrativas por eles próprios encetadas, independentemente dos interrogatórios de prisioneiros, no âmbito de inquéritos policiais ou de ações militares e repressivas destinadas a aprisionar quilombolas e a destruir os quilombos respectivos. Os quilombolas entrevistados, consoante este gênero biográfico, relatam como fugiram das grandes plantações e/ou dos engenhos, as perseguições de que foram vítimas e como era a vida cotidiana no quilombo em que se refugiaram.

ii) A outra variante concerne a agentes sociais que hoje se autodefinem quilombolas, sem qualquer referencia a “escravos fugidos”, cujas famílias resistiram e se mantiveram dentro dos domínios pretendidos pelas grandes plantações, e que narram, no tempo presente, a construção social de sua identidade coletiva, dialogando criticamente com a documentação histórica e com as classificações da sociedade colonial. Esta noção de quilombo contradita os códigos e dispositivos com fundamentos colonialistas, propiciando o advento de novos significados. Até a segunda metade do século XX os juristas que se dispunham a dissertar sobre os quilombos, vinculavam sua definição à própria questão doutrinária, isto é, ficavam amarrados, congelados, seja nos limites dos marcos conceituais das ordenaçõesmanuelinas e filipinas, seja naqueles da consulta do Conselho Ultramarino ao Rei de Portugal, em 1740. Esta referida consulta produziu uma definição explícita, que se cristalizou no pensamento jurídico, considerando como quilombo ou mocambo:

“toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles”.

Pode-se afirmar, em decorrência, que atravessamos o período colonial





com uma definição que perpassou igualmente o período imperial, com deslocamentos só de intensidade, e que chegou à situação republicana exatamente da mesma forma, da qual hoje nós acabamos também fazendo uso. A ênfase, consolidada inclusive nos dicionários, é sempre dirigida ao quilombola ou calhambola considerado como “escravo fugido” e localizado em regiões remotas e distantes das grandes plantações de cana de açúcar, café ou algodão. Os “fugitivos” e “distantes”, reeditam idealmente o isolamento, como se o quilombo ocorresse sempre fora dos limites das fazendas e consistisse numa “ilha remota” feita território mítico. Ora, segundo a ruptura aqui sublinhada houve escravo que não fugiu e que permaneceu autônomo dentro dos limites da grande propriedade monocultora e com atribuições diversas: houve aquele que sonhou em fugir e não conseguiu fazê-lo, houve aquele que fugiu e foi recapturado e houve esse que não pode fugir porque ajudou os outros a fugirem e o seu papel consistia em ficar. Todos eles, entretanto, se reportavam direta ou indiretamente aos quilombos, rompendo com o sentido estrito, dicionarizado, e abrangendo uma diversidade de situações sociais, inclusive aquelas relativas à compra de terras por parte de famílias de escravos alforriados ou a doações de terras recebidas de ordens religiosas e de sesmeiros.

É nesta segunda vertente que se pode classificar as narrativas ora contidas nos livros que compõem a coleção “Narrativas Quilombolas” de Ednaldo Padilha, “Cabeça”, de Camaputiua; de Dona Nice Machado Aires, da Enseada da Mata; do Sr. Leonardo dos Anjos, de Brito; de Dona Maria Amélia, do Rio Andirá, Barreirinhas; do Sr. Aniceto Araujo Pereira, de Oitiua; do Sr. Samuel Araujo, de Baixa Grande; do Sr. Teodoro Lalor de Lima, da Ilha de Marajó, e de Dorinete Serejo, de Canelatiua. cujas reivindicações de direitos territoriais quilombolas passam pelas ruínas das casas-grandes e de engenhos e pelas lutas das famílias que não fugiram e resistiram dentro dos limites destas fazendas, plantando suas roças, comercializando autonomamente sua produção e sobrevivendo à derrocada dos “senhores de escravos”. Os símbolos de apropriação foram historicamente deslocados. O sentimento de liberdade e as práticas econômicas livres para decidir onde, o que e como plantar, dentro dos próprios limites das grandes plantações, evidenciam uma situação de aquilombamento dos antigos engenhos. Em outras palavras os quilombos não se localizam necessariamente fora dos limites de sesmarias, de fazendas e de engenhos, localizando-se nas próprias terras pretendidas pelos “senhores





de engenhos”. Este deslocamento recoloca o sentido das narrativas quilombolas agora apresentadas, segundo um acordo tácito, a memória quilombola não se dissocia da memória dos engenhos e das fazendas. O poder de se apropriar das vantagens simbólicas associadas à posse das ruínas legitima o oposto simétrico das grandes plantações monocultoras baseadas no trabalho escravo, isto é, as comunidades remanescentes de quilombos, cuja forma de utilização da terra baseada em unidades familiares autônomas, livres e praticando um sistema de uso comum dos recursos naturais, inclusive dos campos, passa a articular os diversos povoados. Antes de serem um vestígio do passado ou uma forma de retorno a uma economia natural tais características passam a representar no presente uma perspectiva de futuro com liberdade, de decidir não apenas sobre o processo produtivo, mas também sobre seu destino. A posse efetiva das terras pelos remanescentes de quilombos, torna-as um marco distintivo da autonomia de seus povoados, porque representa a evidência de que os antigos engenhos e fazendas não tem mais condições de possibilidades de efetivamente existirem, ao mesmo tempo que comprova a eficácia na gestão dos recursos dos quilombolas que aí decidiram ficar. A forma esquelética do que foram as edificações elementares das fazendas, publicamente exposta e constatável por uma arqueologia de superfície, sem qualquer necessidade de escavação, concorre para atestar isso. Lado a lado com a vida cotidiana das comunidades, essas ossaturas dos engenhos e fazendas certificam o longo tempo de existência delas. A datação das ruínas dos engenhos e dos sobrados aqui equivale ao reconhecimento da “idade” das comunidades remanescentes de quilombos e consiste no correspondente ideal de sua certidão de nascimento. Nas próprias narrativas de Dona Nice, de “Cabeça” e do Sr. Samuel a identidade quilombola se afirma nesse processo de negação de seu antagonista histórico e as ruínas tornam-se auto-explicativas em face dos engenhos que não mais existem nos municípios de Alcântara, Viana, Cajari e Penalva. O aqilombamento das ruínas significa, nesse sentido, uma ruptura radical com a ideologia da tutela e com a conhecida oposição, senso comum erudito nos textos históricos, entre “casa grande X senzala”, ressaltando um processo de autonomia produtiva. Com a desagregação das fazendas as unidades familiares submetidas à escravidão ocuparam efetivamente as terras das grandes plantações e de maneira concomitante se apropriaram dos nomes da aristocracia agrária. Por exemplo, o engenho Gerijó, pertencia à família de Carlos Ribeiro, Barão de Grajaú. Presidente de Província e chefe do Partido





Liberal, no Maranhão, enquanto os engenhos Kadoz e Tramaúba pertenciam à família Viveiros, sendo o expoente desta família, o Barão de São Bento, dirigente do partido conservador na Província do Maranhão, um de seus filhos teria engravidado a escrava Pruquera e esta com o filho passa a adotar o nome Viveiros, assim como os demais escravos destes engenhos o adotavam. Havia uma norma da legislação colonial que não permitia aos “livres” contrair matrimônio com escravos, assim também não se cometia adultério com eles. Entretanto, o parentesco resultante do fruto desses intercursos sexuais torna-se uma expectativa de direito nas narrativas de entrevistados. A partir daí, apropriam-se do nome dos senhores, bem como de suas terras, que não foram vendidas porquanto era uma pré-condição para os políticos possuírem terras, mesmo que já não tivessem sobre elas o controle absoluto. A derrocada econômica fragilizou os mecanismos repressivos da força de trabalho e os escravos emergiram como unidades de trabalho familiar, um “protocampesinato escravo” como diria Sidney Mintz, convergindo para uma autonomia completa. Completando este processo emancipatório, na primeira geração pós-abolição, em Cajari, retiraram o nome do senhor de escravos de seus próprios nomes, substituíram o nome “Viveiros” por “Santos”, enquanto que em Alcântara mantiveram os nomes dos antigos senhores sem qualquer alteração, em ambas as situações com o controle efetivo das terras.

Os territórios quilombolas, não obstante reconhecidos e certificados pela Fundação Cultural Palmares, até hoje não foram titulados e permanecem intrusados por cercas eletrificadas e por rebanhos bovinos e bubalinos, que devastam os campos naturais da Baixada ou que destroem plantios de mandioca, e pela ação de grileiros que ameaçam de morte os líderes quilombolas. O assassinato de Genialdo dos Santos, irmão de “Cabeça”, em julho de 2012, em Cajari, por “pistoleiros ligados a grileiros”; o assassinato seguido da decapitação de Martinho Souza Aires Filho, filho mais velho de Dona Nice, em outubro de 2014, em Penalva, e o assassinato do Sr. Teodoro Lalor de Lima, a facadas pelas costas, em agosto de 2013, em Belém, logo após desembarcar no porto e se dirigir ao Ministério Público Federal, agravaram os conflitos sociais na região de Camaputua, em Penalva e na Ilha de Marajó, que permanecem sob clima de tensão permanente, denotando a tragicidade que envolve as narrativas ora apresentadas e os riscos que correm os que persistem defendendo a sua identidade quilombola.

Uma outra vertente desta segunda variante concerne a livros de autoria





de pesquisadores, seja historiadores, antropólogos, sociólogos ou bacharéis em direito, que focalizam as situações de conflito social que envolvem comunidades quilombolas. Trata-se de dois livros de autoria da historiadora Rosa Acevedo Marin e do antropólogo João Batista de Almeida Costa, concernentes a conflitos em Brejo dos Crioulos, Minas Gerais e Ilha do Marajó, Pará, que se apoiam em trabalhos de pesquisa contendo entrevistas com os próprios agentes sociais quilombolas. Esta coleção é denominada “Luta e resistência quilombolas”.

O convite à leitura dos seis títulos desta coleção passa, portanto, por estes componentes trágicos, que evidenciam a dubiedade dos atos de Estado, que procrastinam a titulação das terras quilombolas, expondo as comunidades à violência dos que visam usurpar suas terras e conspurcar seus direitos territoriais.





AGRADECIMENTOS

Acreditamos que a publicação do presente livro não teria sido possível se não fosse o empenho de todos aqueles que a ele se dedicaram. Agradecemos imensamente à calorosa recepção dos dirigentes sindicais e entrevistados que integram o conteúdo e a própria marca autoral ora apresentada ao público. Somos gratas especialmente a Dorinete Serejo Moraes por suas valiosas contribuições na realização das entrevistas, elaborando questionamentos que são possíveis apenas àqueles que compartilham cotidianamente de todos os acontecimentos vividos por aqueles atingidos pela Base militar, há mais de trinta anos, tanto quanto por deter um repertório de conhecimentos referidos aos saberes tradicionalmente transmitidos. Neta como é conhecida, criou as condições práticas para a viabilização dos pesquisadores em suas atividades de pesquisa, disponibilizando integralmente seu tempo na condução da equipe em cada uma das comunidades visitadas. Compreendemos que a relação de confiança dos agentes sociais entrevistados está relacionada à sua reputação construída ao longo de sua participação no próprio movimento. Agradecemos a Davi Pereira Júnior e Danilo da Conceição Serejo, pesquisadores das próprias comunidades quilombolas que tem atuado diretamente na defesa dos direitos e conflitos dos quilombolas e produzido academicamente sobre tais situações. Agradecemos igualmente ao empenho e rígida disciplina dos estudantes de graduação e mestrado, Cristina da Costa Bezerra e Tacilvan Silva Alves, respectivamente, por terem assumido, durante os dias da pesquisa de campo, a difícil tarefa de transcrever as entrevistas realizadas ao longo do dia. Agradecemos, ainda, àqueles alunos que distantes das atividades de campo receberam o material de pesquisa coletado e se dispuseram a realizar as transcrições: Jhullienny Silva Santos, Cliciane França e Elcio Gomes. Faltam-nos palavras certamente para agradecer aos senhores Samuel Araújo Moraes, nosso querido amigo e companheiro de muitos anos, cuja contribuição no período da realização da pesquisa que resultou no laudo





antropológico pode ser considerada como condição sine qua non da realização do trabalho de identificação das comunidades remanescentes de quilombos de Alcântara. Introduzindo o perito e sua equipe em cada uma das comunidades que reivindicavam, naquele contexto o reconhecimento como comunidade remanescente de quilombo nos termos do artigo 68 do ADCT, o senhor Samuel contribuiu significativamente com esse trabalho. Agradecemos ainda ao senhor Aniceto Araújo Pereira, com quem temos estabelecido um profícuo diálogo desde 2002, e ao senhor Marcos Antônio Pinho Diniz com quem também temos contado com suas valiosas interpretações sobre a atuação da Base nas chamadas agrovilas desde 2002, no contexto de realização de pesquisas de campo coetâneas à realização do trabalho de perícia realizada pelo professor Alfredo Wagner Berno de Almeida, por indicação da Associação Brasileira de Antropologia através de solicitação feita pelo Ministério Público Federal. Ressaltamos, a título de lembrança, que nossos entrevistados, os três últimos dirigentes sindicais que ocuparam o posto de presidentes do STTR de Alcântara, participaram ativamente das atividades de pesquisa referidas à elaboração do trabalho antropológico realizado pelo professor Alfredo Wagner, por essa mesma razão aproveitamos para manifestar nosso profundo agradecimento ao professor por ter criado as condições de possibilidade para o estabelecimento desses vínculos de pesquisa e de amizade com os agentes sociais que vivem cotidianamente as tensões e conflitos sociais produzidos com a implantação da Base de lançamento de foguetes em Alcântara, tanto quanto aproveitamos para manifestar que a qualidade das entrevistas realizadas guarda relação direta com o reconhecimento do trabalho do professor Alfredo em Alcântara, que tem início com a construção de sua própria trajetória de pesquisa e formação acadêmica no início da década de 1970. Agradecemos ainda a todos os dirigentes sindicais que participaram e contribuíram com o conteúdo desse livro: Nonato Silva, Vicente Amaral Rodrigues, Valdirene Ferreira Mendonça.

Agradecemos a todos os integrantes do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e as integrantes do Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Alcântara (MONTRA) por possibilitar a problematização das situações de conflito vivenciadas nos territórios étnicos de Alcântara enriquecendo os debates e a luta pela garantia dos direitos territoriais.

Finalmente não podemos deixar de manifestar tanto a satisfação que tive-





mos na realização do presente trabalho de pesquisa pela oportunidade de reencontrar pessoas muito queridas, quanto por consideramos que cada imersão em campo constitui-se numa instância de aprendizado muito intensa.

Cynthia Carvalho Martins

Patrícia Maria Portela Nunes





Oficina para discutir titulação, Alcantra 13/10/2007.





CAPITULO I

'LUTAS EM MEMÓRIA' DOS DIRIGENTES SINDICAIS DO STTR DE ALCÂNTARA

1.1 Reunião preliminar para definição dos procedimentos de pesquisa.

No dia 18/01/2016 os pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) realizaram, no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STR) uma reunião com agentes sociais representantes de formas organizativas de Alcântara para apresentar a proposta e discutir os pontos principais a serem incluídos no livro. Estiveram presentes os seguintes representantes: Antônio Marcos Pinho Diniz, atual presidente do STR de Alcântara; Dorinete Serejo Moraes (conhecida como Neta), Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MABE); Valdirene Ferreira Mendonça, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara e Vicente Amaral Rodrigues, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara. Essa conversa, dispõe de elementos referidos ao significado do livro para os trabalhadores rurais; a montagem do trabalho de condução da pesquisa, discutido com os representantes e ainda, os principais temas a serem abordados, referentes aos conflitos e mobilizações. Antes de ser uma entrevista de caráter formal, essa conversa se constituiu em um momento de traçar o planejamento e os procedimentos da pesquisa.

Todos os conflitos que a gente hoje presencia aqui em Alcântara tem um dedinho da Base. Isso depois de oitenta para cá, depois da implantação da Base, não deixa de não ter em todos os conflitos que vieram. (Antônio Marcos)

Antônio Marcos: Neta me ligou dizendo que vocês estavam vindo para cá e Aniceto também me ligou e nos falou e eu disse que isso é ótimo porque com toda essa luta do Sindicato e não se tem um livro contando a história do Sindicato de como foi fundado esse Sindicato. É difícil porque, você sabe, esses anos que se passaram, não foi fácil organizar esses arquivos, os





companheiros que passaram por aqui com atividades, sem quadro para fazer esse trabalho, agora as pastas estão organizadas. Às vezes as fotografias, as fotografias têm muitas, a gente vai ver as fotografias e vê que fizemos um esforço de reivindicar, reunir. Então esse livro que vai ser feito já ajuda, já soma com a gente.

Patrícia: Pensamos em montar um quadro com o nome dos presidentes, juntamente com o período do mandato.

Antônio Marcos: Olha tem o Gregório Cantanhede Campos que teve dois mandatos (...) Olha, assim que eu assumi, eu fiz um arquivo das atas anteriores para também conhecer a história, que alguns se preocuparam, aí eu fui buscar o histórico e aí eu fiz e descobri quem foram os antigos presidentes que passaram por aqui até chegar ao meu nome. O Gregório Cantanhede Campos começou de 71, ano de fundação do Sindicato, e foi até 73 e veio novamente, aí veio ele novamente de 73 a 76, e assim sucessivamente. E aí veio o Raimundo Nonato Silva que passou por dois mandatos, depois veio o Aniceto que teve dois mandatos; o Samuel que também teve dois mandatos; o Vicente e agora o Marcos que está com um mandato. Em número de diretores são 8 já também com esses falecidos.

Patrícia: O mandato é de três anos?

Antônio Marcos: Não. Logo no início vinha nesse intervalo. Hoje, de certos dias para cá, em relações estatutárias isso mudou para quatro anos e até hoje continua sendo de quatro anos de mandato. Então é assim, essa aqui é a história dos presidentes, mas aí nesse primeiro momento vocês vão fazer desses três? O livro?

Patrícia: É, eu pensei assim, vejam se vocês concordam com o que seria um esboço, faríamos as entrevistas com vocês três com essa proposta de ir até essas comunidades de vocês, para ver a comunidade de cada um, fotografar, filmar vocês com suas famílias, enfim vocês que definem também, o que vocês querem porque nós vamos filmar, fazer pequenos vídeos. Depois, para o outro volume, entrariam os três outros presidentes e os documentos.

Antônio Marcos: Todos os conflitos que a gente hoje presencia aqui em Alcântara tem um dedinho da Base. Isso depois de oitenta para cá, depois da implantação da Base, não deixa de não ter em todos os conflitos que vieram.





Patrícia: Voltando aqui a Tiquara, você tem um mapa do fascículo que têm as comunidades aqui de Alcântara? Você o tem em mãos? Lembra daquele mapa do laudo? Lembra que tem três cores? O laudo está pedindo o reconhecimento de oitenta e cinco mil hectares, correto? Tiquara está bem na fronteira, mas na fronteira da apropriação ou da desapropriação?

Neta: Está dentro dos oitenta e cinco mil hectares.

Patrícia: Isso que eu estava vendo com ela, é que essa área aqui é uma área que estão reivindicando, mas que não foi efetivamente desapropriada pelo Estado brasileiro. Quer dizer existe o certificado como remanescente de quilombo, mas eu imagino que em termos agrários, em termos fundiários essa área esteja bem pressionada. Faz sentido isso para o senhor?

Antônio Marcos: Faz. Porque esses 65.000 hectares o governo já desapropriou que deu aquele capítulo inteiro das indenizações, de quem recebe e de quem não recebe. Mas o fato é que o governo desapropriou e os donos de terras que existiam nessa área não existem mais, embora as comunidades, tendo o certificado da Fundação Palmares, se considerem todas, no presente, como donas dessas terras todas. Mas aqui não está bem resolvida essa questão agrária. Não está não, Neta?

Neta: E nessa outra área aqui, não tem gente que se diz dono?

Antônio Marcos: Tem.

Patrícia: E como é que fica em relação aos direitos das comunidades que já são reconhecidas pela Fundação Palmares?

Neta: Continua como era antes, o uso, não é Marcos?!

Antônio Marcos: Ainda existe. Se você for ver hoje pelas declarações que emitiram para o INSS, vamos encontrar alguns proprietários que são donos, que dizem ainda que tem uma documentação, inclusive lá na Timbira que ainda paga ao INCRA por essa situação, mas, assim, o que que acontece? Porque até hoje o governo não indenizou as pessoas que são as donas de terra. Esse decreto, publicou e desapropriou muitas famílias. Aí a gente vai ver quem foram desapropriadas? Só as agrovilas que saíram de suas comunidades de origem e vieram para as agrovilas. As outras comunidades como Canelatiua e sucessivamente, as outras permaneceram em suas comunidades, receberam indenizações, não é?!





Neta: Não.

Antônio Marcos: Ah Canelatiua não recebeu, mas digamos, Santa Maria.

Neta: Digamos, tem proprietários de terra que já receberam indenização e continuam se achando donos.

Antônio Marcos: Na questão de Tiquara o grande problema é esse, porque o cidadão diz que ele é dono daquela área que ele tinha comprado cem hectares e aí você no cartório e não existe cem hectares. E de quem ele comprou os cem hectares? E aí, esses cem hectares afeta essa comunidade de Tiquara que está dentro do decreto. Esse é o grande problema e ele diz: *eu sou o dono daqui, o dono sou eu e eu quero que vocês saiam daqui porque eu sou dono*. Só que não acontece bem assim. A gente vai nas certidões no cartório e não existe cem hectares de terra. Então, não confere essas certidões lá no cartório.

Patrícia: Mas existe alguma documentação desse proprietário lá no cartório?

Antônio Marcos: Existe! Há da compra de terras, mas não na quantidade de hectares que ele está dizendo.

Patrícia: Mas como é que o Sindicato e próprio MABE se relacionam com essas situações? Porque se esses cem hectares estão dentro dos oitenta e cinco mil que o Estado brasileiro já reconheceu como pertencendo a esse território quilombola de Alcântara e se o Estado está dizendo que é comunidade remanescente de quilombo, não tem como ser propriedade privada. As terras são coletivas. Não é isso?! Então não existe dono.

Antônio Marcos: Foi feito um crédito fundiário, foi feito todo um levantamento dessa área lá, que ele diz que é dele, que ele tinha comprado, só que esse crédito fundiário nunca foi pronto, ele não vendeu a área que ele disse que tinha vendido para o crédito fundiário, então essa é a questão que ele vem mantendo os cem hectares, mas dentro do território. É como a gente vai encontrar vários proprietários de terras que ainda dão declaração de terras porque nunca foram indenizados. *A terra é minha*. Foi só publicado no decreto, mas nunca foi indenizado por essa terra. O governo não comprou ainda, então eu posso dizer que *essa terra ainda é minha*. Como a gente vai encontrar aqui no Barreira, no Timbotuba e assim sucessivamente.

Patrícia: A gente podia dar atenção, no livro, para esse tipo de situação que





já está aparecendo nos relatos, que mostrasse essa situação de Timbotuba, tem Tiquara e certamente outras, quais são as comunidades que estão referidas a esse tipo de pressão agrária aqui? Por que eu falo isso? Porque, veja se eu estou certa, se existe uma documentação da Fundação Cultural Palmares de 2004, integrando aqui oitenta e cinco mil hectares, mas como até hoje o governo não efetivou a titulação das terras que tem todo esse impasse ainda por parte do governo para reconhecer de fato essa titulação, cada hora vem uma proposta diferente, *ah vai ter corredor, ah não vai ter corredor, vai ter deslocamento, não vai*, então o governo está resistindo, de certa forma, a reconhecer isso que ele mesmo já reconheceu em oitenta e 2004. Isso aí gerou, pelo fato da titulação está demorando tantos anos, mais de dez anos para sair, isso aí está gerando uma pressão agrária muito intensa nessas situações onde as terras não foram desapropriadas pela própria Base. Então talvez a gente pudesse fazer nesse livro entrar que comunidades são essas, onde todas elas estão aparecendo esses conflitos de terra e fazer um quadro, alguma coisa no livro pontuando isso.

Antônio Marcos: Olha só essa aqui é a área que ele, o Edilson, que é o dono de lá, o proprietário de Tiquara. Aqui foi uma área de negociação que eles tinham feito na época, que eles tinham feito essa negociação com o crédito fundiário e que não aconteceu e uma declaração (mostra alguns documentos). A proprietária das terras, que segundo ele diz, é a esposa dele que é essa aqui. Então nós fomos buscar isso no cartório, olha você vai ver hoje, certidão de autorreconhecimento, você vai ver que Tiquara também entra nessa área desse decreto que você está vendo aí.

Antônio Marcos: Olha só essa aqui é a área que ele, o Edilson, que é o dono de lá, o proprietário de Tiquara. Aqui foi uma área de negociação que eles tinham feito na época, que eles tinham feito essa negociação com o crédito fundiário e que não aconteceu e uma declaração (mostra alguns documentos). A proprietária das terras, que segundo ele diz, é a esposa dele que é essa aqui. Então nós fomos buscar isso no cartório, olha você vai ver hoje, certidão de autorreconhecimento, você vai ver que Tiquara também entra nessa área desse decreto que você está vendo aí.

Patrícia: Esse de 2004 não é?!

Antônio Marcos: É!

Patrícia: Além de Tiquara e Timbotuba, quais outras comunidades estão





colocando conflitos desse tipo?

Valdirene: Tem também a de São Raimundo, São Maurício, Timbira, Ponta de Areia, Cujupe, Cajuíba, Itapiranga, Baixa Grande, Cajueiro II, tem também a de Itaperaiá.

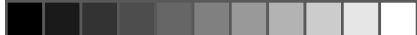
Antônio Marcos: Um outro problema são as pessoas que não foram, que não foram cadastradas na época pelo Centro de Lançamento² para emitir a certidão de atividade para fins de aposentadoria, as pessoas ficam perdidas porque o próprio município não deu mais, não emitiu mais essa declaração. Então eles buscam um proprietário para emitir, Então, o que que acontece, dentro dessas áreas todos que foram cadastrados quando completam sua idade para fins de aposentadoria, a gente manda um ofício para o Centro de Lançamento que emite a certidão, mas para aqueles que foram cadastrados, por exemplo, aqueles que nasceram depois do cadastramento, ou que chegaram depois na comunidade, que não são cadastrados no Centro, o Centro não emite. Então, essas ficam meio que perdidos. Depois nós entendemos que, por exemplo, meu pai que foi cadastrado, mas o meu pai quando foi cadastrado tinha cinco filhos e esses cinco filhos estão lá no cadastro, então, eu, como filho, posso receber uma declaração pelo cadastro do meu pai. Lutamos e conseguimos isso.

Patrícia: Eles são quem fizeram o cadastro das pessoas que estavam aqui na década de 80 e na visão deles só essas pessoas que estavam nesse cadastro teriam direito?

Antônio Marcos: Isso. No início eles só queriam emitir para os dois, para o marido e a esposa e os filhos ficavam perdidos porque não tinham sido cadastrados. Só que no cadastro, nós fomos ver estava o nome da Neta, estava o nome do Marcos, então é filho, então se é filho é cadastrado. *ah, mas ele era de menor*. Era de menor, mas cresceu, então hoje nós fomos buscar meios e eles emitem essas declarações também para os filhos que foram cadastrados

² Os termos “Centro de Lançamento de Alcântara”, assim como sua sigla CLA, ou ainda “Base Espacial”, “Base Militar” ou simplesmente “Base” são termos alusivos ao empreendimento do Estado de criação de uma base de lançamento de foguetes espaciais em Alcântara que foi iniciado em 1980 através de um decreto de desapropriação de terras. O decreto estadual no. 7320 de setembro de 1980 desapropriou 52 000 hectares do município de Alcântara para implantação do chamado Centro de Lançamento de Alcântara (C.L.A.). Em 8 de agosto de 1991 outro decreto, presidencial desta vez, em seu Art. 1º declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação pela União, 62 000 hectares deste município.





junto com os pais. Como? A gente tira cópia do RG dos dois que foram cadastrados e emite um ofício pedido um cadastro em nome do pai e aí eles emitem a certidão. Para quem não tem isso aí fica meio perdido: *para quem eu vou pedir essa declaração?*

Patrícia: Então o seu Vicente pode nos ajudar nisso, nós estamos tentando pensar seu Vicente, para tentarmos organizar uma publicação que fale um pouco sobre a história do Sindicato, quais os tipos de problema que o fato do Estado brasileiro até hoje não ter emitido a titulação da terra, apesar de já ter sido emitido o certificado da Fundação Cultural Palmares, tem provocado no cotidiano das relações de trabalho em Alcântara.

Vicente: Estávamos lembrando a questão do INSS, porque era o CLA que estava na responsabilidade de dar uma declaração para fins de aposentadoria daqueles que foram cadastrados, não é isso? Mas se a terra estivesse efetivamente titulada isso não seria mais incumbência do Centro, já poderia ser incumbência das próprias comunidades.

Marcos: Aí eu pergunto para Valdirene que acompanha essas questões do INSS, como funciona a questão de Itamatatua?

Valdirene: As terras de Itamatatua não estão desapropriadas, eles só reconheceram e deram documento igual fizeram aqui, nós estamos sendo cozinhados no banho maria.

Vicente: Nos anos 70 e 80 o Estado tentou fazer um levantamento, mas não concluiu e não deu nenhuma resposta às comunidades e então ficou assim.

Valdirene: O território de Itamatatua pega dali do *ferry boat* até uma boa parte de Bequimão, isso em 1979, quando teve aquela matança de búfalo, eu era criancinha ainda, mas me lembro, aí teve essa grande briga e depois disso os que se dizem donos começaram a invadir e a cercar aí veio vindo e fechando que hoje está praticamente para esta galerinha nova. É somente Itamatatua, Barão, até Jacaré, Macacos já não se identifica, está por fora: Macacos, São Pedro, Santa Catarina, Paraíso, Japeú, nessas comunidades aí eles não se identificam.

Tacilvan: Itamatatua tem umas 40 comunidades.

Valdirene: Tem Raimundo Sú, Goiabal, Tubarão e outras. Eu tinha uma





vontade de fazer uma atualização daquele mapa do laudo e aí se desse para identificar no mapa essas situações. Aqui a responsável que é a dona Neide daqui que sai o documento para ir na previdência.

Patrícia: Esse aqui é o documento que eles dão lá do território?

Valdirene: Isso, mas com muita luta, é como eles estão segurando, mas não sabemos até quando.

Patrícia: Pois é, agora eu pergunto, como é que no caso de Itamatatuiá está servindo para o INSS a certidão da Palmares e aqui vocês ainda precisam do Centro de Lançamento para emitir o documento?

Antônio Marcos: Tem o certificado da Fundação Palmares com todas essas relações de comunidade só não tem é a associação que é a responsável por esse documento que seria a ATEQUILA, aí o presidente assinaria baseado nesse documento. A presidenta de Itamatatuiá ela assina por ela, é presidente daquele território porque ela representa aquele território. Ela assina e isso passa a ser válido para o INSS. Para nós ainda, nós não temos uma referência. Quem assina esses documentos? É o Sindicato? Não. Não pode. Tem que ter uma associação que é essa bendita ATEQUILA. Seria a pessoa jurídica que representa aquela entidade.

Cristina: Em Tiquara eles continuam vendendo terras, ou seja, o comércio de terras continua.

Antônio Marcos: Essa venda de terras nunca terminou, nunca parou. Por exemplo, esses que foram remanejados hoje das comunidades antigas para as agrovilas e receberam uma pequena terra de quinze hectares, tem muita gente que já se desfez dela, que já venderam mesmo sem ter documento, que aquela terra pertence a ele só porque foi entregue para ele, mas não tem documento e aí vai muito pelo uso ao longo do tempo há mais de vinte anos e aí o cara diz: *ah, isso aqui é meu, mas eu nunca tive documento para provar que aquilo ali era meu*. E já venderam. Inclusive na agrovila onde eu moro, a agrovila bem pertinho como Marudá, Cajueiro são pessoas que já venderam suas terras para outros.

Neta: Agora, deixa eu te perguntar, essas pessoas que já venderam são pessoas que não trabalham mais em roça?

Antônio Marcos: Olha, como foram remanejados, eles receberam as ca-





sas e receberam dinheiro, mas muitas dessas pessoas que receberam casas na agrovila de Marudá, mas não vieram para Marudá foram pra São Luís. Quer dizer, as casas ficaram aí. Hoje, se você for a Marudá, você vai encontrar mais de vinte casas abandonadas, jogadas quase no chão. A pessoa foi embora para São Luís e aí estão se desfazendo agora dos 15 hectares que ele ganhou porque eu acho que não vão mais voltar, então é essa a situação.

Uma vez eu discuti isso com um cidadão no Cajueiro, filho de um político daqui que queria comprar um pedaço de terra no Cajueiro e queria um aval do Sindicato, quer dizer o dono da terra lá que recebeu a gleba Cajueiro pediu que esse parente de um político daqui viesse no Sindicato para que o Sindicato desse um aval para autorizarmos ele a comprar a terra. Mas não podemos fazer isso, não podemos dizer vai lá e compra a terra, até porque são os parentes de políticos que querem comprar.

Patrícia: Que não é dessa comunidade? São vendas para pessoas de fora da comunidade, que não tem vínculo com a comunidade?

Antônio Marcos: Pois é, então eu chamei o dono lá e disse: *olha, vê o que você está fazendo, só que depois você vai ser prejudicado com isso, pode perder, você pode perder quem está comprando por não ter uma prova ou documento.* Que documento eu tenho que comprei 15 hectares da Neta? Só um recibo no cartório vai te dar direito? Provar que aquilo é meu? Então futuramente nessa situação com relação ao território eu posso perder, aí eu vou querer que alguém me indenize porque eu comprei, mas que documento eu tenho para brigar por uma indenização e provar que comprei da Neta, por exemplo. Então temos colocado isso como alerta para que as pessoas não vendam a sua terra porque podem ser prejudicados e para quem está comprando também e podem correr o risco de perder.

Neta: Eu enquanto dono não consigo provar que é minha, imagine provar que eu vendi para outro.

Antônio Marcos: Pois é, imagine provar só com um recibo de cartório.

Patrícia: E como que a Base se posicionava diante dessas situações? Porque me lembro de uma época que eles não queriam deixar ninguém construir novas casas dentro das agrovilas, enquanto mais vender lote de terras que uma família recebeu e nunca usou.





Neta: Será se eles sabem?

Antônio Marcos: Sabem, o que acontece, hoje se alguém vai lá registrar qualquer queixa eles dizem: *não somos mais responsáveis por isso, hoje é o movimento, é o Sindicato, são eles que são responsáveis por isso*. Eles entenderam que depois dessa discussão da associação do território nós fomos para cima e brigamos que era direito nosso, como é que eu moro numa comunidade e não posso fazer minha casa? Aí vou ter que ir lá na Aeronáutica pedir autorização para que eles venham quando eles bem quiserem, como aconteceu uma vez com meu irmão, que foi várias vezes lá, pedir para que eles viessem marcar um terreno e eles não vieram, nunca tiveram tempo, aí o que aconteceu, ele estava com pressa fez a casa, e depois de três anos morando na casa veio uma ordem de desapropriação da casa, disseram para ele tirar tudo o que tinha da casa, que era para a casa ser demolida, então a casa foi demolida, aí teve a questão do Domingos Dutra que entrou com um processo e ele acabou ganhando a causa, então a casa ficou em pé e ele permanece morando na casa. Então a partir da discussão do território a Aeronáutica recolheu um pouco e pararam de interferir nas questões internas das agrovilas.

Neta: A comunidade tem que ser independente para resolver seus problemas.

Marcos: Só que depois disso que o controle passou para as mãos da comunidade, e as pessoas acharam todo mundo é dono e isso virou um problema para a comunidade em toda essa área.

Finda a reunião tivemos acesso aos primeiros documentos organizados pelos no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara relativos às gestões dos presidentes dessa organização. O STTR de Alcântara é constituído no presente por 35 delegacias sindicais (Cf. Anexo 1). Em 2016 completará 46 anos de existência de modo que não se ausentam da fala dos entrevistados, ao serem indagados sobre a memória dessa associação sindical, a referência aos antigos delegados (C.f Anexo 2). Ao finalizamos o trabalho de pesquisa, em nosso último dia de pesquisa, fomos gentilmente

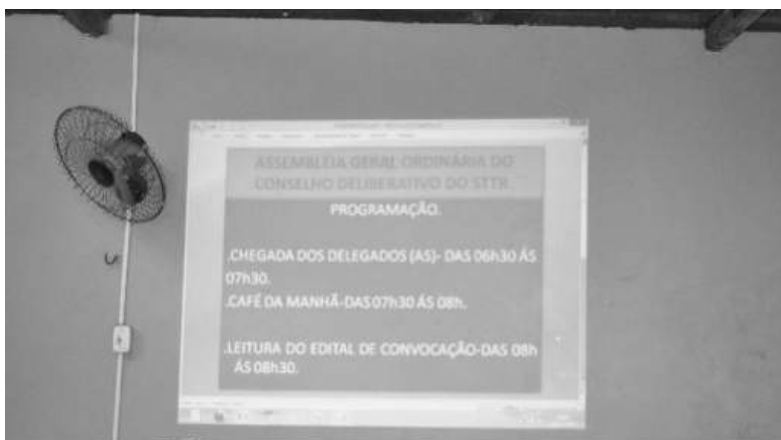




te convidados a participar do café da manhã que antecedeu a “Assembléia Geral Ordinária do Conselho Deliberativo do STTR”. Na ocasião, fizemos um registro fotográfico daqueles delegados sindicais presentes para o café da manhã _ foto abaixo.



Delegados Sindicais que participaram da Assembléia Geral Ordinária do Conselho Deliberativo do STTR do dia 22 de janeiro de 2016.



Pauta de discussão para a Assembléia Geral Ordinária do Conselho Deliberativo do STTR do dia 22 de janeiro de 2016.



Organizamos abaixo um quadro sistematizando as informações obtidas e buscamos cotejá-las aos principais acontecimentos relativos às lutas e conflitos sociais que mobilizam as ações dos dirigentes sindicais.

QUADRO SINÓPTICO REFERIDO À GESTÃO DOS PRESIDENTES DO STTR COTEJADA AOS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS REFERIDOS À LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO QUILOMBOLA

PRESIDENTES DO STTR-AL	COMUNIDADES	PERÍODOS DE MANDATOS	PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS REFERIDOS À LUTA PELA TERRA E PELO TERRITÓRIO QUILOMBOLA
Gregório Cantanhede Campos	Periaçú	1971 à 1973	
Gregório Cantanhede Campos	Periaçú	1973 à 1976	Iniciativas de colonização do governo estadual em 1975-76, direcionadas a desmembramentos das territorialidades específicas consideradas como terras devolutas e disponíveis ao mercado de terras – vide (ALEMEIDA, 2006).
Raimundo Nonato Rodrigues da Silva	Águas Belas	1976 à 1979	Tentativas de grilagem das terras de Santa Teresa em 1978-1979 e mobilizações contrárias ao cercamento das terras.



			<p>As mobilizações contrárias à grilagem de terras levaram o Instituto de Terras do Maranhão (ITERMA) a dar início a uma ação discriminatória como forma de resolução dos conflitos. No entanto, essa ação nunca foi concluída.</p>
Benedito Gregório Campos	Sede	1979 à 1982	Decreto Estadual assinado pelo governador João Castelo de n.º 7320 datado de 12 de setembro de 1980 desapropriou 52 000 hectares do município de Alcântara para implantação do dito Centro de Lançamento de Alcântara (C.L.A.).
Isidorio Pereira dos Santos	Águas Belas	1982 à 1985	
Raimundo Nonato Rodrigues da Silva		1985 à 1989	Fruto de uma articulação realizada por dirigentes, delegados e membros do STTR de Alcântara, a manifestação pública chamada de “ Barricada ” é considerada como o marco dos posicionamentos dos trabalhadores rurais contrários à implantação do CLA, a criação das chamadas “agrovilas” e aos deslocamentos compulsórios efetuados pelos militares da Base. O fechamento da Rodovia MA 106 no dia primeiro de abril de 1986 desarticulou os atos oficiais de inauguração das agrovilas que seria realizada por autoridades.





			<p>Criação das chamadas “agrovilas” em 1986-87 através do deslocamento compulsório realizado pelos militares da Aeronáutica de 32 comunidades localizadas no litoral do município para uma área sem acesso ao mar.</p>
Aniceto Araújo Pereira	Cajueiro II	1989 à 1992	Decreto Federal assinado pelo Presidente Fernando Collor de Melo de 8 de agosto de 1991 em seu Art. 1 declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela União, 62 000 hectares deste município.
Vicente Amaral Rodrigues	Peroba de Cima	1992 à 1995	Ação de desapropriação decretada em 20 de janeiro de 1994, compreendendo os imóveis denominados Bituba, Chapada, São Francisco, Santa Maria e Perimirim, com área de 4.111,6080 hectares.
Aniceto Araújo Pereira	Cajueiro II	1995 à 1998	<p>Com a criação da Agência Espacial Brasileira (AEB), em 1994; ações do governo passam a ser orientadas por civis.</p> <p>Ação de desapropriação de áreas por interesse social para fins de reforma agrária pelo MDA-Incra, 1996, incidindo respectivamente sobre o imóvel denominado Portugal, localizado ao sul do município.</p>





			<p>Pressionado pelos movimentos sociais, o Iterma deu início para fins de regularização enquanto comunidades remanescentes de quilombos ao autodesignado território quilombola de Itamatatua, constituído por uma área de cerca de 55.000,00 hectares.</p>
Samuel Araújo Moraes	Baixa Grande	1998 à 2001	<p>“SEMINÁRIO DE 99”. Fruto de uma articulação envolvendo a CONTAG, a FETAEMA, o STTR e a Prefeitura do município foi realizado entre os dias 11 e 14 de maio de 1999 o Seminário <i>“A Base Espacial e os Impasses Sociais”</i> com a presença de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e Federal, do Executivo e Legislativo Municipal, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO). Os agentes sociais se posicionaram contra a realização de novos deslocamentos populacionais, contra as intervenções da INFRAERO na área desapropriada pelo governo e decidiram criar o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE).</p>
Samuel Araújo Moraes	Baixa Grande	2001 à 2005	<p>Em 2002 foi entregue ao Ministério Público Federal o laudo antropológico de</p>





		Identificação e Delimitação das comunidades remanescentes de quilombo de Alcântara. Em 2003 foi criada a empresa binacional Alcântara Cyclone Space através do “Tratado entre a República Federativa do Brasil e a Ucrânia”.
Samuel Araújo Moraes	Baixa Grande	2009 à 2013
Antônio Marcos Pinho Diniz	Agrovila Peru	2013 à 2017

1.2 Entrevista com Antônio Marcos Pinho Diniz, em 19 de Janeiro de 2016, na “Agrovila” Peru

Data: 19 de janeiro de 2016

Local: Agrovila Peru

Após o debate sobre o conteúdo do livro realizado na reunião transcrita no tópico anterior, passamos às entrevistas com os três presidentes cujas trajetórias esse livro contempla. Os temas das entrevistas transitam em torno do trabalho do Sindicato, os contextos de luta de sua fundação e os temas atinentes à implantação do Centro de Lançamento de Alcântara. As entrevistas foram realizadas nas comunidades dos presidentes. A entrevista transcrita a seguir, como o Sr. Marcos Antônio Pinho Diniz foi realizada em sua comunidade na





“agrovila” Peru. Estiveram presentes para a realização da entrevista Dorinete Serejo Morais, Patrícia Maria Portela Nunes, Cynthia Carvalho Martins, Tacilvan Silva Alves, Cristina da Costa Bezerra.

A “agrovila” Peru foi criada em 1987 pelos militares da Aeronáutica no contexto da implantação do designado CLA e reuniu em um só lugar oito comunidades situadas no litoral do município de Alcântara: as comunidades de Peru, Titica, Camarajó, Santa Cruz, Cavém, Sozinho, Porto e Aldeia foram compulsoriamente deslocadas do litoral para o interior do município. Sete agrovilas foram criadas nesse contexto através da mudança compulsória das comunidades. Sem acesso ao mar, as famílias que tradicionalmente praticavam atividades pesqueiras conjugadas ao plantio viram-se constrangidas ao trabalho nas designadas “glebas”, com redução do módulo rural para 15 hectares. Referidas a um sistema de plantio fundamentado em *capoeiras livres*, a fixação das glebas de terra trouxe um conjunto de problemas às famílias que receberam os lotes de terra nas agrovilas a exemplo das glebas localizadas em terras improdutivas, impróprias ao cultivo. Pressionadas, algumas famílias viram-se obrigadas a optar pela mudança para a cidade de São Luís. As casas, recebidas como compensação, ficaram anos e anos abandonadas, conforme pontuam os entrevistados. E, mais recentemente, sem que tivessem recebido os títulos de propriedade prometidos na década de 1980, pelos responsáveis pelo deslocamento para as agrovilas, algumas famílias fundamentadas no direito de usucapião decidem vender as “glebas” recebidas.

A fala do Sr. Antônio Marcos é representativa da voz daqueles que viveram a situação de deslocamento compulsório para as agrovilas, tanto quanto traduz as suas experiências como delegado e dirigente sindical. Presidente do STTR de Alcântara desde 2013, o Sr. Antônio Marcos está em seu primeiro mandato e deslinda-nos conflitos fundiários que são indissociáveis em sua visão, seja da implementação do CLA, seja das constantes mudanças referidas às iniciativas do governo federal em ampliação e comercialização de bases de lançamento de foguetes espaciais.

Patrícia: Boa tarde, nós agradecemos muito ao senhor por nos receber aqui em sua casa. E nós não queremos fazer uma entrevista fechada, ao modelo de um questionário, mas, se o senhor pudesse, a gente gostaria de conversar e saber um pouco sobre a sua trajetória, como o senhor se tornou presidente do STTR e também sobre a sua participação em momentos cruciais com re-





lação à luta referida à implantação da Base de Lançamento aqui em Alcântara. Ontem o senhor chegou a mencionar já pra gente alguns momentos bem marcantes; como por exemplo, um momento que está ligado justamente à agrovila Peru, e aquela questão da construção das casas, como que vocês tiveram que se posicionar contra à intervenção dos militares no sentido de impedir que novas casas fossem construídas, e pelo que entendi ontem foi a partir dali, dessas mobilizações de vocês, que eles pararam de intervir nisso. Então situações como essas que a gente gostaria que o senhor pudesse rememorar, mencionando quais foram os principais problemas em termos de conflito e mesmo de desorganização do modo de vida de vocês, de interferência no modo de vida de vocês com a chegada da Base. A gente sabe que as próprias agrovilas são expressão disso, mas pra além das agrovilas, outras situações que vocês tenham vivido e a sua trajetória pessoal. Se o senhor quiser começar falando um pouco da sua trajetória, a gente poderia tentar lembrar, quantos anos o senhor tinha quando a sua família veio do Peru pra cá?

Antônio Marcos: A idade quando eu vim pra cá, que eu cheguei com 18 anos, aqui no Peru. Nós chegamos em 1988, janeiro de 88 a gente chegou aqui. A minha trajetória no movimento sindical começa a partir de 95, quando eu fui eleito delegado sindical, como delegado, já era sócio desde 88, assim que cheguei aqui me associei. Houve uma eleição pra escolher delegado e eu disputei com um senhor já falecido e eu acabei vencendo a eleição dele.



Sr. Antônio Marcos Pinho Diniz em sua residência na agrovila Peru, em 19 de janeiro de 2016.





Nessa situação, quando fui eleito, ainda jovem, algumas pessoas achavam assim “*ah, mas por que delegado sindical tão novo*”, pro quadro do Sindicato seria mais assim uma pessoa antiga, de idade, e essa pessoa que perdeu pra mim, já tinha idade avançada. Então pra mim foi uma experiência, até porque meu pai também já tinha passado como delegado sindical, bom tempo, e eu aprendi com ele essa experiência, gostei e fui com ele pra disputa na eleição, acabei vencendo.

Então, a partir de 95 pra cá, como delegado sindical, ainda permaneço como delegado sindical de base e tendo um aprendizado muito bom. Cheguei na direção do sindicato em 2000, quando fui eleito presidente do Conselho Fiscal, aí de 2000 pra frente, até 2004, eu fui chamado para fazer parte da chapa e fui eleito secretário de finanças e administração, também do Sindicato, isso de 2004 a 2008. De 2000 a 2004 fui presidente do Conselho Fiscal, e aí de 2004 a 2008 eu fui eleito na secretaria de finanças e administração, compondo a chapa junto com os outros companheiros. De 2008 a 2012 eu estava na Secretaria Geral, tive essa experiência também na Secretaria Geral e já de 2012 para cá, que a eleição é em dezembro, assumi em 2013 esse meu mandato como presidente. Então, de janeiro de 2013 até janeiro de 2017, eu vou estar como presidente daquela entidade, essa é a minha trajetória como dirigente do sindicato.

Agora, a nossa luta, a luta, para mim, começou a partir daquele Seminário em 99 e com isso, depois desse seminário, a gente passa a ser chamado pra fazer parte da composição do Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MABE), que foi criado esse movimento que seria importante para a nossa luta. Eu também fiz parte na época, juntamente com a Neta e os demais companheiros do Movimento dos Atingidos pela Base que é o MABE.

E assim, as lutas são essas, sempre a gente tem como ponto de partida, o Centro de Lançamento, essas foram todas as nossas lutas do movimento sindical e como sociedade civil, o foco é o Centro de Lançamento, não tem outro.

Patrícia: Eu me lembro que nesse momento, logo após o seminário, quando o MABE estava começando a se organizar, o senhor falava bastante sobre como que na transferência pra cá pra agrovila Peru, houve uma reunião de uma série de comunidades, os problemas que isso gerou.





Antônio Marcos: Isso. Até porque logo no início, existia um acordo, um acordo cartorial, que esse acordo não foi cumprido que nele o Centro de Lançamento garantia para essas famílias que tinham sido remanejadas, todo o atendimento que fosse preciso, por exemplo, a alimentação, você que chega em uma comunidade, é transferido para uma agrovila, você vai custar a se adaptar com o clima né, e aqui ninguém sabia de nada. Então, no acordo tinha garantido que durante um ano o Centro de Lançamento era responsável pela alimentação dessas famílias, só que isso não aconteceu, apenas um dia só e o resto eles mandaram que se virasse, e isso, essa união de muitas comunidades em uma só comunidade nos trouxe também alguns problemas. Problemas não, vamos dizer assim, porque ninguém é melhor do que ninguém, mas problemas de convivência, por exemplo, hoje, a comunidade de Peru é formada por mais de sete comunidades dentro de Peru, se você vai conferir, são comunidades pequenas que vieram pra cá e hoje, de certos tempos pra cá, vieram criando problemas. Problemas como, porque alguma família começava a trazer pessoas de fora e aí se agregava dentro da própria família e gerava até mesmo problemas com situações de drogas. Nós enfrentamos muitas situações de drogas nessa comunidade, principalmente aqui no Peru, traziam pessoas de fora e colocavam dentro de casa e depois as pessoas ficavam vendendo drogas aí, era criança, era adulto, era jovem, adolescente, todo mundo já envolvido com drogas. Inclusive uma vez a gente teve aqui várias reuniões, pra tentar tirar uma pessoa que veio com essa intenção de ficar aí vendendo muita droga dentro da comunidade. Nós corremos grandes riscos, como liderança, eu e os demais companheiros da liderança da comunidade fomos ameaçados até de morte por essa pessoa, por quê? Porque nós não aceitávamos da forma como isso estava acontecendo dentro da agrovila, então isso pra nós foi complicado essa situação de ter muitas comunidades juntas na mesma comunidade como Peru. A gente sabe que Peru é agrovila, mas se você for ver, as outras comunidades todas estão agregadas junto a Peru, como também Marudá, são as duas comunidades que ficaram nessa situação, as outras demais ficaram só com o povo mesmo deles. Mas Peru e Marudá, há essa diferença de outras pessoas que ficaram tudo junto para formar uma comunidade maior. Então isso dificultou muitas coisas por essa situação.

Patrícia: Quais foram as comunidades que vieram pra cá?





Antônio Marcos: Veio uma comunidade chamada Titica, Camarajó, Santa Cruz, Porto, Aldeia, Sozinho, Cavém, com Peru, foram oito. Eram comunidades pequenas, com poucas famílias também, a maior comunidade dessas aí seria a Titica, em número de habitantes, depois de Peru. Peru tinha por volta de sessenta, setenta famílias na época. Então, somando tudo isso foram cem famílias, sessenta de Peru, com quarenta, das outras que vieram, aí somou isso aí pra cem famílias, essas cem famílias quando vieram, cada uma recebeu uma casa e cada uma também recebeu um lote de quinze hectares.

Patrícia: A gente viu hoje na documentação do Sindicato, uma discussão grande que houve com relação à definição do tamanho do lote, tem matérias falando que as comunidades reivindicavam trinta e cinco hectares de acordo com a definição do módulo rural do Estatuto da Terra mas o tamanho das agrovilas foi fixado em 15 hectares.

Antônio Marcos: Houve essa discussão muito e acabou ficando em quinze, se hoje você vai ver, parece ser quinze, mas na hora que você coloca no GPS pra medir, não dá nem treze. Isso já foi confirmado aqui, em vezes que foi feito demarcação novamente e não deu quinze hectares. No papel parece ser quinze, mas na hora que chega a medir, chega em torno de treze hectares.

Patrícia: E também tem muitos lotes que não eram propícios pra o cultivo.

Antônio Marcos: ... Pra lavoura, no qual o tipo de plantação que a pessoa usava, por exemplo, aqui tem muita área que as pessoas receberam, com *tiririca*, não servia para o tipo de plantio que as pessoas tinham. Então tiveram dificuldade nisso, muitas famílias, a partir daí, as famílias foram crescendo, foram aumentando o número de pessoas, por exemplo, meus pais quando vieram pra cá, vieram com cinco filhos, e aí cinco pessoas pra usufruir do mesmo quinze hectares que ele tinha ganho. Cada tempo que vai passando, vai diminuindo, hoje, se você conferir, fiz isso aqui quando fui presidente da associação em 2004, tinha pra mais de cem famílias que não tinham recebido gleba e nem casa. Então isso dificultou, hoje esse grande problema da questão da terra, mesmo a gente vendo que parece que o povo deu uma freada no trabalho da roça, não todos, mas tem uns que deram uma freada, mas é muito pouco os quinze hectares para o número de pessoas que tem na comunidade, hoje.





Patrícia: Então, o senhor falou que no primeiro ano, eles até se comprometeram em ficar pagando alimentação, durante o ano e isso não aconteceu. Além disso, algumas famílias tiveram a má sorte de pegar uma terra que não era adequada ao cultivo. Como que as famílias efetivamente fizeram?

Antônio Marcos: Aí foram obrigados, por exemplo, o vizinho que tinha uma terra boa, ele cedeu espaço que ele também fizesse a sua roça.

Patrícia: Mas aí como se fosse um aforamento?

Antônio Marcos: É, mas assim, não era cobrado o foro, só uma questão de eu concedo pra ti, um ano, dois anos pra você ficar fazendo, até você pensar outra ideia e assim foi. Mas hoje, você vai ver, tem terras aí que nunca foram usadas por essa situação e tem outras que já acabaram, pela quantidade de pessoas que foram crescendo na família e fazendo o mesmo plantio, porque como o nosso serviço de roça, é *roça de toco*, cada ano que você roça, você vai diminuindo a quantidade, porque é diferente, não é uma roça mecanizada que você podia aradar quinze hectares e ficar trabalhando permanente nessa área. Na questão do toco não, é diferente, você roça hoje, daqui há um ano você vai ter que roçar em outro local, até voltar novamente pra onde você roçou a primeira vez te dar condição de roçar, então eu acredito que já terminou os quinze hectares.

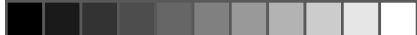
Patrícia: Eu me lembro muito dessa expressão *roça de toco* por que mesmo que se chama *roça de toco*?

Antônio Marcos: Por que a *roça de toco* é roçada na foice ou a machado de acordo com o tamanho da madeira e aí depois é tocado fogo, então, o toco, porque fica os tocos sempre, é diferente da terra mecanizada que o trator vem e faz a aradagem daquilo ali, e o toco não, fica os tocos do tamanho que a pessoa vai roçando, depois que toca fogo e vai fazendo, isso que chama a *roça de toco*.

Antônio Marcos: Lá era o proprietário, tinha as pessoas que eram donas, aí sim vinha a questão do *foro*, pra mim roçar na terra de alguém, eu pedia permissão para ele e aí no final da safra, do roçado, eu teria que pagar o *foro* durante o ano pra ele, o ano do roçado que eu tivesse, por exemplo, eu tive quarenta *paneiro* de farinha, eu teria que pagar o *foro* pro dono dessa terra.

Cynthia: E o dono da terra era do Peru mesmo?





Antônio Marcos: Era do Peru que acabaram vendendo e vieram pra cá e ficaram na mesma situação dos demais, lá eles tinham deles só, aqui veio pra ganhar tudo igual dos demais que não tinham *gleba*, que não tinham *lote*, que não tinham terra. Então cada um mesmo ficou com quinze hectares. Até eles mesmos que venderam ganharam quinze hectares.

Cynthia: Mas toda área do Peru é de uma família?

Antônio Marcos: Tinha várias famílias, vários donos de terra, inclusive tem terra que até hoje não foi recebido a indenização.

Cynthia: Eles eram proprietários e aí quando a Base chega?

Antônio Marcos: Fez essa negociação

Cynthia: E eles receberam, compraram deles?

Antônio Marcos: Algumas famílias, como eu disse, receberam. Agora, tem algumas famílias que até hoje nunca receberam nenhum centavo da indenização da terra.

Antônio Marcos: Neta ia perguntar alguma coisa?

Neta: Eu ia. Tu falaste que aqui as pessoas não pagam *foro*, mesmo utilizando terra do outro e lá pagavam *foro*, ainda assim era melhor lá?

Antônio Marcos: Olha, em termos da lavoura, eu acredito que aqui melhorou, melhorou no sentido de deixar de pagar *foro*, porque eu não paguei mais *foro*. Na terra que eu recebi, se for uma terra boa, o lucro, tudo é meu. Lá não, tinha os proprietários de terra, como eu acabei de colocar, tinha os donos, então para mim fazer um roçado, ainda tinha que ir à casa da pessoa, se o cara não ia com a cara da pessoa, ele não deixava tu roçar. Então, lá, desde o coco que as mulheres juntavam, da juçara que tiravam na *baixa*, do buriti, tudo isso, eles tinham que dar uma parte para o dono da terra. Então, nesse termo pra cá, pra nós melhorou, porque a partir que cada família ganhou os quinze hectares dele, mesmo no local da terra que não foi propícia pra plantio, mas ele não pagava mais *foro* pra ninguém. Então, só nesse ponto pode ser. Patrícia: Mas lá não daria mais fatura não? Produção maior de coco, de juçara, buriti?

Antônio Marcos: Na questão do coco, da juçara e do buriti, tinha bastante. Agora, na questão da mandioca e da farinha, aqui, superou muito mais,





apesar de alguns terem recebido *glebas*, que não foram propícias. Mas aqueles que receberam e tinham que pagar foro superou muito mais do que lá, porque lá era muito difícil um produtor fazer vinte *paneiros* de farinha, aqui, algumas pessoas fazem até quarenta.

Patrícia: Ainda hoje?

Antônio Marcos: Ainda hoje. Se você chegar aqui no período de setembro, de agosto a setembro, você vai encontrar safra de farinha aqui na comunidade e muitas pessoas tendo ainda bastante farinha, trinta, quarenta *paneiros* de farinha, que a gente chama de *paneiro* que é os trinta quilos.

Cynthia: E no caso desses proprietários, vamos supor, se tivesse uma área grande de juçara, de buriti, os outros que não eram proprietários não podiam pegar?

Antônio Marcos: pegavam, como eu disse, mas tinha que pagar alguma coisa. Ah, vou tirar uma juçara para vender, eu tinha que dividir uma fraçãozinha pro dono da terra.

Cynthia: E se fosse para comer?

Antônio Marcos: Se fosse só pro consumo dele, eles não cobravam. Mas se eles pegassem lá, eles eram capazes até de tomarem o produto da mão da pessoa, porque se sentiam donos, eram eles os donos daquilo, da área. Então: *como é que tu tá subindo no pé de juçareira sem me comunicar?* acabou com isso aqui.

Cynthia: Eles lá também não cediam assim.

Antônio Marcos: Não cediam. O coco que a pessoa juntasse, na hora que fosse fazer o azeite, deu dez litros, pelo menos dois litros têm que dar lá pro dono da terra e assim foi. Minha mãe fazia muito isso. Minha mãe nos criou no guajuru, com azeite do coco e assim, mas era nessa situação.

Cynthia: E eles estão aqui hoje, esses proprietários?

Antônio Marcos: Estão aqui hoje. Só que pra cá, eles sentiram que foi diferente, porque lá eles mandavam e aqui eles só mandavam nos quinze hectares que pertencem a eles, nos outros não. Então, nessa questão da terra, aqui favoreceu um pouco, porque mesmo sem ter o documento do lote, mas a pessoa se sentia, se sente dono daquilo que é seu.





Patrícia: Então, você considera que favoreceu um pouco nessa questão da produção de farinha num primeiro momento, mas hoje as terras das glebas já estão mais cansadas também e as famílias cresceram. Mas em que que lá era melhor?

Antônio Marcos: Olha, se hoje você for ver, conversar com os idosos, a vontade deles é voltar pra lá, mas se você conversar com os mais jovens que não viveram lá, eles não pensam em voltar. Eu vim com 18 anos, então eu tenho mais anos pra cá do que eu vivi lá, e os que nasceram aqui, nem conheceram a história de lá, então se você sentar com uma pessoa mais idosa, ele diz: *eu quero voltar pra lá, eu tenho vontade de voltar pra lá, pela questão da praia*. Mas se você fosse ver a praia, na comunidade onde a gente morava, pra chegar na praia, era uma hora de relógio, parecia perto, porque quem já estava lá, já tinha um hábito, um costume, mas era uma hora de relógio, de pés. Então, era vantagem, porque você ia na praia, ia no igarapé e vinha com o peixe fresquinho, comia. Hoje aqui não, é diferente, tem o igarapé que vai daqui do Itauaú até São João de Cortes, mas para você ir de manhã, você vai voltar só a noite, pra comer no outro dia. Então, o peixe que chega aqui, o camarão, já é tudo congelado, já vem de Brito, já vem de Mamuna. Lá não, lá tinha essa vantagem, porque o peixe, pescado da praia cedo, fazia o peixe frito.

Patrícia: Então, pra pesca, lá era melhor que aqui...

Antônio Marcos: Tinha essa vantagem, porque tinha o mar.

Patrícia: Agora, esse igarapé que vocês estão usando hoje, que vai do Itauaú pra São João de Cortes, era diferente do que vocês usavam, era outro igarapé?

Antônio Marcos: Era outro igarapé.

Patrícia: Outras comunidades utilizam, já utilizavam antes de vocês?

Antônio Marcos: Muitas comunidades.

Patrícia: Quando vocês mudaram de 88 pra cá, esse igarapé continua o mesmo? Porque a gente escuta falar, mesmo naquele vídeo, como que os igarapés estão secando, estão diminuindo muito aqui em Alcântara, ainda hoje é possível pescar nesse igarapé?

Antônio Marcos: Ainda hoje é possível. É aquela questão que você colocou. São várias comunidades que usufruem do mesmo espaço, do mesmo





local, mas o igarapé é grande. Esse igarapé dessa parte de Itauaú até São João de Cortes é muito grande, é diferente do mar que a gente tinha lá, que era chamada praia. Essa Bahia de São Marcos que vem de São Luís para cá, é diferente, mas é um igarapé igual qualquer outro e que não tem essa possibilidade de secar. A questão do peixe, tem dia que tem, e tem dia que não tem, é o mar. Nem todo dia você vai chegar no mar, isso acontecia lá no Peru, nem todas as vezes, a gente ia lá na praia e tinha que encher o côfo de peixe. Neta sabe disso, mora quase na beira da praia e nem todo dia o pescador vai lá e traz para comer, muita das vezes dá muito mal mesmo pra comer. Então, é mar, já está se dizendo é mar. Mar é uma esperança que você vai jogar a rede, vai jogar a tarrafa, se der certo traz, se não der, vai fazer o quê? Então, só que assim, o que acabou aqui que tinha muito, era sururu, isso tinha muito, logo no início. Mas quando dava, vinha não só as comunidades, não só as agrovilas, mas todas as comunidades dessa região daqui, de Oitiua, até mesmo de outro lugar, vinham e usufruíam desse igarapé para tirar o sururu, com isso, a tendência foi acabando, acabou. Hoje você vai ver, tirar sururu é muito pouco, diminuiu muito com relação ao que tinha antes.

Patrícia: O senhor falou também que hoje vocês conseguem produzir uma safra de trinta a quarenta *paneiros* de farinha por plantio, trinta a quarenta por roça, é isso? E essa produção é hoje só para consumo ou vocês vendem?

Antônio Marcos: Isso. A maioria delas é pra o consumo, agora, muitas vezes o pai de família tem a precisão, a necessidade de se desfazer de dois, três *paneiros* desse, pra comprar alguma coisa, por exemplo, como eles fazem uma safra dessa, eles tem uma despesa grande, aqui ainda tem essa vantagem, não sei as outras comunidades. É um trabalho comunitário, no período da safra - *ah, hoje é do Marcos*. Então vai trinta pessoas comigo, desmancha a roça e traz, a gente bota dentro d'água, com quatro dias se tira. Todo mundo vai, tira e se vai mexer. Então a minha despesa é só a despesa com alimentação, que vou dar pra esse povo, então eu não tiro nenhum *paneiro* de farinha, o único *paneiro* de farinha que eu vou tirar é pra vender pra cobrir a despesa que eu vou ter, o gasto nesse dia. Então, como é comunitário, hoje é a minha e amanhã vai ser a de outro e assim vai sucessivamente, então essa farinha toda fica pro dono, aqui só tem a despesa que ele tira da parte da casa de farinha. E antes quando era o trator da comunidade que tinha também a parte do serviço dos dois, mas o restante tudo do dono da roça. Então, hoje, ainda,





digo com toda certeza, tem famílias que chegaram a fazer trinta ou até mais *paneiros* de farinha, muita, principalmente este ano aqui fizeram bastante farinha, naquelas duas ruas de lá que sempre faziam menos, este ano foi as que mais fizeram.

Patrícia: Então quer dizer que quando uma pessoa vai ajudar alguém na roça dele a mexer farinha, no tempo da farinha, aí no outro dia seguinte, se for outra família, essa mesma pessoa vai também e aí com isso ninguém paga.

Antônio Marcos: Paga só o serviço.

Cristina: Mas isso só acontece com o pessoal de Peru, ou dentro da agrovila, com pessoas de outras comunidades fazem isso?

Antônio Marcos: Assim, como são duas casas de farinha, aqui só tem duas casas de farinha, tem o grupo que trabalha nessa daqui, tem o grupo que trabalha na outra, na outra também eles trabalham da mesma forma, mas com o grupo deles. Então são dois grupos diferentes, a gente costuma dizer, o grupo do pessoal de Peru e o grupo das outras comunidades, que ficaram nas outras duas ruas, que tudo é Peru. Canso de dizer pro vereador Biné que tudo é Peru, que não existe outra comunidade a não ser Peru, tudo que acontece de bom, tudo que acontece de ruim, o nome que leva é Peru, não é outra situação, é Peru. As outras comunidades serviram como ruas, aí por exemplo, a rua onde eu moro é a rua Camarajó que era uma antiga comunidade, você vai atravessar outra rua, a rua Titica que era uma antiga comunidade, mas agrovila aqui é Peru, o que é de bom ou de ruim que acontece aqui, não é Titica, não é Camarajó, não é Santa Cruz, é Peru que leva o nome.

Cristina: Peru era a comunidade maior?

Antônio Marcos: Caiu muito. Algumas vezes, eu discordo disso, mas as vezes, a gente é obrigado a ouvir, alguém diz assim que isso caiu a partir do bolsa família. Se vocês olharem hoje o jovem, eles não querem mais saber do roçado, de ir pra roça, de ir pra pesca, porque sabe que todo mês tem. Uma das coisas que eu acho errado no bolsa família porque tem uma família que onde deveria um só receber um cartão, tem dentro da família que tem três, quatro pessoas que tem cartão, porque “ eu sou jovem, sou maior de dezoito anos, eu tenho que ter o meu cartão. Então isso acaba tirando a renda de outras famílias que talvez estão lá sem receberem.





Patrícia: Mas então o senhor acha que deu uma diminuída?

Antônio Marcos: Deu uma diminuída.

Patrícia: O senhor acha que não há razão para diminuição da produção de farinha em função estar no bolsa família? O que você acha?

Antônio: Não. Eu não digo, porque eu acho que, assim, não o bolsa família que vai fazer você tirar o incentivo de fazer a sua roça. Talvez a ideia desses jovens é que não leva mais a vontade de querer ir pra roça, acompanhar os pais como antes. Mas uma questão, o que que acontece? Eles na verdade não sabem nem o que eles querem da vida deles, porque se eles não querem ir pra roça, que pelo menos se dedicassem ao estudo, nem isso eles querem. Então, é difícil a gente dizer, eu não digo que seja o bolsa família que deu essa baixa na situação do roçado. Não. Mas talvez é o mundo, essa questão hoje tecnológica, que você vai para o celular, *whatsapp*, não sei o quê mais, essa série de coisas que faz o jovem deixar de ir até mesmo pra escola, deixar de estudar, deixar de trabalhar, devido essa situação.

Patrícia: E lá no Peru velho, então o senhor falou que além da farinha tinha também a pesca, mas só que a farinha e a pesca lá não eram comerciáveis ne?

Antônio Marcos: Era a mesma situação. Era mais para o consumo.

Cynthia: E essas outras comunidades que vieram: Titica, Aldeia e as demais também era de proprietário lá?

Antônio Marcos: Tinha algumas que eram de proprietário, ou melhor, todas tinham proprietário.

Cynthia: Mas nem pagavam aforamento?

Antônio Marcos: Pagavam aforamento. E que parte dessas pessoas chegaram a receber suas indenizações. Por exemplo, tem comunidade como Titica e outros lugares que tinha gente que o proprietário era lá do Peru, que o dono da terra era lá do Peru, mas era dono da fazenda Titica. E assim, quando venderam, que não era só uma pessoa, eram várias pessoas ou várias famílias e que quando venderam, uma parte dessas pessoas chegaram a receber logo a indenização, que toparam, que aceitaram o acordo proposto pelo Centro. Na época receberam o dinheiro, a indenização, e outros que acharam que eram uma mixaria disseram: Não. Eu vou pra justiça, prefiro entrar





na justiça, e está na justiça até hoje. Porque que acontece isso, os mais velhos foram falecendo, foram morrendo, e aí, muitas das vezes, hoje, pra você resgatar esse dinheiro é exigido o atestado de óbito que talvez a família na época não tenha assim, passou por descuido e não tirou. O óbito é uma das situações que está atrapalhando muito essa situação de resgatar a indenização, principalmente na questão das terras que eles venderam, aqui nós temos pessoas que não receberam por isso, porque os mais velhos que morreram não tinham a certidão de óbito.

Patrícia: Mas me diga aqui uma coisa, porque a gente acompanha umas outras situações aqui em Alcântara, e a gente percebe uma diferença assim, em alguns lugares, quando fala “terra de dono” por exemplo, lá em Itapuaua, onde Cynthia pesquisou, os antigos donos, os que se consideravam donos das terras eles tinham ido embora pra São Luis. Eles não eram famílias de lá mesmo de dentro da comunidade. Pelo que o senhor está me falando aqui, no Peru velho não era assim. As pessoas que eram proprietárias moravam nessas comunidades.

Antônio Marcos: Moravam. Isso.

Patrícia: Como que essas famílias do Peru velho conseguiram adquirir essas extensões de terra? Comprar e se tornar dono?

Antônio Marcos: Aí é uma história antiga que talvez eu nem sei lhe dizer. Por que assim, é aquela questão, é uma herança que vem passando de pai para filho, então, os mais velhos foram passando para os mais novos. Eu já comecei aí a entender a partir daqueles que venderam, agora, pra trás eu nem sei mais lhe dizer de quem é, era dos pais dos que ficaram, por exemplo, eram do Jaime, de outras pessoas que venderam a terra.

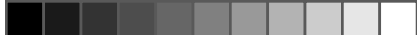
Patrícia: Mas tem alguma história ligada a uma antiga fazenda, tem uma que o senhor falou agora da fazenda Titica.

Antônio Marcos: Tinha algumas. No caso da fazenda Tessoônia que chamavam na época,

Patrícia: Eu nunca ouvi falar.

Antônio Marcos: Tinha a fazenda Urubu, tinha a fazenda Badajó, a fazenda Titica, Camarajó e assim sucessivamente, cada uma dessas era uma fazenda.





Patrícia: Mas era de que?

Antônio Marcos: Desses proprietários que eu estou lhe dizendo

Cynthia: Mas trabalhava com o quê?

Antônio Marcos: Porque a fazenda passou a ser fazenda após essa negociação com o Centro, se hoje você pega qualquer certidão para fins de aposentadoria. Na época, por exemplo, quem foi cadastrado no Peru, eles vão declarar pelo INSS e dizer que aquela pessoa foi cadastrada em 82, em 83 lá naquela fazenda Peru, porque ele morava na comunidade Peru. Aquele que morava na fazenda Camarajó, Titica, Santa Cruz eles iam dizer que era fazenda Camarajó, Santa Cruz e assim sucessivamente. Então, esse nome fazenda surgiu a partir daquela negociação com o Centro.

Patrícia: Então tem um termo, que é um termo mais técnico que os militares criaram para poder desapropriar os 65.000 hectares, mas para além disso existiam aqueles domínios antigos. Lá no Peru não tem nenhuma referência a essas fazendas antigas? Não tem ninguém que conte essa história, como que era?

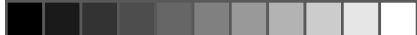
Antônio Marcos: De como surgiu?

Patrícia: De como era antes, muito antes da Base. As fazendas antigas, porque a gente sabe que em Alcântara tinha muito engenho, tinha muita fazenda que plantava algodão, isso eu estou falando ainda do período colonial, antes do século XX, final do século XIX, muitas fazendas se constituíram em Alcântara de produção de cana de açúcar, essa coisa toda, lá tem alguma lembrança? Desse tipo de situação assim do passado?

Antônio Marcos: Olha, em algumas dessas que eu citei, se encontrava algumas *taperas* antigas, por exemplo, a fazenda Badajó, se encontrava *taperas* antigas. Na fazenda Tessoânia, essas *taperas* antigas que eram daqueles antigos moradores que talvez desde aquela época dos escravos, da escravidão quando passaram em Alcântara. Então, é assim como eu lhe digo, eu não tenho uma história dessa memória de poder resgatar isso, quem poderia ter isso era o Jaime, mas o Jaime apesar de ser uma das pessoas mais idosas da comunidade, mas ele acabou dando o mal de alzheimer e não se lembra mais de tudo isso, aí foi embora.

Cynthia: Qual é o nome da outra?





Antônio Marcos: Badajó, Camarajó, Tessoânia, Urubu.

Patrícia: Mas, essas taperas antigas, o senhor chegou a conhecer?

Antônio Marcos: Conheci.

Patrícia: E elas eram como assim, o que que tinha nelas? Era só resto de casa? O que tinha nelas?

Antônio Marcos: Era, as vezes, por exemplo, você encontrava pedaços daquelas fibras de barro antigo, você não encontrava mais perfeita, mas pelo menos você encontrava. Há muito tempo isso já vem acontecendo.

Patrícia: Rodas, tachos, essas coisas assim?

Antônio Marcos: Não. Isso aí não tinha.

Antônio Marcos: Já é em algumas fazendas, inclusive a gente vai ver que aqui entre Baixa Grande aqui foi encontrada isso aí. Quando foi feito esse estudo do professor.

Patrícia: Uma pena que seu Jaime já esteja nessa situação. Mas nessa situação que a gente está percebendo, quando a *Base* vai efetuar o processo de desapropriação ela mesma vai chamando algumas extensões de terras de “fazenda”. Mas essa fazenda que a *Base* está chamando é diferente da própria referência que as pessoas da comunidade tinham com relação aos seus domínios, não é isso?

Antônio Marcos: Isso mesmo.

Cynthia: Uma coisa que eu fiquei em dúvida na sua fala, são as questões das indenizações, o senhor disse que teve uma parte do pessoal que aceitou e recebeu logo e outra que não aceitou e até hoje. Então isso quer dizer que aqueles que resistiram saíram um pouco prejudicados, não é?

Antônio Marcos: Isso, saíram prejudicados.

Cynthia: Até hoje não receberam?

Antônio Marcos: Não receberam.

Cynthia: Eles entraram na justiça com algum processo?

Antônio Marcos: O processo está na justiça, eles tentaram recentemente resgatar isso através de um advogado deles, mas aquele entrave que eu disse





ainda agora, por um lado a questão de muitas pessoas antigas que já faleceram que não tem a certidão do óbito. Então isso deu um entrave aí a pessoa precisa fazer toda uma questão de uma busca no cartório saber se essa pessoa passou por lá ou não. Isso dificultou muita essa situação pra resgatar. Mas têm famílias depois disso que já receberam, por exemplo, a família do Porto, tem familiares que receberam. A única fazenda que talvez ainda não recebeu foi a fazenda Urubu, que era do Peru, que ainda não foi resgatada. Mas as famílias já estão prestes a resgatar.

Cynthia: Mas não deu problemas na hora que a base estava fazendo esse cadastramento já que estava colocando essas questões de fazenda, não deu algum desentendimento de quem era e quem não era proprietário?

Antônio Marcos: Não. Não deu. Porque assim, cada um desses proprietários é aquilo que a gente comentava ontem, eles têm uma documentação em mãos, que veio passando dos mais antigos, dos pais deles, e assim veio até a mão deles. Até hoje você vai ver que ali no Marudá, nosso vizinho aqui, nos falávamos isso com a Maria do Carmo que foi uma das proprietárias que recebeu a indenização da fazenda Jabaquara. Mas ela hoje ainda tem um documento.

Cynthia: Essa questão das indenizações também que o senhor falou, que o senhor entrou como um delegado sindical considerado novo há uns 5 anos, quais eram as demandas, as lutas do sindicato nesse período, as pautas reivindicatórias?

Antônio Marcos: Bem, um dos pontos é que a luta dos sindicatos sempre é pela garantia da terra, a briga pelo território. E uma das questões foi essa questão do “módulo rural”, do tamanho do lote de terra que era 35 hectares de acordo com o INCRA. Mas o Centro de Lançamento, o CLA, reduziu para 15 hectares. Então isso foi um entrave muito grande, como é que um município em Alcântara pode se dividir, porque a gente vai lá vê a questão dos assentamentos e está lá no INCRA e no ITERMA que um lote de terra tem 35 hectares, que é o correto. E por que o Centro de Lançamento trouxe isso pra 15 hectares? Então isso foi um entrave muito grande. Infelizmente, naquele tempo da luta, o Sindicato se sentia também sozinho. As próprias comunidades, aquelas que foram remanejadas não davam quase apoio ao Sindicato, iam muito pela cabeça de alguém que fazia parte no caso, da Aero-náutica. Quer dizer, o próprio governo na época era favorável ao Centro, que





deveriam ser favoráveis às comunidades, à população, mas era favorável ao Centro. Então isso prejudicava muito, porque tinham pessoas que queriam fazer a cabeça de alguém dizendo: “*Oh, você vai atrás de Sindicato, o Sindicato é isso é aquilo outro*”. Então nessa época a gente teve um entrave muito grande, eu não, os dirigentes da época tiveram um entrave muito grande porque eles defendiam uma coisa, mas a população entendia que tinha que ser de outra forma, porque achava que o movimento Sindical vinha para atrapalhar a vida deles. Ao contrário, a gente sempre teve essa luta, que o Sindicato tem, para garantir o direito da terra e de cada um deles. E infelizmente a gente briga até hoje, é por isso a nossa briga por esse reconhecimento do território. É isso, é garantir esse território que foi tomado, como a gente disse: foi tomado porque parte dele não foi indenizado, muitas pessoas não receberam, então, que devolvessem isso para comunidade

Patrícia: Então o senhor acha que o processo de mobilização nessa época foi muito difícil porque havia uma influência grande dos militares da Aeronáutica querendo mostrar que a mudança para a “agrovila” era melhor, mesmo com a redução do módulo rural.

Antônio Marcos: É assim, uma das questões que eu comecei a entender no início dessa discussão, uma das questões era assim, eles usavam muito certas estratégias. Primeiro porque eles não deixavam que nenhum jovem sentasse em reuniões com eles para discutir qualquer acordo, eles usavam as pessoas mais antigas da comunidade. Por que as pessoas mais antigas das comunidades? Porque eles já traziam aquele dom ali, como por exemplo: eles construíram uma casa em Alcântara que seria a referência da casa para as agrovilas, então eles construíram essa casa, levaram as famílias até lá para que eles fizessem essa avaliação, se esse seria o modelo da casa que a comunidade queria, que as famílias queriam. Eles foram lá e viram, o banheiro sempre foi fora, aí quando eles perguntaram: “*Vocês querem com o banheiro dentro?*”? Aí uns falaram: “*Banheiro dentro de casa? Nem pensar*”. Então quer dizer, não tinham essa oportunidade que hoje os mais jovens têm. Hoje, eu, a Neta, os demais, o próprio Danilo e outros que já começamos a entrar nessa luta ainda jovem, o pessoal mais novo na época do deslocamento não teve essa oportunidade. Então acabou fazendo a construção de uma casa muito mal feita. Se você vê as primeiras casas que foram feitas construídas pelo Centro de Lançamento a madeira era tudo no pau tirado da *baixa*, o piso era um cimento varrido.





Patrícia: Madeira de pau o quê seu Marcos?

Antônio Marcos: Madeira tirada de *pau da baixa*, era diferente dessa aqui que seria de perna manca como a gente chama, era madeira roliça mesmo.

Cynthia: Era daqui mesmo da comunidade?

Antônio Marcos: Da própria comunidade mesmo, daí era aquela questão que a gente já estava colocando sobre o Rio Pepital que eles usavam muito isso para a construção dessa casa. Então o quê que acontece? Depois de muita resistência dessa luta, começou a mudar a partir de Marudá e Peru, já com um padrão de casa diferente. Em vez de ser o cimento varrido seria um vermelhão que botaram, mas, mudou muito pouco, pouco mesmo. Então, essa luta ela não para. Então eu coloco assim, toda história de luta a partir dos anos 80 pra cá, após a implantação do Centro de Lançamento tem um dedinho do Centro de Lançamento. Não tem pra onde fugir a questão é essa. Aí alguém diz: “e se não tivesse o Centro de Lançamento, como seria Alcântara?” Não sei. Mas até hoje a gente vai ver 30 anos que eles passaram por aqui, há mais de 30 anos, o quê que Alcântara ganhou com isso? Qual foi o avanço que Alcântara teve com isso? Aí você vai olhar para Alcântara, e eu sempre digo isso, aí você vai ver duas cidades. Alcântara tem duas cidades, tem uma cidade tecnológica, que você entra na cidade deles e é mil maravilhas. Aí você olha para a cidade histórica e está lá, acabada. Você olha hoje Alcântara e está lá, uma cidade cheia de buracos, sem ter hospital, sem ter ambulância, a educação precária, saúde nem se fala. Então, é essa Alcântara que teve avanços com esse Centro de Lançamento que está bem aí próximo? Eu acho que qualquer município que quiser receber um Centro de Lançamento desse é pra se evoluir, acho que a ideia deles de vir pra cá não deveria ser só para pensar neles. Deveriam pensar na população de Alcântara. Ao contrário, Alcântara sofreu e se você for ouvir dizer que o Centro de Alcântara foi um avanço para Alcântara, eu não sei de quê, porque os filhos dos pais que tiveram oportunidades de servir o quartel, serviram muito mal quatro anos e estão aí jogados, talvez até no mundo das drogas, porque não tiveram outra oportunidade de trabalho. Muitas pessoas deixaram suas casas para ir morar em São Luís, como exemplo de Marudá. Em Marudá você vai ver mais de 20 casas fechadas, abandonadas, quebradas, jogadas mesmo, porque a pessoa achava que não tinha condição de vida aqui pra ele. Foram pra São Luís. Hoje talvez na Liberdade, que é um dos bairros que se diz até





como parte do município de Alcântara, tem muitas famílias daqui, no bairro da liberdade. Então qual foi o avanço que teve? Se você ver o asfalto deles, é um asfalto de primeiro mundo, mas se você olhar o asfalto de Alcântara, você vê a qualidade ruim, que avanço é esse? Eu fico me perguntando, será que teve avanço?

Então isso caberia muito ao governo que tivesse no comando. Então assim, a gente fica pensando, você vê hoje o exemplo de Mamuna, não vou nem dizer nem Brito e Canelatiua porque Mamuna está muito mais próxima para essas comunidades que saíram do que essas outras. Mas Mamuna está muito mais próximo, é que Mamuna ficou isolada sozinha. Mas aí alguém vai dizer: *“Mas Mas Mamuna tem uma fonte de renda que é a pescaria”*, tem. Mas por outro lado, não teve avanço. O que que você encontra em Mamuna? Não tem um telefone público, não tem um ensino de primeira qualidade, não tem nada. Então, quer dizer, os alunos estão vindo é pra cá para estudar, por quê? Porque ficou também isolada. Isso parte muito da gestão e dos gestores que estão no governo. Eu acho que tem a ver com a questão de se pensar em futuro deslocamento para essas comunidades, Mamuna, Brito, Baracatiua e Canelatiua. Mas isso não quer dizer que o governo não pudesse investir nessas comunidades, que não podia ter uma melhoria na estrada, que não podia ter uma escola melhor para os alunos e assim até posto de saúde, qualquer coisa pra evitar de vir até a sede por um ferimento qualquer. Então, eu não vejo, eu não vejo, eu não vejo até hoje nenhum avanço. Alguém pode dizer: *“Não, tu pode ter avanço e não ver avanço, talvez tu não veja porque tu trabalhas em movimento sindical”*. Mas eu vejo por outro lado, tem momento, não sei até hoje o quê que o Centro de Lançamento veio fazer para Alcântara, porque até hoje nenhum dos foguetes que eles lançaram, nenhum deu certo e vai continuar não dando certo, a gente já viu, teve agora um teste e o foguete foi explodindo aí. Então, qual é o avanço? Ficam as famílias nessa situação, então eu digo hoje: se as famílias não tivessem esse benefício de aposentadoria ou então essa pequena bolsa família eu não sei nem como seria em Alcântara, a população de Alcântara por estar próxima do Centro de Lançamento não sei nem como seria.

Cristina: Seu Marcos o senhor falou que seriam 35 hectares, 35 é o módulo rural de Alcântara?

Antônio Marcos: O módulo rural sim, do INCRA, só que é um exemplo,





em algumas partes aqui na área do assentamento isso era 35 hectares, e por isso que em Alcântara passou a ter dois módulos rurais diferentes, um com 35 e outro com 15, da parte do Centro de Lançamento.

Cynthia: Seu Marcos, e em relação à essa questão da composição do Sindicato, depois da Base, como é que ficou essa composição? Passou a ter mais das agrovilas, das áreas atingidas ou isso não interferiu muito?

Antônio Marcos: Isso na direção?

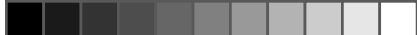
Cynthia: É.

Antônio Marcos: É, assim, há um processo, quando eu cheguei em 95 como delegado sindical e tive a oportunidade de ser em 2000 do Conselho Fiscal a gente olhava o quadro do Sindicato e percebia que na direção tinha mais pessoas dessa área daqui de cima, daqui do Oitiua, do Arenhengaua. E das agrovilas tinha bem pouco, não se tinha ninguém das agrovilas, o mais próximo aqui de Alcântara das agrovilas era o Samuel, na época, porque era aqui da Baixa Grande, era o mais próximo. Então hoje a gente já viu que isso mudou um pouco, já teve um quadro diferente nessas composições, de certo tempo pra cá, a gente viu que isso mudou. Hoje tem o presidente do Sindicato que é do Peru, de uma das agrovilas, temos o Samuel que é bem aqui da Baixa Grande. Aí vamos ver, tem alguém que faz parte do Conselho que é aqui dessa região das praias, então essa composição veio mudando. E a ideia daqui pra frente é ter mais representante desta área, porque é a parte mais afetada de toda essa situação de Alcântara. Não é que quero dizer que o município todo não sofreu, sofreu. Todo município de Alcântara sofreu, mas a parte mais sofrida, mais afetada faz parte das agrovilas com essa área da praia que não tem nenhum representante. Se você olhar até para a Câmara, se você olhar para um gestor público na Câmara, você vai ver que essa área não tem um representante e são comunidades grandes. São comunidades grandes como São João de Corte, Ponta de Areia, Canelatiua, mas não tem um representante, o mais perto delas é o vereador Biné que é aqui das comunidades, do Peru.

Patrícia: Eu não entendi. O representante Sindical?

Antônio Marcos: Eu digo até mesmo na Câmara como vereador. Não existe nessa área aqui de cima não existe nenhum representante na Câmara. Que podia ter, é o que eu sempre digo, temos que nos unir, não é pensar em





vários candidatos. As vezes a política chega, está chegando agora a política esse ano e muitos querem ser candidatos. Não é assim, eu acho que precisa se ver quem pode ser candidato e se pensar em um nome, ou em dois nomes, se essas comunidades tiverem como eleger, porque precisa ter um representante. As vezes tem situações essas comunidades daqui de cima que nem em Mamuna, Canelatiua passam por quê? Porque não tem alguém para brigar por eles lá na Câmara. Então a estrada custa chegar, não tem melhoramento em nada, então é uma série de coisas. Então, aonde tem alguém, ele sempre está reivindicando, sabemos que o vereador não é só de uma comunidade, ele é vereador do município, mas, a gente precisa ter alguém mais próximo da gente para reivindicar, como também o Sindicato, precisamos ter alguém dessa região daqui pra frente para que venha a se divulgar essa história, esse nome do Sindicato nessa luta.

Cynthia: O mandato é por quantos anos?

Antônio Marcos: Quatro anos.

Cynthia: Quatro anos por chapa, aí tem as disputas entre as chapas no período da eleição?

Antônio Marcos: É, na verdade, de muitos tempos para cá, a última eleição que teve, disputa mesmo de Sindicato, eu me lembro que parece que foi em 88, a gente vai ver isso lá nas atas. Que tinha duas chapas disputando na época: a chapa do governo, que era o pessoal do governo de Leitão, que estavam no governo, e indicaram o próprio Melquíades que estava com eles. E do outro lado, a chapa do movimento que era o Nonato Silva que teve uma disputa muito cerrada e o Nonato acabou ganhando a eleição. Foi a única eleição que eu me lembro do Sindicato que foi assim disputada com duas chapas. A gente vai ver hoje, todas as chapas que vieram eram chapas de consenso, quer dizer, não tem ninguém de fora então é só mudar mesmo e assim a gente vai vendo que vai só mudando de posição. O cara que estava aqui hoje como presidente vai pra ali. E eu sou contra isso. Eu digo, eu vou brigar pela minha reeleição porque eu tenho direito a minha reeleição como presidente do Sindicato, mas eu terminando meu mandato, para eu ser eleito pela reeleição, a gente tem que dar oportunidade aos que vierem depois, porque tem alguém que precisa estar dentro também, estar somando, estar ajudando dentro do movimento, o movimento sindical. A gente vê a história do Aniceto é antiga, desde quando Aniceto chegou ainda continua, se você



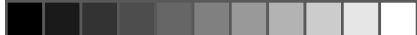


vê a história do Samuel, então eu acho que essa história ela precisa também está passando para outro, mas o outro precisa também está fazendo isso. Por isso que eu digo, quando eu entrei na disputa também pela questão do delegado sindical eu não pensei, naquele momento eu não pensava apenas na eleição para delegado sindical, eu queria brigar por delegado sindical, mas meu objetivo era alcançar um dia a direção como presidente do Sindicato como eu alcancei hoje. Então quando a gente se programa pra isso, você alcança. Mas muitas vezes o companheiro diz: “ eu sou delegado sindical eu não tô nem aí”, passa ano mais ano como delegado sindical e não avança, não faz nada. Então o meu objetivo seria esse, eu disse que quando eu entrasse em movimento sindical eu entrei pensando como delegado, eu quero chegar até a direção do Sindicato, mas pra isso eu preciso trabalhar e trabalhei pra isso, alcancei e cheguei. Então, como eu ainda tenho direito, o estatuto me garante eu ter esse direito de reeleição, eu vou para reeleição, não quer dizer que eu vou ser o eleito, mas vou pra reeleição, e se vier outra chapa nós vamos para a disputa, que seja talvez da própria direção, não entre em acordo com o meu nome e possa haver um rompimento, não acredito que isso pode acontecer, mas pode, as vezes pode existir esse desentendimento e alguém sair candidato.

Patrícia: E quais são os principais problemas que o senhor como presidente do Sindicato tem enfrentado nessa gestão?

Antônio Marcos: Um dos principais problemas continua sendo essa questão, a questão das titulações da terra e outros problemas internos, mas também que tem tudo a ver com a situação do Centro. Hoje a gente vai ver em algumas comunidades, como a que se chama de Tiquara, outras comunidades como São João, do Raimundo Sú, Itapuaua, são pequenos problemas, aqui mesmo no Marudá, nós tentamos resolver uma questão que a própria Luzia, não sei se vocês sabem quem é a Luzia. Conhece né?! É uma mulher muito lutadora, batalhadora há muito tempo, mas entendeu aí na época que quando o coronel estava aí no Centro deu um pedaço de terra pra ela e disse que era dela, e ela achava que era. Hoje a comunidade de Marudá cresceu um pouco e eles queriam construir uma rua nessa área onde ela dizia que pertencia a ela e ela brigou com o pessoal da comunidade e disse que não aceitava, então nós fomos pra lá, tentando resolver, ela tinha ido para o Centro de Lançamento, o Centro não vinha mais porque disse que quem tinha





que resolver isso era o Sindicato e nós fomos lá e resolvemos. São pequenos problemas que a própria comunidade tem competência para resolver e não resolve, aí corre para o Sindicato para o Sindicato resolver. Tivemos agora lá no Engenho uma situação, teve ... (chega a filha dele) então a gente tenta resolver uma situação pequena que a comunidade podia estar resolvendo e elas não resolvem. Mas hoje o meu maior desafio ainda, e eu continuo dizendo, é essa questão ainda da titulação.

Patrícia: São situações como dessa Sra. de Marudá que o senhor falou o coronel deu um pedaço de terra para ela. E quais são as outras situações que a comunidade recorre ao Sindicato?

Antônio Marcos: Olha um exemplo: nesse período quando esse coronel esteve lá, talvez disse pra ela: *“Olha dona Luzia, você pode utilizar essa área aqui”* disse isso também a um cidadão que já faleceu: *“Olha seu João o senhor pode utilizar isso aqui, mas no dia em que a comunidade precisar dessa área, essa área é da comunidade, essa área não é sua”*, isso ela entendeu que aquela área podia ser para o resto da vida dela e como ele assim também, ele fez um bananal próximo à casa de farinha. Na época ele fez umas hortaliças, a comunidade se acomodou e deixou ele avançar. E depois de estar estruturado na área é que a comunidade queria tirar, aí você perde um pouco do direito. Tudo tem que começar do início, um companheiro está dizendo que o cara está roçando em uma área que é minha então na hora que ele começa a jogar o primeiro pau ou então a primeira picada que ele fez você tem que proibir logo pra não deixar o cara roçar e depois tocar o fogo e aí no momento do plantio você quer proibir o cara trabalhar. Então, a gente é contra isso, quer proibir, proíbe no início. Então, isso ela achava que era dela, só que a comunidade tinha a área como da comunidade, e os benefícios seriam para a comunidade. Então, o quê que acontece? Eles foram lá no Ministério Público, na Defensoria Pública, mas ninguém deu o direito a ela. Então sentamos na comunidade, resolvemos isso então hoje a área pertence à comunidade. Aqui hoje, o cidadão morreu, ficou a área lá hoje e a comunidade tomou conta de novo, os filhos dele entenderam que a área é de utilidade da comunidade. Então eu acho que é assim, esse entendimento, esses pequenos entraves são mais entraves entre as famílias e a comunidade.

Cynthia: Mas aí o senhor falou que o coronel que deu o terreno. Como é que é isso aí, tem muito essa interferência? O coronel tem esse direito?





Antônio Marcos: Não. Talvez a interpretação dela, talvez o coronel no meu ponto de vista, porque eu não participei, talvez ele tenha dito pra ela pra utilizar essa área até a comunidade precisar. Não plante um tipo de plantio com coqueiro ou outro tipo de coisa, mas um plantio que na hora que a comunidade precisar você possa tirar. Talvez ela entendeu que aquela área era dela pelo resto da vida, talvez eu posso fazer minha casa ali. Um dos grandes problemas também nas agrovilas que a gente tem é que cada casa que recebeu lotes de casa, foram 20 por 40, tem um fundo e tem uma pedra, aonde diz o marco do tamanho do quintal, pra trás não me pertence mais, é da comunidade, só que tem muitas pessoas que vêm diferente, porque o rumo, o quintal mesmo eu tendo as pedras que estão lá. Mas ele acha que aquela parte do outro lado tem que ser do meu filho ou eu guardar pra minha filha pra quando ela tiver 18 anos ela construir a casa dela. Tem muito isso nessas agrovilas e principalmente aqui, o pessoal vê por esse lado que eu acho errado. Se a comunidade precisa crescer e criar uma outra rua para descer daqui pra lá, esse pedaço não é meu, aqui é da comunidade. Mas aí outras pessoas não entendem dessa parte, eles acham que eu sou dono daqui, porque se minha casa está aqui, o fundo é lá. Foi o que aconteceu e é o que está acontecendo no rio Pepital, como eu dizia ontem, a culpa de ta essa falta de agua no município é o próprio Centro de Lançamento. Por que? Porque construiu uma agrovila em cima da cabeceira do rio, e ainda em glebas, uma vez nos debatemos com Enildo, que era a pessoa que talvez não está mais lá já saiu. E ele disse: “*não, mas cada gleba tem o seu limite*”, só que, minha querida, se eu tenho o meu limite da terra até aqui, e mais pra frente é mato, o companheiro depois que terminou o limite dele vai continuar roçando até onde ele encontrar *baixa* que não encontrou. E ai aquele jeito que a gente viu ontem, a situação do rio Pepital é causado por isso, porque foi jogado Glebas ali. Mesmo dizendo que tem um limite que não pode alcançar a margem do rio, mas para quem está roçando não quer saber disso. Aí a situação está aí hoje, a questão precária de agua no município de Alcântara.

Patrícia: Agora seu Marcos, eu me lembro que, eu não sei se foi na década de 90, que também as famílias das agrovilas receberam incentivos, na época eu acho que era o governo do Estado do Maranhão que dava incentivo pra crédito agrícola, para poder justamente em função do fato de não ser esse tipo de roça tradicional que vai mudando ano a ano, atingindo um certo limite ali, mas tendo que adubar a terra, e mesmo que incentivar alguns





tipos de plantio diferentes de mandioca. Não teve isso? Como é que foi essa experiência? Foi boa?

Antônio Marcos: Isso foi em 94, através do PROCERA, na época, algumas agrovilas receberam crédito. Aqui do Peru, a Associação chegou a receber na época, olha que ainda falar em 120 mil ainda parece ser dinheiro, mas eles receberam na época 120 mil reais, para trabalharem em 12 em 6 hectares de terra, com plantio de mamão, 3 hectares de mamão e 3 hectares de maracujá. E esse crédito que foi feito de 120 mil reais era pra implantação dessa área, como trator agrícola, como irrigação, uma série de coisas. Daí que essa área era administrada ou acompanhada por um técnico do Centro de Lançamento. E acabou não dando certo também, e aí Peru, hoje as famílias que faziam parte desse projeto estão endividadas com o Banco do Nordeste até hoje.

Patrícia: Até hoje? O banco ainda existe mais né?

Antônio Marcos: Ainda existe. Aí Peru, Marudá, Pepital, Cajueiro, Ponta Seca foram as cinco agrovilas que estavam na época nesse projeto, a única que não fez foi Só Assim e Espera.

Patrícia: E não deu certo por que o técnico do Centro de Lançamento quis interferir na produção, qual foi o tipo de interferência?

Antônio Marcos: Assim, ele era o técnico que era para acompanhar no dia a dia, para informar ou indicar como é que era o serviço que deveria ser feito e ele só chegava aqui no horário de 11:00h para as 12:00h porque ele era funcionário. E além de ser técnico ele era funcionário do Centro e o Centro só liberava ele nessas horas, e o Centro achava que nessas horas o produtor estava disponível para fazer o serviço 12:00h. Sabe que o serviço do pai de família, trabalhador rural, ele vai cedo pra sua roça e chega 11:30h para tomar seu banho, almoçar e descansar um pouquinho pra voltar 14:00h. Então ele chegava nesse horário de 12:00h, na hora do almoço. E aí não teve esse aproveitamento. E uma das outras questões que o pessoal que se confiava muito nele, é que ele era apenas um técnico, ele era apenas para acompanhar o trabalho na área, não era pra fazer compra de material, e na época o pessoal da Associação, através do seu presidente se confiava muito nele, davam até cheque assinado em branco para que ele comprasse o maquinário para os projetos. E isso causou um grande problema aí, até um desentendimento,





que houve um desvio de dinheiro desse projeto que não apareceu. Mas assim, a falha era culpa da própria Associação, porque tinha uma direção, tinha um presidente, tinha um conselho fiscal, tinha um tesoureiro, mas como é que eu posso dar um cheque assinado em branco para a pessoa comprar lá o que queira comprar? E o outro técnico da outra área era o Domingos, o atual prefeito de Alcântara, que também não teve êxito, não teve resultado, não teve nada. Então o que aconteceu, o que acabou com isso: o projeto foi bom, foi implantado, chegamos a ver alguns pés de mamão, acho que a Neta ainda chegou a ver aí, era uma maravilha o pé de mamoeiro, o maracujá também, mas, infelizmente eu não sei o que aconteceu, se foi algum erro de adubação ou falta de informação do técnico também de não ter acompanhado, isso acabou dando um problema no mamoeiro que matou de vez quase todos os pés de mamoeiro e isso ocasionou uma dívida muito grande, acabou com tudo e até hoje estão com o seu nome sujo no SPC.

Patrícia: Então foi só com o fracasso desse projeto que as famílias voltaram a plantar a mandioca? Ou ainda teve alguma iniciativa de plantio de coisas que não fosse a mandioca nos lotes?

Antônio Marcos: Não. Não teve. Em 99 teve um projeto do Banco do Nordeste, mas era mais para essa questão da *roça no toco*, só o que acontece é o seguinte, esse projeto grande, projeto que quando vem na cabeça dos companheiros, dos agricultores que não sabiam como era o projeto que era trabalhar dessa forma, mas eles vieram com coisas diferentes, com coisas muito boas, com ideias novas. O que eles colocaram na cabeça dos produtores? Você não vai mais precisar fazer sua roça, o teu sustento tu vais tirar daqui, tu vai receber diariamente todo dia que tu trabalhar, o projeto vai te bancar, só que o técnico tinha que explicar que tinha algumas diárias que eram pagas, catação de raiz, aí a equipe ia catar raiz hoje e o projeto pagava a diária para os produtores. O agricultor só ia passar a ganhar o que era dele depois da produção, depois que começasse a vender o produto, o que era esperado, 15 toneladas de mamão e 15 toneladas de maracujá. Após essa produção, aí sim seria o dinheiro porque você já tinha implantado o projeto, uma parte seria para dividir com os agricultores e a outra parte estaria pagando a parcela desse projeto desse 120 mil reais. Só que não aconteceu, quando os companheiros imaginaram que iam pra lá acabavam perdendo a roça deles, então eles optaram: *“olha, vou largar projeto de mão e voltar pra minha roça, porque da minha roça eu tiro o meu sustento pra comer e beber todo ano, e aqui não”*.





Tinha mercado, tinha, porque o mamão, apesar dele não ter dado o que era o suficiente, mas tinha produtor para comprar o mamão. O maracujá já tinha mercado garantido, a questão foi não ter a produção esperada que foi calculado pelo projeto de tirada essa quantidade. Tudo isso como eu disse, talvez por alguma falha de algum técnico, de algum adubo, algum remédio que colocaram, acabou dando esse problema. A produção ao contrário desse fomento que está tendo agora do governo, desse 2.400,00 para criação de galinha, do INAP hoje que está trabalhando, ao contrário disso a produção já era garantida, já tinha mercado pra isso, e o mamão era mesmo do bom.

Patrícia: E isso durou quantos anos?

Antônio Marcos: Para o plantio?

Patrícia: É! Do mamão, do maracujá! Durou quanto tempo?

Antônio Marcos: Durou uns seis anos por aí! Nesse período de seis anos eles não deixaram o roçado deles, continuaram a fazer a roça deles, só que aí com a experiência, como eu disse, talvez quando veio o projeto como era uma coisa nova e na ideia que alguém colocava na cabeça deles que a partir de hoje não seria preciso nem mais fazer a tua roça, *“tu vai ganhar tudo daqui”*. Tinha dinheiro, 120.000 mil, só que era dinheiro, mas não era para fazer isso, era para implantar o projeto. Aí compraram na época que eu me lembro, uma irrigação de 40.000,00 reais, um trator de quarenta e poucos mil reais, que hoje tá aí jogado, acabado, nunca mais funcionou, e assim, outros tipos de coisa. Esse 120.000 era pra isso, além de tudo isso o que eu ia fazer, um exemplo, eu vou comprar um trator avista de 40.000, 00 reais, e eu fazia uma econômica, que na época era de 5.000 a 6.000 que a empresa me dava um desconto e como deu. E o desconto de cada mercadoria e que eles entenderam depois que o próprio técnico tinha ficado, diferente já do outro projeto que teve aqui, lá do Biné, eles que compraram, eles tiveram uma economia de quase na época de mais de 20.000,00 reais, que compraram um trator que não estava no projeto, compraram um piladeira que não estava no projeto e botaram mais um telefone rural na época. Com a sobra do recurso do projeto do que eles conseguiram fazer de economia, pra compra dos matérias, que os daqui, aí que começaram a perceber que eles tinha feito coisa errada de entregar cheque em branco para que alguém fosse comprar em nome deles, que eles deveriam ter comprado e não fizeram isso, entregaram na mão do técnico, que o técnico na verdade não era pra fazer compra de





material, e sim para acompanhar os trabalhadores no campo.

Cynthia: Isso era via Associação?

Antônio Marcos: Sim! Via Associação.

Cynthia: Como é que essa questão das associações, aqui tem quantas?

Antônio Marcos: Hoje não tem nenhuma, de tantas associações, parece que eram quatro que criaram aqui, hoje não tem nenhuma, não tem nenhuma que diga assim que esteja ativa. A associação comunitária que era do Peru essa que gerou o projeto, foi mudando de presidente que era boa e nunca mais fizeram nada. Aí veio a do Biné, se acabou e nunca mais. Depois o meu compadre Zé Branco criou outra e se acabou e nunca mais. Então não tem nenhuma associação, nenhuma está ativa, estão todas, aqui eu digo, uma comunidade com mais de 50 famílias, mas não tem nenhuma associação que representa a comunidade. Aqui hoje tem mais de 150 famílias, cresceu muito, foi a única comunidade talvez, Peru e Cajueiro que não saíram pessoas, famílias para São Luís, ficaram sempre aqui, e já cresceram família.

Patrícia: Você falou que de Marudá já saíram muitas famílias.

Antônio Marcos: Marudá já saíram bastante, aqui sempre permaneceu e já cresceu, hoje o número de jovens que já tem família, que já construíram, que já tem sua casa própria, por exemplo, a minha, eu já construí do meu suor, e outros demais que já construíram. Aí as casas foram construídas com o próprio suor da famílias, dos que tem a casa hoje, não é do projeto. Do projeto hoje só tem mesmo 100 famílias, mas cresceu muito mais que isso, quase 200 famílias, 100 famílias a mais, por isso que a gente fica com a questão da terra que não tem mais aonde a pessoa fazer o plantio, porque os que ganharam os quinze hectares, ganharam e os que não ganharam, vão roçar o quê? Se não tem mais onde roçar? Esse é um dos problemas que a nossa briga, que a nossa grande luta do movimento sindical é a questão desse território, pra ver se a gente tenta acabar com isso.

Cynthia: Agora qual é a relação do Sindicato, com as outras associações?

Antônio Marcos: Como assim?

Cynthia: As associações de moradores, elas têm outras demandas, os sindicatos não se relacionam muito com elas?





Antônio Marcos: Não, assim, o Sindicato com essas associações, a nossa briga, a nossa luta é pra questão do território, através dessa Associação que a Neta já quer até mudar o nome, que é a ATEQUILA, que nunca foi pra frente. E essa Associação seria o instrumento de agregar as outras associações, para que essas outras associações façam a parte delas, para que essa associação seja um instrumento para receber esse território. Como sindicato nosso relacionamento com as associações é normal. Um exemplo pra finalidade dessa luta, a gente tem que ter uma Associação que não é um sindicato, que é uma outra instituição, para que a associação receba esse título, essa que é a ATEQUILA que nunca saiu do papel.

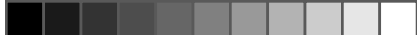
Neta: Observando o quadro de delegados que tem no município, a gente não observa um delegado jovem no município de Alcântara, esse processo de escolher, eleger, sei lá, como é que se dá o nome, como se escolhe um delegado?

Antônio Marcos: Deveria ser feita uma eleição, o estatuto diz que a escolha de delegado sindical deveria ter uma eleição, por exemplo, uma eleição de quatro em quatro anos, assim que mudassem a direção do sindicato, mudaria também o delegado sindical, agora esse delegado, de acordo com o trabalho que ele fez, ele pode ser reeleito, só que hoje o delegado mais novo que a gente tem no quadro do sindical é o Arnaldo, lá do Cujupe, Se não me engano é ele e uma menina que é lá de Itamatatua. São os delegados mais novos do quadro, que o processo era pra ser esse, só que já caducou, hoje a gente vai olhar, o Leonardo está antigão, vai olhar pro Riba, está lá antigão, você vai olhar lá pro Maurício, está lá antigão. E assim outros vieram depois dos pais, um exemplo, a Juliana veio depois que o pai deixou, a mãe deixou; a dona Dores, deixou e passou para ela. O Arnaldo foi o único que teve uma eleição, mas o Arnaldo veio depois que a mãe faleceu, mas depois teve uma eleição e a comunidade eleger já na minha direção, o Arnaldo como delegado.

Cristina: Tem muitas mulheres delegadas?

Antônio Marcos: Temos muitas mulheres como delegadas sindicais, nós temos a delegação de Mamuna que é a Fátima; nós temos de São João de Cortes que é a Juliana; nós temos a do Periaçu que é a Cristina; nós temos a do Rio Grande que é a Leonor; temos a de Itamatatua que eu esqueci o nome dela agora; tem a do Paraíso que é a Tereza; de Oitua que é a esposa do Aniceto e do São Maurício que é a Valdirene.





Patrícia: Toda comunidade tem?

Antônio Marcos: Não!

Patrícia: Itapera tem?

Antônio Marcos: Não! Aqui dessa região de praia que a gente diz, nós temos três, seria a delegacia de São João de Cortes, uma em Ponta D'Areia que está desativada e uma em Canelatiua. Tem uma em Brito, aí tem Santa Maria e Periaçu, então nessa região aqui da praia nós temos seis delegacias, cinco na ativa e uma desativada que é a de Ponta D'Areia. Aí tem aqui da Mamuna, com Mamuna sete; aí na agrovila nós temos só aqui no Peru, no Cajueiro está desativada, aí vem Manival que está desativada, Rio Grande está ativa e ali na Baixa Grande que o delegado é o Samuel que passa ser delegado lá. Aí pra região aqui de cima temos a lá do Tapual que está ativa, temos Tauaú, Peroba e Terra Mole. Aí nós vamos descendo pro rumo aqui de cima, Castelo, Pavão desativado, Santo Inácio, Castelo e Oitiua e Baiacuaua, aí vai descendo lá pro porto, Cujupe, Curuça e fechando Areregaua e São Maurício. Lá pra outra área temos Paraíso e o resto tudo lá pra cima agora, Portugal, Perial, Raimundo Sú, Tubarão, Mocajituba 1, Itamatatiua e Centro Alegre e fecha o quadro de delegado sindical.

Neta: E essas delegacias estão desativadas por quê? Porque não tem mais sócio suficiente ou porque não tem ninguém para ser delegado?

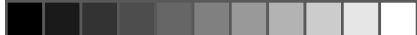
Antônio Marcos: Não tem ninguém mais que assumisse. Porque eles continuam pagando não lá, mais pagam na sede.

Patrícia: Com 18 anos quando o senhor veio de lá pra cá, do Peru velho, você tem lembranças de como foi esse dia da mudança, como foram os preparativos?

Antônio Marcos: **É bom até nem lembrar, porque não foi bom não, porque sempre tem aquela questão, quando você sabe que está sendo remanejado e principalmente da forma que foi, e aí você vai pra um lado e vem pra outro, as pessoas mais antigas sofreram.**

Eu posso até não dizer estava sofrendo, sentindo alguma coisa, mas por outro lado os familiares estavam acostumados a viver ali há muito tempo. A gente sofre, ter que colocar tudo que era seu dentro de um caminhão e se mandar para uma outra comunidade. Então aquele momento foi um mo-





mento triste, não foi um momento muito bom, até você sabendo que você está deixando uma terra que era sua, partindo para uma outra expectativa, uma outra coisa que você vai continuar a partir dali, que você não tinha conhecimento, não tinha nada, então é triste. Teve comunidade como Cajueiro que pessoas sofreram, choraram a gente vai vendo esse vídeo do Murilo, a pessoa do Cajueiro, uma Sra. de quase 80 ano e ela chorando porque estava deixando tudo aquilo para trás. Essa mudança de lá pra cá, talvez pra alguns foi uma alegria, mas eu retrato dizendo que isso foi uma tristeza, até porque você está deixando sua terra de origem, passando para uma terra que você vai aventurar a partir dali, e chegamos aqui e encontramos tudo à toa, era ruma de pedra, ruma de pau pelo meio, era família que chegaram com as casas tudo nojentas, começava dar uma limpeza. Aí ficava se perguntando onde você vai pegar água? Tinha uma lavanderia que era com um cata-vento, quando tinha vento tinha água, quando não tinha vento não tinha água. Então era uma série de coisas. Aí depois de muito tempo começaram a ver que o cata-vento não dava certo, eles colocaram um compressor, mas aí as famílias tinham que se deslocar.

Se você for ver hoje, quem mora bem ali pra cá já é área nova, área aqui é tudo área nova que já começou, bem da ali pra frente, depois dessa casa rosa que começou. Então, para buscar água na lavanderia era quase o mesmo percurso de quem estava na comunidade, tinha que ir lá no poço, tinha que ir lá no rio, mas aqui você estava começando uma vida nova, era totalmente diferente, porque lá você sabia onde ia pegar água, aqui você precisava estar se adaptando a tudo isso. Foi como tirar uma plantinha de um local e colocar pra outro, se você não tiver o cuidado acaba morrendo, assim aconteceu, teve muitas pessoas que passaram, chegaram a ficar doente devido esse impacto que a pessoa passou deslocado de uma comunidade para outra.

Neta: As distribuições das casas quem determinava?

Antônio Marcos: Foi feito um sorteio, assim como foi feito um sorteio das verbas, eu me lembro que esse sorteio foi feito, foi realizado lá no Peru ainda, aí foi feito um sorteio, tua casa é o número x. As casas todas eram numeradas, por exemplo, essas duas ruas aqui eram de um a vinte, dez, dez, não, quarenta, de um a quarenta, de outra parte de um a quarenta, e aí vai assim o sorteio, aí Neta puxava e tirava o número vinte, então o número da tua casa, já sabia que o número da tua casa era o número vinte na rua Camarajó. En-





tão vai ver o número vinte na rua Camarajó, sabia onde era tua casa, aqui por exemplo, aqui são vinte casas na verdade, ali é vinte e assim vai, vinte não, aqui é trinta. E assim foi, foi feito também os sorteios das casas, por exemplo, meus pais quando receberam na rua Camarajó, eles sortearam o número 20.

Patrícia: Agora se o senhor quiser tirar uma foto da Vila Peru, que foto seria essa?

Antônio Marcos: Eu não sei, só sei se pegasse a Rua Nova aqui.

Cynthia: Mais uma coisa, desse período que o senhor ficou no sindicato, teve várias mobilizações, quais essas assim que o senhor tem recordação, e como é que foi? Quais as organizações que participaram?

Antônio Marcos: Desse período todinho, eu sempre aponto pra mim, eu sempre aponto todo o eixo dessa luta, eu aponto o grande Seminário de 99, sempre, as outras todas foram importante, as antes e depois do seminário, mas pra mim, as coisas começaram a entrar mesmo no eixo foi a partir desse Seminário de 99. Então, foi um dos eventos que talvez, não só em Alcântara, mas em todo Brasil, isso chamou a atenção até porque esse evento tinha várias autoridades que ouviram de perto cada depoimento das famílias que foram remanejadas nessa época. Eu fiquei com isso pra mim como uma grande história do nosso movimento que foi o Seminário de 99, os outros depois desse e antes desse todos foram importantes, mas esse foi um dos os melhores momentos da luta de Alcântara. A partir do Seminário de 99, que foi organizado pelo o sindicato, pela federação, pelo deputado Dutra, por todo movimento, todo mundo sentou para discutir esse momento que seria importante para Alcântara. Não foi só uma luta do Sindicato, mas foi uma luta geral de toda população de Alcântara e principalmente dessas comunidades mais afetadas que eram as agrovilas. Então pra mim foi um marco a partir dali, daquele seminário, é que começou a se ver as coisas diferentes, que começou a se entender que, o próprio juiz federal dizia, que imaginava que nós éramos analfabeto. Não é bem todo mundo conhece um pouco o que é seu, o que é o seu direito, então a partir dali, eu acho que começou a cair a ficha pra todos nós, que nós tínhamos direito de brigar pelo que era nosso. Então a partir dali não veio mais a ter deslocamento de famílias e tivemos a mobilização geral de todo o Brasil, por isso eu digo, que o Seminário de 99 foi um marco positivo para somar com essa luta.





Cynthia: Teve alguns ganhos parece que tinha umas comunidades que já iam ser remanejadas e o processo parou em função do Seminário.

Antônio Marcos: Mamuna e Baracatatiua já estavam preste a serem remanejadas. Já tinha até ido olhar a área.

Patrícia: Nesse Seminário ficou definido que não teria mais o remanejamento?

Antônio Marcos: Daí pra frente, partindo desse Seminário começou toda essa discursão, inclusive ainda teve aquela, como é que se diz? Não foi uma Barricada, foi uma manifestação. As máquinas começaram a trabalhar em Baracatatiua, tu te lembra que começaram a fazer estrada e aí a própria igreja com o movimento foi indo pra lá para fechar a estrada? Fizeram isso para ninguém mais passar e entrar. Então tudo isso, a partir daquele Seminário, começou a tomar força. Aí que começamos a entender quem era que fazia os deslocamentos das famílias, que era uma empresa chamada INFRAERO, que não tinha nada a ver com o deslocamento de família. Então a gente entendeu, a partir dali começou a cair a ficha, que acho que a população, que o movimento entendeu que esse seria o caminho que deveria tomar como apoio, como eu sempre digo, o Alfredo foi um parceiro na nossa luta, somou muito com a equipe dele. Tivemos também um grande defensor que foi o procurador Alexandre, que sempre esteve ao nosso lado, o promotor, então foi um marco que nos garantiu a partir daí, sempre nos defendeu. Então a partir desse seminário, nós tivemos outras instituições que nos deram apoio para garantir a não relocação dessas famílias, por isso que Mamuna até hoje está lá.

Patrícia: Mas foi nesse seminário que se falou na criação do MABE? E que foi colocada a discursão sobre os direitos das comunidades quilombolas com mais força? Antes disso já se falava no artigo 68? Ou, a partir desse seminário, a discursão sobre os direitos dos quilombos se intensificou, já que a certidão da Fundação Cultural Palmares foi emitida logo depois, em 2004?

Antônio Marcos: Olha, eu acredito que começou a partir do seminário, porque para nós a questão dos quilombos era muito nova, eu não me lembro, mas talvez Neta pode me recordar assim, eu não me lembro quando foi que começou essa discursão, porque isso vem pra nós a partir do governo de lula, o primeiro governo de lula que começou a aparecer esse nome aí, que depois





caiu na mídia que o nome de nós começou a ser quilombo, do primeiro governo do lula.

Patrícia: Por que o Decreto 4887 é de 2003, mas com a criação do Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE), ali já mais ou menos, logo depois em 2002 com o trabalho do laudo do professor Alfredo, que foi em 2002, ali já era uma solicitação de vocês através do Ministério Público, solicitando que fosse feito um trabalho identificando as comunidades quilombolas de Alcântara, por isso que eu perguntei se depois do Seminário de 99 e da criação do MABE já se colocava essa discursão sobre o artigo 68 e o direito das comunidades quilombolas.

Antônio Marcos: Na verdade começou a clarear para as famílias, para a população, porque até então existia, mais era uma coisa que ficavam me perguntando, o que é isso? O que é ser quilombola? O que é ser quilombo? Será se eu me identifico como quilombola? Então ficou aquela pergunta que ainda continua, essa pergunta, essa interrogação, algumas pessoas ficam se perguntando, será que eu sou mesmo quilombola? Então pra mim saber disso eu preciso conhecer da minha origem, de onde veio, e aonde eu estou para saber se eu sou ou não. Então pra nós, depois desse reconhecimento, dessa 110, se não me engano, dessas 110 comunidades, que foram reconhecidas, então aí as comunidades todas, parte dessa que estão dentro desse Decreto como comunidade quilombola. Então é a partir daí que a coisa vem clarear. E aí vem o governo Lula, que já teve alguns benefícios, pra esse público, pra esse povo, pra esse quilombolas, começando depois para alguns benefícios voltados para benefícios sociais. E uma coisa que a gente não ficavam muito atento, os alunos, um exemplo, todos os alunos que eram da rede da parte do município que eram quilombola tinham um valor a mais que recebiam de merenda, que os que não eram. Então o povo ainda tem essa interrogação, mas eu sei com certeza, eu acredito que já se consideram. Não vou dizer cem por cento, mas vou dizer uns noventa, oitenta por cento da população se considera quilombola. É aquilo que digo, vai ter sempre alguém ainda influenciado por outras pessoas de dizer - *Não, tu não é quilombola, olha tua cor, tu é branco*. Achar que quilombola é o negro, tem que ser negro, tem que ser preto, tem que ser tudo isso, não, eu acho que tem que ver minha origem, hoje minha filha diz assim quando falo preto: - *Papai não é preto é negro*. As crianças já têm que estar aprendendo também, porque as pessoas tendem a pensar que o quilombola tem que ser negro, tem que ser preto, se





não for preto não é quilombola. Não é bem assim, ele tem que saber a sua origem, de onde partiu a minha origem, daí sim eu posso dizer, se sou ou não quilombola. Claro que nós não temos para onde correr, se nós fomos ver a nossa origem, toda a nossa origem partiu dessa história aí do Brasil, mesmo que não seja negro, é de origem, então tem a ver com o período de escravidão, quando os escravos estiveram aqui em Alcântara, então não tem para onde correr, é negro mesmo, é quilombola.

Cynthia: Marcos, então em relação a essas mobilizações, tem diferentes movimentos também além do Sindicato, você poderia falar um pouco sobre isso?

Antônio Marcos: É como falei, tem o MONTRA, que é o movimento das mulheres trabalhadoras, que hoje passou a ser uma associação, antes era um movimento, hoje passou a ser uma associação. Tem o MABE e o Sindicato que são os três instrumento de luta dessa trajetória que é Alcântara. O MONTRA, o MABE e o Sindicato, são os três principais dessa luta, tirando os outros movimentos, mais os principais são esses três. E o MONTRA tem pessoas que estão envolvidas no sindicato e outro movimento. Como o Montra, as mulheres do Montra, tem mulheres que são delegadas sindical, e são sócias do Sindicato. Eu como a questão do MABE, pessoas que estão na direção do MABE também são do Sindicato, hoje seu Leonardo é delegado sindical, então quer dizer é um conjunto de ações de movimentos e Sindicatos, todos unidos com o mesmo objetivo, três instituições, os três movimentos como Sindicato e os movimentos com esse mesmo objetivo, da mesma causa, da mesma luta do que é o território.

Cynthia: O senhor já participou do Sindicato e também de outros movimentos?

Antônio Marcos: Participei do Sindicato, participo do Sindicato e já participei da direção do MABE também, hoje estou só na direção do Sindicato. A direção do MABE foi logo no início do MABE, pelo período de 2002 até 2004, nesse período eu estive na direção do MABE e também pelo Sindicato. Estava nos dois ao mesmo tempo, mas assumi o Sindicato, mas fazia parte da direção do MABE. O Montra é mais das mulheres, como já está dizendo, movimento das mulheres, foi um movimento que surgiu na época do Sindicato, nasceu de dentro do Sindicato e depois se estendeu um pouco, atua no município, hoje está um pouco mais acanhado, um pouco mais parado,





mas continua, sempre nos reunimos, sempre as três instituições, os três movimentos se reúnem para discutir sobre as questões de Alcântara.

Cynthia: Então apesar de ter algumas responsabilidades, que são mais do Sindicato e outras do MABE, tem uma diferença também?

Antônio Marcos: Tem! Tem assim, o Sindicato apesar de ser esse instrumento responsável pela luta de Alcântara, ele não é um movimento, ele é uma instituição, já o MABE e o MONTRA são movimentos. Então se uniram os movimentos com o Sindicato para trazer e juntar suas forças para gente reivindicar, buscar os direito da nossa luta. O principal é o Sindicato, porque é jurídico, reconhecido juridicamente e os outro por ser movimento não são juridicamente reconhecidos. Então o Sindicato ele também não cuida somente da questão da luta de Alcântara, ele tem também suas outras atividades, como a gente já colocou aí, todo o município tem essas delegacias sindicais, tem a questão da aposentadoria, tem a questão da moradia, uma série de coisas que é de benefício dos trabalhadores, e o movimento não, é uma questão que está focada para situação do território, que aí se junta o Sindicato, o MABE e o MONTRA trabalhando nesse mesmo objetivo.

Patrícia: Só mais uma perguntinha, nesse primeiro momento, quando o MABE se organiza, quem foram as primeiras pessoas vinculadas, eram de um pertencimento de quais instituições? Depois do Seminário de 99 quais as primeiras pessoas que começaram a se juntar a esse movimento naquela ocasião?

Antônio Marcos: Tem o Inaldo, que é o coordenador, eu como já falei, a Neta que já estava também, a Leandra e outros. E a Mocinha também que faziam parte da primeira coordenação do MABE. Depois apareceu o Inácio, Danilo e outros já na segunda etapa. No primeiro momento da criação do MABE, a coordenação foi essa, que era o Inaldo que era coordenador com essas outras equipes que já foram citadas aqui. Seu Inaldo é Espera, também deixou o movimento, partiu agora para trabalhar mesmo pelas empresas.

1.3 Entrevista com o Sr. Samuel Araújo Moraes

Data: 20/01/2016

Local: Baixa Grande – Alcântara





A Entrevista realizada com o senhor Samuel na comunidade quilombola de Baixa Grande contou com a presença de sua irmã Joaquina Araújo Moraes e seu cunhado João Alexandrino Araújo. Localizada dentro da área desapropriada pelo governo federal, uma das primeiras informações que obtivemos foi a de que as famílias de Baixa Grande deixaram de produzir farinha há dois anos. Aquelas que ainda se dedicam ao plantio cultivam outros gêneros, especialmente milho verde. O Sr. Samuel que reside atualmente na sede de Alcântara, ainda mantém seu roçado em Baixa Grande. Dedicar-se, no entanto, somente ao cultivo de milho verde e melancia. Ele é um dos poucos que persiste em manter roçados na comunidade pois grande parte das famílias declinaram em face das dificuldades de produção e comercialização dos diferentes gêneros. Muitas comunidades de Alcântara detiveram a fama de grandes produtoras de farinha, especialmente no contexto que antecede ao projeto de implantação da base militar. A autonomia produtiva em Baixa Grande esteve assegurada, por várias gerações, por tratar-se das chamadas “terras de herdeiros”, de modo a fazer referência a um contexto de aquisição de terras e à transmissão desse direito a herdeiros. Em Baixa Grande, como consta no trabalho de perícia antropológica realizado em Alcântara, *“a descendência é traçada pelo lado masculino. Todos se referem a Eloy Antonio Sá, pai do Sr. Pedro Nascimento Sá, atual liderança e herdeiro, com 86 anos, como antepassado comum”*. (ALMEIDA, 2006). Mesmo com o falecimento do Sr. Pedro, os atuais moradores ainda se percebem como herdeiros das terras. Contudo, a pressão agrária não arrefeceu apesar da certidão de autorealhecimento emitida FCP-Minc em 2004, especialmente nas comunidades limítrofes à área desapropriada como Baixa Grande.

Enquanto aguardávamos a chegada do Sr. Samuel, fomos recebidos por sua irmã e seu cunhado, que nos levaram à casa de forno da comunidade. Desativada, a casa de forno de Baixa Grande bem expressa o atual contexto de pressão agrária. Ao sermos conduzidos a conhecer a antiga casa de farinha, parecíamos estar tendo acesso a uma outra forma de compreender as inúmeras situações de conflito de terras que ocorrem em áreas limítrofes à área desapropriada; a exemplo daquele vivido pelas famílias de Tiquara que estão constrangidos por um suposto proprietário de terras cujo domínio incide sobre as terras da comunidade que nos fora relatado um dia antes em reunião no STTR.





A Sra. Joaquina Araújo Morais e o Sr. João Alexandrino Morais, na comunidade de Baixa Grande, em 20 de Janeiro de 2016.

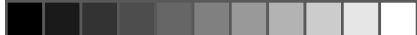


Do alto dos seus 83 anos de idade, omostra aos pesquisadores a situação nunca vivida anteriormente em Baixa Grande de desuso da casa de farinha.



Sr. Samuel Araújo Moraes em seu roçado – Foto localizada no acervo de documentos do STTR.





Como desdobramento da conversa iniciada em dia anterior a respeito dos documentos do STTR de Alcântara, a entrevista realizada com o Sr. Samuel teve início com a colocação de nossas dúvidas a respeito dos registros fotográficos coligidos relativos aos diferentes acontecimentos que demarcam os contextos de luta do STTR.

Samuel: Olha me parece que foi em 2011, mas não escreve, eu tenho tudo anotado numa agenda.

Patrícia: E essa visita da Heloísa Erundina foi uma audiência pública?

Samuel: Não, eles estiveram aqui para fazer uma visita ao Centro de Lançamentos, aí o Dutra aproveitando esse ensejo articulou juntamente com a direção do sindicato para levar os trabalhadores para tentar uma conversa com as autoridades. Esses deputados não vieram para visitar as comunidades. Então nós fizemos essa articulação e enchemos a Igreja do Carmo, os trabalhadores foram em peso, só que eles ficaram o dia todo no Centro de Lançamento de Alcântara (CLA) e o Dutra ligando para eles, dizendo que os trabalhadores queriam conversar com eles: o deputado Wanderval, aquele lá da Bahia. Eles ficaram lá e os militares segurando eles para que não fossem conversar com os trabalhadores porque eles (militares) ficam sempre querendo intervir, e o Dutra ficou ameaçando: *Não é justo que vocês venham de Brasília só ouvir os militares e não ouvir os trabalhadores, se vocês não vierem vai todo mundo para o aeroporto e ninguém vai subir.* Aí com isso eles chegaram lá cinco e meia e chegaram lá e não queriam muita conversa, e o Dutra falou: *Vocês passaram o dia todo ouvindo os militares e não querem ouvir os trabalhadores nenhuma hora?* Então eles assim mesmo agoniados, sendo pressionados pelos militares para ir embora, mas eles ainda ouviram os depoimentos de algumas pessoas e foram embora. A Heloisa Erundina ela sentiu, ela viu que era diferente o que ela ouviu dos militares e o que ouviu dos trabalhadores, então ela se propôs a fazer uma visita juntamente com uma comissão de deputados. Aí veio ela, Wanderval, Ana Corso, Gastão Vieira era para estar nessa comissão, só que ele veio e ficou em São Luís porque não teve coragem de encarar o povo. Quando eles chegaram em São Luís eu fui daqui e tivemos uma audiência no Palácio do governo, Palácio dos Leões e pela manhã pegamos um avião, aí veio eu Domingos Paz. Patrícia: Então Seu Samuel ela voltou?

Samuel: Voltou





Patrícia: Naquele primeiro momento vocês não conseguiram falar ela?

Samuel: Nós conseguimos falar com ela, inclusive esse deputado aqui (mostrando foto), esse cara de pau queria que fosse tudo corrido, o Dutra disse: *Não vocês passaram o dia todo ouvindo os militares e agora vocês não querem ouvir os trabalhadores?* Então quando ela veio nós fomos com ela, e quando chegamos na *base* o coronel queria dar um helicóptero para ela ir para Canelatiua. Aí ela disse: Aí nós fomos de carro mesmo, estrada ruim, era só de primeira e segunda, não tinha como andar de terceira, mas ela foi, chegamos em Santa Maria, fizemos uma reunião debaixo de uma mangueira, tinha muita gente lá, de lá nós fomos para Canelatiua e de lá pegamos um helicóptero e fomos para Samucangaua e depois para Pepital e de Pepital foram embora para São Luís.

Patrícia: Estamos tentando identificar as fotos, queria que o senhor falasse um pouco de algumas fotografias das mobilizações, o primeiro é a Barricada de 86. O senhor participou?

Samuel: Participei

Patrícia: E como foi essa mobilização? Como vocês se organizaram naquele momento? As agrovilas já tinham sido construídas?

Samuel: Não, eles estavam construindo as agrovilas, já tinham construído algumas. Então veio uma equipe de autoridades, por que aconteceu isso? Porque o Sindicato, juntamente com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o padre Helder na época estava na CPT e sempre acompanhou essa discussão. Era a igreja católica que dava apoio porque o Sindicato não tinha condições financeiras de ir para Brasília. Então a CPT entrou nessa parceria porque a igreja também representa o povo e com isso eles foram várias vezes em Brasília tentar audiência, mas como eram os militares que comandavam e os militares eram muito fechados, não queriam diálogo com o civil, eles da CPT nunca conseguiram conversar com os militares. Então com essa visita dessa equipe que vieram que foi José Maria do Amaral, o Nelson Ribeiro que era da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Paulo Brossat que era da justiça e a comitiva deles, o certo é que estavam os chefões. Então como eles marcaram essa visita nas agrovilas para ver a construção das agrovilas, o Sindicato fez essa **articulação** para tentar uma conversa com os militares porque era a única forma de conseguir fazer com que eles ouvissem os trabalhadores e se





comprometessem com alguma coisa, embora eles não tivessem condições de cumprir. O importante é que fizemos uma **articulação** e fechamos a estrada na entrada da Espera, ali naquele campo que tem, ali fechamos a entrada.

Patrícia: Que era o lugar que dava entrada para agrovila Espera? Não podiam entrar na cidade?

Samuel: Isso, então se fechou na Espera porque era a primeira agrovila que eles tinham que visitar. Então fechamos a estrada ali em torno de onze horas do dia, e aí nesse dia era muita chuva que só mesmo muita força de vontade. O pessoal que estava realmente sendo realocados não tinha ninguém porque naquela época eles ouviam os militares e também os políticos que eram o Leitão e o Malé que diziam que era bom para eles porque iam mudar de vida iam receber dinheiro. A inflação na época era 100% no governo de Sarney, os militares e políticos diziam que então eles recebiam essa indenização e depositavam na poupança e nunca mais ia acabar esse dinheiro, esse dinheiro eles iam comer para o resto da vida, então com isso eles davam ouvido sempre para eles e por isso não tinha ninguém das agrovilas ou dos povoados que estavam ameaçados de ser realocados. O certo é que estava o pessoal dessa região todinha aqui participando, os que estavam fora, não ameaçados de remanejamento estavam todos participando. Eu era delegado de base na época e isso para mim custou muito caro porque como evangélico eu era dirigente da congregação e a igreja era muito fechada para essa questão de movimento e aí o pastor me deu uma regulada e até me suspendeu da direção do trabalho e disse: *Olha tu vais escolher ou o Sindicato ou a Igreja. Eu falei: “Bom, eu aceito qualquer decisão que a igreja tomar a meu respeito, mas o Sindicato eu não deixo, não deixo porque é uma entidade que me representa e futuramente vou precisar me aposentar e é pelo Sindicato, então não vou deixar”*. Como representante dos trabalhadores, enquanto fazendo parte da diretoria, eu estava na obrigação de estar ali fazendo parte, e o certo é que a gente fechou a estrada e foi uma comissão para a comunidade, o Nonato que era presidente na época, o Dutra que era advogado, o padre Helder e o Manelão, eles faziam parte dessa comissão.

Patrícia: Então o senhor estava falando que na época que era delegado de base que tinha problema com a igreja [evangélica da qual ele participa], o senhor ia contar alguma história sobre o padre Helder?

Samuel: Não, foi justamente a comissão que saiu para ir conversar com





os militares: o Nonato Silva que era presidente na época, o Dutra que era advogado, o Pe. Helder, o Manelão fazendo parte dessa comissão, o doutor Carlos. E nessa conversa com os militares eles pediram que nós abríssimos a estrada porque eles viriam no dia primeiro de abril para conversar com os trabalhadores. O Dutra disse que esperava que não fosse acontecer porque era o dia da mentira, mas o certo é que eles vieram, até cumpriram. Nós lutávamos pelos 35 hectares de terra que era o módulo rural de município e a Aeronáutica se propunha a dar uma área de terra registrada em cartório, só que o cartório só registrava se fosse do tamanho do módulo rural, que era 35 hectares. Sarney baixa um Decreto propondo diminuir o módulo rural para 15 hectares, ocorre que cartório não tinha como registrar, eles disseram davam os 15 hectares. O certo que quando eles chegaram pediram reforço para a Aeronáutica, mas a Aeronáutica se recusou a mandar soldados de lá, aí pediram para São Luís, disseram não, pediram para Pinheiro. O pessoal de São Luís perguntou quantos homens tinha na Barricada e disseram *Rapaz tem uns mil. Então responderam de lá: Se tem mil, tem mil e quinhentos, porque quinhentos ficam dentro do mato.* Só que não tinha, eles pensavam que o pessoal estava armado, o certo é que veio o reforço de Pinheiro e eles chegaram de sete e meia para oito horas.

Patrícia: O reforço é a polícia?

Samuel: É, a polícia, aí chegaram, pararam distante e foram para o outro lado conversar com os militares daqui, passaram, voltaram e foram embora e disseram que se soubesse que era para isso eles não tinham nem vindo, foram embora.

Cynthia: Mas por quê?

Samuel: Porque eles estavam vendo que o pessoal estava ali por uma reivindicação justa, está entendendo? Se eles soubessem que fosse para aquele objetivo eles não tinham vindo. Aí passaram perguntaram se tinha camarão e foram embora.

Cynthia: Enquanto a Barricada estava ocorrendo a comissão foi conversar com a Base?

Samuel: Foram, no mesmo dia, aí o ministro José Maria do Amaral se propôs que voltaria no mês de abril para conversar, aí a Barricada foi a única forma de conversar com os militares, militar vocês sabem que são fechados,





por outro lado, o que eles dizem você não pode escrever, porque nada do que eles dizem cumprem, se tem uma classe de gente falsa é militar.

Patrícia: São fechados demais não é seu Samuel? Vocês nunca conseguiram diálogo?

Samuel: Nunca, nunca, e de lá para cá, depois da Barricada aconteceu a transferência das pessoas para as agrovilas, eles tinham convicção que essas casas eram deles. Os militares, no primeiro momento, colocavam soldados para ficar vigiando as casas, as crianças não podiam nem passar o dedo na parede, não podiam pintar de outra cor, tinha que ser azul e branco, que era a cor deles.

Cynthia: A cor de quem azul e branco?

Samuel: da Aeronáutica

Patrícia: As cores da Aeronáutica, as casas só podiam ser pintadas em azul e branco, eu me lembro disso.

Samuel: Só como eles entregaram, não podia mudar de cor e as crianças não podiam sujar as paredes, tinha soldado lá, para o pessoal fazer qualquer coisa tinham que ir lá para eles dizer o que tinha que fazer e onde tinha que fazer. Quer dizer foi uma luta que enfrentamos no Sindicato, dizia para eles: -- *rapaz vocês têm que se convencer que quando a Aeronáutica colocou vocês aqui vocês não são dependentes da Aeronáutica não, vocês são livres, se vocês precisam cavar um buraco para construir uma fossa vocês têm que ir dizer para eles? Não, vocês não sabem onde tem que fazer?* Aí para fazer uma casa o filho tinha que ir no Centro para eles marcar onde era. Nós dizíamos: - *rapaz vocês têm que se tornar independente, mesmo que vocês não tenham documento.* Esse documento de 1983 registrado em cartório e lavrado em ata diz que de acordo com o aumento das famílias eles tinham que dar o material de construção a preço de custo; tinham que dar o documento da gleba e da casa, isso infelizmente não aconteceu. Nada daquela ata.

Patrícia: Então existiu um documento de 83 no qual os militares diziam as responsabilidades deles com relação as agrovilas e eles nunca cumpriram?

Samuel: Reformaram depois que algumas casas desabaram, fizeram reforma na escola, mas o pessoal ia todo dia cobrar, primeiro porque o que um militar promete não cumpre, o coronel só passa dois anos aqui, ele não





cumpre, o outro que vem diz que não vai cumprir porque não foi ele que fez, que não é atribuição dele. Então sempre um jogando a bola para o outro, não demora muito para não ter aquele laço, com dois anos transferem, então nunca cumpriram o acordo que está firmado. Devido a insistência da gente dizer: *rapaz essas casas não são de vocês, essas glebas vocês nunca vão receber o documento, a Aeronáutica não tem como dar esse documento para vocês*. Depois eles foram se conscientizando, hoje eles sabem muito bem que eles não são donos de nada, tudo pertence a união, embora eles hoje tenham o direito de fazer o que eles quiserem. Mundico já loteou o lote todo para vender para o pessoal fazer casa, esse até usou de artimanha e também é inteligente, ele não trabalha, já está aposentado, a esposa está aposentada também, não tem condições de fazerem nada e o lote dele já loteou todo para o pessoal fazer casa. Então você chega hoje no Cajueiro e Cajueiro cresceu muito depois que eles se conscientizaram, depois da gente muito bater: - *rapaz vocês não precisam ir na Aeronáutica pedir autorização para nada*. Eu várias vezes sempre tive embate, ultimamente essas casas do Projeto “Minha Casa, Minha Vida” que aqui na comunidade Baixa Grande tem sete casas, que essas casas, o Enildo ainda hoje fica dizendo que essas casas não podem ser construídas porque aqui é da união, eu já tive um debate muito forte com ele, mas foi por telefone e por telefone a gente fala o que quer, porque se está conversando mas não está olhando, ele disse: - *ah Samuel vocês ainda são daquele tempo. Eu digo: “não, eu não sou daquele tempo, agora tu não vais me convencer”*. Aí ele disse: *porque a Aeronáutica não está sabendo se estão construindo casas, falei: “rapaz o projeto do Centro de Lançamentos é do governo federal as casas do governo federal e quem vem avaliar, tirar foto é o próprio governo federal, é o funcionário da caixa que vem nas comunidades ver o local onde vai ser construído as casas, está entendendo? É aprovado e o governo é quem libera esse recurso e tu vem me dizer que o governo federal não sabe disso?”* Quer dizer, uma pessoa que está com sessenta, setenta, oitenta, noventa anos, que nasceu e se criou, para fazer uma casa ainda vai mandar um documento para a Aeronáutica para dizer que vai fazer uma casa? Rapaz isso não existe. Ele: *não, mas o Centro tem que saber*. Porque ele ia mandar um ofício para a caixa para saber com que ordem a Caixa estava construindo.

Patrícia: Quem era esse seu Samuel?

Samuel: Enildo, ele trabalha lá na Aeronáutica, ele é civil, lá na Terra Mole, não sei se vocês conhecem, Terra Mole é ali onde tem Prainha, ali





eles construíram umas casas desse projeto “Minha Casa, Minha Vida” e para tirar areia para construir as casas o Enildo foi lá embargar dizendo que não pode tirar, falei: *“rapaz vocês vão aceitar isso porque eu não aceito isso?”* Eu não oriento para vender não, mas para construir. Tanto a população quanto o município têm que tirar material e eles querem proibir tudo, até se o município for fazer uma estrada não pode tirar material aqui, eles querem proibir.

Agora trazendo para a realidade de hoje quem mais desmata em Alcântara é o CLA, as empresas que vem para cá, quando a Cyclone estava aí vai ver quantos hectares eles desmataram e largaram aí e foram embora e ficou tudo aí desmatado, sem realmente acontecer nada. E agora tem especulação de negociar com os Estados Unidos, sendo verdade ou não sendo, o certo é que a Cyclone desmatou e não construiu nada. Então quem mais desmata é o Centro de Lançamentos, aí eles ficam brigando.

Patrícia: Que é da Ucrânia não é?

Samuel: Exatamente.

Patrícia: Quer dizer agora que a Ucrânia está com dificuldades, saiu daqui e não vai poder continuar, o desmatamento ela já fez ficou foi assim mesmo, deixou tudo desmatado aqui?

Samuel: Exatamente e quem sofre? É a gente, é o município, é a população, está entendendo? Então são essas atrocidades que acontece e aí, eu não aceito, nessa questão eu sou teimoso, discordo. É uma luta que sempre tenho a questão do desmatamento, eu não concordo com o desmatamento absurdo, tirar madeira eu não aceito, não concordo tirar madeira ou pedra para vender, eu concordo que use isso para o bem da comunidade, da população. Nós ainda temos um resto de mata, eu digo que depois que eu morrer se quiseram acabar acabem, porque isso veio de meus avós, dos meus pais que deixaram para a gente, eu estou aqui e vou conservando não só para mim, mas para qualquer um que precise. Não se vende se dá, agora contra desmatar eu sou contra, se alguém precisar tirar uma madeira para construir uma casa, pedras, tem.

Patrícia: Vocês aqui ainda conseguiram preservar bastante do mato?

Samuel: Ainda, com muita briga, porque hoje quem quer conservar é odiado, mas eu sempre digo que minha bondade e minha maldade é pelo





bem de todos, que quando se precisa se tem. Então minha luta sempre foi essa. Diante dessa luta todinha até aqui chegamos e o impasse continua, continua, porque o Dutra já dizia em 1980 que o problema de Alcântara era para 200 anos, não ia terminar tão cedo porque era uma luta com o próprio governo, com o Estado que tem o direito de cuidar, preservar.

Patrícia: Pelo o que o senhor está falando o Sindicato nesses anos todos tem agido no enfrentamento contra a Base tanto com relação a construção de casas nas agrovilas ou fora das agrovilas, seja na questão do desmatamento e também da titulação, não é isso?

Samuel: Sim.

Patrícia: Vocês são convocados no Sindicato para resolver que tipo de problema? Porque o senhor falou que não deixavam construir lá no Cajueiro e vinham até ao sindicato pedir ajuda para vocês.

Samuel: Realmente eles não iam pedir ajuda, mas como agente sabia porque chegava informação aqui dizendo que tinha esse impedimento que não podiam construir casas, inclusive eles derrubaram uma casa ali no Peru do irmão do Marcos, presidente do STTR, ele construiu uma casa e disseram que lá não podiam construir porque ele tinha ganhado casa, só que ele separou e deixou a família na casa e foi fazer uma para ele, só que eles disseram que não podia, e ele pegou e construiu a casa e eles invadiram a casa, pegaram as coisas que tinha dentro, eles não derrubaram, tiraram as coisas de dentro e colocaram para a outra casa e disseram que ele não ia morar nessa casa. Só que quando ele chegou de Brasília voltou com as coisas todas e até hoje ele está lá. Então essa resistência a gente sabia que tinha, nosso trabalho era orientar os companheiros pra que eles não fossem lá pedir autorização para construir um casa, nem para filho, nem para parente e para ninguém da família porque o lugar é deles, tiraram eles de onde estavam e colocaram aqui nas agrovilas, quer dizer, um pai que tinha três, quatro, cinco filhos, esses filhos com certeza quando crescessem iam construir famílias porque não ia ficar todo tempo morando com os pais. Cada um quando procura família tem o direito e obrigação de construir sua casa, que é uma coisa que eu sempre coloquei na minha cabeça quando eu era jovem, só vou procurar família depois que eu tiver uma casa, uma roça e as coisas de casa, porque eu digo, não é justo, eu ficava observando meus pais e eu via que não dava certo, quem quiser procurar família que construa a casa primeiro porque





não dá certo. No início está tudo bem, quando a mulher vem é o homem que traz, mas amanhã o negócio começa a descontrolar, aí depois vira uma história que a gente sabe como é família. Nunca dá certo, então é bom cada um na sua casa. Quando eles precisam chamam, *me dá uma paneiro de farinha*, empresta até logo mais, então por isso que eu coloquei na minha cabeça para procurar família tinha que ter uma casa e uma roça porque era o que eu sabia fazer. Eu não ia mandar a mulher botar e abanar panela no fogo para eu ir até a casa de papai buscar uma *cuia* de farinha para comer. Então meus pais já faleceram, mas se é uma coisa que eu tenho a consciência tranquila, porque todos dois eram aposentados, eu nunca pedi dez centavos e nunca quis receber o dinheiro deles, dizia para eles sempre, eu tenho direito todo tempo de ajudar vocês, eu só não tenho condições. Não vou dizer que não comi, porque eles mudaram para a sede e mamãe toda vez que vinha trazia um pacote de café e um quilo de açúcar e uma barra de sabão, e não é dizer que eu não queria, mas eu ir pedir não, o meu sogro a mesma coisa, ele trazia uma coisinha para a filha dele, mas não que nós precisássemos, era uma questão de ele trazer e a gente não ia fazer desfeita.

Patrícia: E até hoje o senhor tem roça seu Samuel?

Samuel: Nunca deixei

Patrícia: Ele contou pra agente aqui, o seu João.

Samuel: Quer ver venham aqui no mês de setembro, outubro, eu ainda trabalho de roça, mas mudei a minha produção, hoje trabalho mais com milho verde e melancia e eu digo que só vou deixar de fazer isso quando eu não tiver mais condições de arrastar os pés, mas enquanto eu estiver de pé vou continuar. Olha essa foto aqui {mostrando uma foto emoldurada na parede com ele e os cunhados dentro da roça. Eu continuo até hoje fazendo, eu fazia com esse meu cunhado [o senhor João] com o outro, mas esse aqui não pode mais, o outro separou, mas eu continuo fazendo a minha área.

Patrícia: Mas me diga uma coisa aqui em Baixa Grande só o senhor está fazendo roça?

Samuel: Não, meu cunhado também, meu cunhado, meu sobrinho também está fazendo.

Patrícia: Mas junto com o senhor?





Samuel: Não, separado, cada um tem o seu.

Patrícia: E eles plantam o quê?

Samuel: Milho, melancia.

Patrícia: Mas a mandioca não planta mais?

Samuel: A mandioca eu planto pouco, planto mais para colocar ração para animal, mas para fazer farinha eu não planto mais porque eu não tenho mais condições de fazer, para outra pessoa fazer tem que ser de *meia*, a pessoa vem mexe [a farinha] se der oito *paneiro*, é quatro para cada, se der quinze é sete e meio, por isso não faço tanta questão de produzir [a mandioca] para mexer farinha, porque você não faz sozinho.

Patrícia: Nós estivemos lá na casa de forno, o seu João levou a gente quando nós chegamos, está desativada.

Samuel: Parei e ninguém mais se interessou, o que eu produzo hoje é o milho, você não trabalha só não, você paga a mão de obra, mas você colhe, o pessoal vai buscar na roça você só confere e entrega e o preço é melhor

Patrícia: Você vende para onde?

Samuel: Boto para o Cujupe, mas esse ano só botei para a merenda escolar, dentro do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), 30% é para comprar alimentos da agricultura familiar, então melancia, milho, coloquei tudo dentro do programa, eu vendi muito pouco.

Patrícia: E no Cujupe funciona como? As pessoas levam ou o senhor leva para lá?

Samuel: Não, eles vêm comprar aqui na roça. Vendem lá no Cujupe, onde vende milho assado, aí eles vem buscar.

Patrícia: O senhor acha que a produção de farinha no município diminuiu?

Samuel: Diminuiu, os únicos povoados que ainda produzem farinha é ali no Cajueiro, Canelatiua que ainda produz um pouco, as outras não, a produção caiu, antes, quando batia o mês de agosto, setembro, outubro, nesse período as pessoas ficavam esperando a vaga para poder arrancar sua mandioca. Aqui produzia muita farinha seca porque aqui não produziam





muita farinha d'água era para o consumo, produziam mais farinha seca, ficavam três, quatro, cinco, oito dias e passavam eram um mês, dois meses, um arrancava num dia, o outro no outro dia.

Cynthia: Mas as famílias botam roça de arroz e feijão?

Samuel: Pouco, muito pouco, inclusive eu já produzi muito arroz, hoje eu não produzo, não planto mais porque não é que a gente não possa fazer, a dificuldade é colher, porque é uma colheita que você não colhe só, precisa de mão de obra e você não encontra essa mão de obra barata. Então por isso não planto, eu já faço aqui que eu posso colher quase só, porque a dificuldade é a m de obra, quem quer ir para a roça hoje? Ninguém quer ir para a roça, o pior é que há uma facilidade de estudar, o governo incentiva isso, com a frase: *lugar de criança é na escola*. Eu acho errado isso, porque quando eu me criei, podem dizer: *mas tu não se formou, está é na roça*. Tudo bem, o trabalho dignifica o homem, hoje se vê a malandragem. Patrícia: Seu Samuel o senhor se casou com quantos anos?

Samuel: Eu estava com uns 20 anos.

Patrícia: E a sua companheira, ela é daqui mesmo?

Samuel: É.

Patrícia: Daqui de Baixa Grande? Por que o senhor é Moraes, não é isso?

Samuel: É.

Patrícia: E aqui tem Sá e Moraes.

Samuel: Sim, Sá e Moraes

Patrícia: Estávamos conversando aqui com o seu João e ele estava falando do Gerijó e lembrei do trabalho do professor Alfredo, que tratou do aforamento de terras pelo Marcial. A gente podia ir lá? Mas aqui eram duas famílias, Sá e Moraes?

Samuel: Era

Patrícia: As terras de Baixa Grande pertencem a essas duas famílias?

Samuel: Essas duas famílias.

Patrícia: E eles adquiriram essas terras como seu Samuel?





Samuel: Foi por compra, a família Sá eram quatro irmãos: Pedro Sá, Marcelino Sá, Gregório Sá e Antônio Eloy Sá.

Patrícia: O Eloy que era padrinho do seu João?

Samuel: Não, era o filho dele Guilherme. Então eles compraram essa terra, os quatro se uniram e compraram, depois o Pantaleão morreu e ficou eles três: o Eloy, o Gregório e o Marcelino.

Patrícia: Quer dizer que eles se juntaram para comprar, os quatro juntos? Mas eles eram parentes?

Samuel: Eles eram irmãos, daí veio passando para os filhos. O Guilherme era filho do Marcelino, era filho único; o Eloy tinha Pedro Sá, Marcelina, Manoel Sá, Avelina e Jerônimo; e o Gregório tinha Claudino, Militana, Verônica. O único que tinha só um filho só o Gregório que era o padrinho desse aqui.

Cynthia: E do lado dos Moraes?

Samuel: Do lado dos Moraes também foi compra, o meu avô que comprou essas terras.

Patrícia: Não teve uma parte dessas terras que foram doação?

Samuel: Não, foram compras mesmo e ficou como herança, inclusive em 1980 quando foi desapropriado os cinquenta e dois mil hectares, quando foi pra eles adquirirem, veio uma equipe de Alcântara: João Leitão que era prefeito na época; Francisco Sousa do Rio Grande; um senhor chamado Dedé; Nonato Ribeiro, era uma equipe, fizeram uma reunião bem ali debaixo de uma mangueira onde era o *sítio velho*. Eles chegaram aqui em torno de uma hora da tarde convocando para uma reunião, veio papai, meu tio, meu sogro, estava esse Guilherme, Claudino, o Jerônimo e fizeram a reunião, não disseram que o município de Alcântara estava sendo desapropriado, eles chegaram perguntando se eles não queriam vender a terra, se eles quisessem eles compravam. O meu sogro disse que ele não vendia, o Jerônimo, que não podia ver dinheiro disse que vendia uma parte, mas os outros não. Aí o Chico Sousa disse: *se você não vender o governo vai tomar. E meu sogro falou: eu prefiro que o governo tome, mas eu não me dou na covardia de vender, sabe por que? Isso aqui foi o prato de pirão que me criou, que meu pai me criou, eu estou criando meus filhos e fica para criar meus netos, então por isso eu não ven-*





do. Meu pai e meu tio também disseram que não vendiam, aí desmanchou a conversa e eles foram embora, mas eles vieram para comprar. Então nunca passou pela nossa cabeça vender. Quando o meu sogro faleceu apareceu um senhor querendo comprar uma ilha aqui chamada Companhia que também faz parte dessa terra da família Sá. Aí o meu cunhado ficou interessado para vender, eu falei: *“rapaz nem bem o teu pai fechou os olhos vocês já querem vender tudo o que tem, rapaz eu não vendo terra, primeiro porque eu preciso, eu sou lavrador então eu não vendo terra, vocês vão vender essa ilha? Daqui a pouco vocês não vão tirar nem caranguejo porque o cara cerca e vocês não vão poder passar, então por isso não deve vender, eu cheguei já tinha, eu deixo, não vai morrer todo mundo só de uma vez, quem ficar vai cuidando dela, mas eu não vendo por dinheiro nenhum, porque só ganha quem compra, quem vende perde”*.

Patrícia: E seu Samuel com relação a titulação, a titulação do território quilombola, desses oitenta e cinco mil hectares que a Fundação Cultural Palmares já reconheceu, deu certidão. Como é que anda essa discussão? Porque no dia que conversamos com o Marcos nós começamos a perceber que essa demora tão grande da titulação tem comprometido muito essa questão de compra e venda das terras, a questão da terra mesmo, as pessoas continuam vendendo?

Samuel: O INCRA veio para cá, foi feito todo trabalho cartográfico, feito o levantamento de todos os proprietários, todos foram certificados e o INCRA publicou no diário oficial o RTID do município de Alcântara, em 2008. Então a demora, o impasse é o próprio governo, quer dizer, está dependendo do próprio governo. Em uma audiência que nós tivemos com a Justiça Federal que foi uma audiência pública de conciliação, naquela audiência – por isso que eu digo que o quê militar diz não se escreve, pode escrever para não esquecer, agora que eles vão cumprir, não vão - então ali ficou definido que a Aeronáutica não iria mais desapropriar, que iam ficar só com esses oito mil hectares que eles tinham e que eles iriam devolver o restante. Como naquela audiência não houve contestação, o INCRA veio para cá e fez todo esse trabalho e publicou no Diário Oficial que era exatamente para titular, só que depois de tudo isso feito o Ministério da Defesa e o CLA contestaram porque eles disseram que não abrem mão do litoral, eles querem o litoral todo. Uma audiência que estava o procurador geral da república, o próprio governo federal, o Ministério da Defesa representado pelos seus representantes, o juiz federal que era o doutor Zé Carlos Madeira. Nessa





audiência, ali se assume um compromisso de não ter mais transferência de famílias e que está tudo ok e depois de todo esse trabalho que tinha que ser feito, só faltando isso, a titulação, eles contestam, aí vai para a Câmara de Conciliação e está lá na Câmara de Conciliação e aí parou, está parado nisso. O trabalho que tinha que ser feito para que fosse realmente titulada está feito, só está dependendo disso.

Patrícia: E teve um posicionamento do governador, como foi isso?

Samuel: É, aquilo não vai para frente, porque uma das questões é que todo mundo é louco por dinheiro, dinheiro é o eixo do mundo, como aqui nós temos essa discussão ao longo desses anos e nós nunca dizemos que somos contra a *Base*. O saudoso Magno Cruz, ele sempre questionava minha posição e a posição do povo porque não dizíamos que éramos contra o Centro de Lançamentos e a Aeronáutica, e quem é que não quer desenvolvimento? Todo mundo quer progresso, não podemos ser contra o progresso, o CLA já estava implantado aqui e não tem quem tire ele daqui, agora o quê nós queremos é um bom relacionamento, uma boa convivência, respeito e que seja retribuído aquilo que é de direito nosso porque na verdade são eles que estão ocupando nosso território, **o território é nosso**. Nós estamos aqui numa área privilegiada, considerada a melhor do mundo, onde há facilidade para os lançamentos e economia de 30%, eles vão economizar para lançar os satélites. Então aqui foi uma mina de ouro que nos pertence, o que nós queremos? – já disse várias vezes que eles lancem os foguetes, que dê certo os lançamentos, mas que não fique para nós só fumaça. Nós queremos fazer parte disso, não dão royalties para os índios? Por que não podem pagar para nós? Isso é o mínimo e nós brigamos por essa compensação, em retribuição, porque se for ver o que essas famílias perderam com a relocação? Perderam terras produtivas, praias, igarapés. Hoje eles têm dificuldades para ter acesso a praia, tem que ter crachá de identificação, se esquecer e chegar na portaria não passa e eles conhecem todo mundo e ainda diversas vezes acontece roubos lá dentro do quartel e eles atribuem tudo aos pescadores e eu não sei como é que pode, tem vigia, tem segurança, os pescadores que vão com seus *atavios de pesca* vão fazer roubo lá dentro do Centro de Lançamento? E por isso eles proibiram, fecharam as praias, foi uma confusão. Por isso nós tivemos que ter uma audiência com o Alexandre para que eles liberassem e melhorassem o acesso à praia. A praia é de uso comum, ninguém pode impedir o direito de ir e vir, mas eles prendem lá e as pessoas só passam depois





de se identificar, então toda essa questão se refere exatamente a isso: o que nós queremos? O governador chegou com boa vontade querendo resolver os problemas e fazer tudo, mas eu não acredito nisso porque o interesse dele não é para resolver problema coisa nenhuma, o interesse é no recurso, se fizer o lançamento aqui e der certo eles querem que uma parte seja para o estado do Maranhão, outra para o município e outra para as comunidades e nós somos contra isso, quem tem direito nisso seria o município e as comunidades e não o Estado. Eles sabendo que cada lançamento que dê certo aqui vão ganhar, por isso que ele entrou com esse fogo, só que fogo de palha que se apagou, não foi para frente, querendo intervir, ajudar, discutir, só que não aceitamos. Por que não aceitamos? Porque eles querem para titular o restante, eles querem que as comunidades abram mão do litoral, aí a Neta vai ter que sair de Canelatiua, Leonardo tem que sair do Brito, tem que sair todo mundo daquela região, limpar aquela região toda para eles poderem ficar, o entrave está bem aí – porque nos mantemos na posição de não aceitar sair, ninguém vai sair porque todo mundo engrossa o congote dizendo que não sai, **só se meter trator para matar todo mundo**. E estão certos porque eu acho que eles têm condições de fazer lançamento no espaço deles, eles estão num espaço muito grande, estão no litoral, então fazem em cima de navio, não tem país que lança, porque eles não fazem? Tem que tirar as comunidades? O que é mais grave nisso, que nós achamos, é que em 1999 a INFRAERO estava querendo transferir Mamuna, Brito, Baracatiua, Mamuninha e segundo o que sabemos eles já estavam com os caminhões já na porta para levar todo mundo, para fazerem roça em março de 2000 no Murá e Prainha. E nós dissemos que não concordávamos porque o exemplo disso seria as primeiras agrovilas, se a gente visse que aquilo que eles prometeram tivessem sido cumprido com as primeiras famílias as outras aceitariam – só que como os resultados disso são resultados negativos e ninguém acredita, então o grande problema é esse. Eu disse para eles: *“como é que vocês não resolveram o problema das trezentos e doze famílias e querem levar mais duzentas e cinquenta? Não tem condição”* Então o grande entrave está aí. O governo do Estado só fez essa zoadá porque acho que não conhecia bem o processo, mas conhecia, só que a posição do Sindicato, das entidades que apoiam e das comunidades foi sempre essa.

Cynthia: Mas chegou a ter alguma audiência aqui com o atual governo?

Samuel: Não, não teve, quer dizer, o secretário da igualdade racial veio



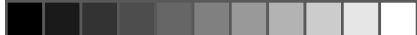


para cá para um ensaio, mas ele saiu daqui atordoado e voltou. Na primeira reunião que teve a Neta argumentou e ele logo que saiu tonto. Depois chamou agente para lá, nós fomos, mas a posição era a mesma, aí com isso também acalmou, *baixou o facho*, só que ele disse para nós que queiramos ou não isso vai acontecer e nós temos consciência disso. O Dutra dizia: *o governo é força tem poder e quando ele quer ele faz as coisas*. Só não tiraram nós porque não quiseram mesmo, mas se quiser eles tiram, na força mas tiram. Só que nós não vamos se dar como vencidos assim fácil, pode ser que isso possa acontecer mais tarde, que o pessoal tenha que sair, as famílias podem até aceitar sair, mas quais são as condições que essas famílias? Vão fazer roça em outros lugares? Qual a compensação disso? Porque a Neta que está lá em Canelatiua, eu sempre faço referência disso, o pessoal está lá no litoral, que tem peixe toda hora, ninguém compra um quilo de peixe, tem juçara em abundancia, colocam roça, as terras boas para produção. o pessoal ali vive uma vida tranquila, despreocupada, bota para cá para agrovila, ele vai disputar um espaço com os que já estão lá – qual é a compensação disso? Isso eles não dizem para gente, só que querem que a gente saia de qualquer jeito, que aceite, mas não se responsabilizam para dizer: *olha em compensação disso nós vamos dar escola, estrutura e as condições são essas*. Eles não falam nada para nós e nós não somos mais criança e nos mantemos sempre com um pé adiante e outro atrás, porque não confiamos nos militares.

Eles queriam colocar uma usina de reciclagem aqui a trezentos metros daqui, quando tomei conhecimento de que eles queriam construir essa usina aqui eu me manifestei e disse “*eu não aceito, primeiro porque a comunidade não foi comunicada, e por outro lado aqui está próximo da comunidade, segundo está em cima do lençol freático*”. Aqui é uma nascente desse rio que desce para cá, minha área de trabalho é aqui embaixo, que tipo de combustível vocês vão usar? Não tem nenhum estudo que diga para nós, então por isso não aceitamos, aí a JM engenharia que era a empresa que estava trabalhando para eles, cheguei e vi eles aí e falei com eles e perguntei o que eles estavam fazendo ali, e eles disseram: *nós estamos fazendo uma sondagem aqui para ver se a água é boa*. E eu falei: “*é só para isso?*” Eles disseram: É. Eu disse: eu soube que vocês estão querendo montar uma usina de reciclagem aqui, então quem é o chefe disso aqui? Eu vou dizer para parem o serviço aí, aí pararam e ligaram para o responsável e ele chegou.

Cynthia: Mas esse projeto é da prefeitura?





Samuel: Não, era do Centro de Lançamento. Quando ele, o chefe da JM engenharia chegou disse: *eu já lhe conheço, sou sobrinho do Joaquim ali da Ponta Seca e nós estamos aqui.* Então falei: *É o seguinte, eu expliquei para ele a minha finalidade. E ele disse: é o seguinte o senhor conhece o programa “Minha Casa, Minha Vida”?* Eu disse: *“conheço”*. Ele falou: *então nós estamos aqui porque aqui foi a melhor água que nós encontramos, se der certo, aqui vai ser o maior reservatório que vai levar água até para Alcântara, para abastecer Alcântara e vai beneficiar o projeto “Minha Casa, Minha Vida”.* Falei: *“é pra isso?”*. Ele disse: *é.* Então eu disse: *“se é para isso pode continuar o serviço de vocês”* e fui embora. Só que a Graça Amorim que é secretária do meio ambiente foi para Brasília, nós tivemos uma conversa antes com o Portela que era o responsável da Cyclone Space e ele pediu para a Graça ter uma conversa com o ministro lá, e como ela estava indo para lá agendou, e quando chegou de lá dessa conversa com o ministro ele puxou o assunto disse que ia construir uma usina lá na Baixa Grande, e a Graça disse assim: *lá na Baixa Grande?* Ele respondeu: *é, nós vamos construir lá.* A Graça disse: *não é lá que tem um conflito?* Ele: *não lá não tem conflito nenhum, lá tudo é nosso e lá não tem famílias, então nós vamos construir é lá mesmo.* Quando eu cheguei a Graça me disse, então cheguei lá e mandei parar o serviço e arrancar tudo o que eles tinham lá e disse para irem embora daqui. Falei: *“vocês me disseram que aqui seria construído um reservatório de água, mas o ministro garantiu com todas as letras que a usina de reciclagem vai ser aqui, podem sair daqui”*. Aí também eles já foram desarrumando, colocando as coisas no carro e foram embora. O certo é que nós conseguimos uma audiência na procuradoria e o coronel Andrade disse lá que era uma surpresa para ele, porque ele tinha conhecimento que a prefeitura doou o terreno, eu disse: *“mas a prefeitura não pode doar o que não é dela, ela não pode chegar aqui e fazer qualquer obra sem consultar a comunidade, nós não estávamos sabendo”* Ele disse: *ah foi publicado no jornal Diário Oficial.* Falamos que se foi não vimos, o pessoal no interior não tem costume de ver jornal, tem é que ir lá sentar para conversar e saber se a gente concorda ou não, e nessa audiência eles disseram que estava tudo pronto e o procurador perguntou se não tinha outro lugar, nós dissemos tem, mas o pior disso é que eles não consultaram a comunidade, nós não iríamos aceitar que fosse lá porque estava muito próximo a comunidade, mas indicáramos uma outra área, o problema é que quando você chega e quer fazer as coisa sem se entender com quem está lá e conhece tudo, dá é nisso.





Patrícia: Tem o direito de consulta, não é?

Samuel: Tem o direito de consulta e eles não consultaram, aí o procurador perguntou se tem outra área, falei: “*tem sim senhor*”. Aí marcamos uma reunião para cá, ele ia mandar um perito.

Patrícia: E essa audiência pública foi quando? O senhor tem tudo anotado no seu caderninho?

Samuel: A ata eu tenho.

Patrícia: Todas as audiências que vocês organizaram aqui o senhor tem?

Samuel: Tem, aí nós marcamos a reunião para cá e ele ficou de mandar um perito da procuradoria e ia solicitar representante do IBAMA e eles vieram para essa reunião e nós fomos mostrando lá tudo, eles tiraram fotos, mostramos a outra área e falamos que lá também causava impacto, mas era menos, tem outro rio próximo e precisa de um estudo minucioso. Falamos que aqui, onde queriam construir, é em cima de uma nascente. O relatório que a equipe técnica da procuraria deu estava exatamente de acordo com o que nós estávamos propondo e na próxima reunião que teve eles já disseram que a usina não ia ser construída aqui e que iam fazer um novo estudo. Então são essas situações causadas pelo CLA, eles chegam e querem impor a vontade deles, só que nós não aceitamos.

Cynthia: Desde o início até hoje essas imposições estão ocorrendo.

Samuel: Até hoje continuam as imposições, mas a gente aqui sempre na resistência, e agradecemos muito ao Professor Alfredo, o Dutra, a equipe deles. Em primeiro lugar agradecemos a Deus, segundo ao professor Alfredo Wagner que eu sempre digo que foi uma pessoa que estudou Alcântara desde de 1970 e deu retorno e isso tem sido a *Base* dessa permanência até hoje, foi o laudo antropológico, quer dizer, queira ou não queira, e ainda tem o secretário de igualdade racial do Maranhão dizendo que aquele laudo não vale.

Cynthia: O de igualdade racial, nessa última reunião?

Samuel: É, ele disse que aquele laudo não tem procedência, eu disse tudo bem, só que para nós aquele laudo tem sido realmente importante. É a razão das comunidades terem se mantido até hoje onde elas estão.

Patrícia: Mas ele não sabe realmente o que está dizendo, porque o que ele





está querendo dizer é que o laudo não foi feito pelo INCRA, só que a solicitação de vocês é muito anterior ao Decreto.

Samuel: Muito, muito.

Patrícia: E depois disso o governo já reconheceu o laudo sim, como parte do RTID, ele já foi incluído no RTID, mas eles não sabem.

Samuel: Pois é, exatamente, são pessoas despreparadas que acham que estamos aqui dentro do mato e não sabemos de nada e estão querendo entrar, não é de hoje que estamos nessa luta.

Neta: Seu Samuel o senhor falou da Barricada, mas nós sabemos que tiveram outros momentos importantes que marcaram essa luta de Alcântara o Seminário de 1999, que outros que o senhor lembra que também fizeram o povo se mexer, acordar ou até mesmo frear alguma ação do Centro de Lançamento?

Samuel: Olha Neta eu acho que a primeira foi a Barricada, segundo o Seminário que foi um ponto assim marcante, porque até ali nem as próprias comunidades elas tinham garantias dos seus direitos, a gente discutia, ia para discussão, mas não tínhamos aquilo como firmeza, porque depois do Seminário, inclusive na fala da doutora Debora Duprat, quando ela coloca os nossos direitos, eu acho que foi dali que as comunidades se conscientizaram e principalmente o Sindicato que passou a se manter mais firme. Nós nos sentamos várias vezes na Mamuna, debaixo daquelas mangueiras, na casa do Gabriel, inclusive quando era para ser feita a transferência, eu dizia para eles: *“olha a INFRAERO está aqui, mas todos nós sabemos que não é papel da INFRAERO fazer transferência, a INFRAERO tem que cuidar de aeroportos e não estão nem dando conta disso porque tem avião caindo todo dia”*. A outra questão: em 1999 quando eu estive na Alemanha, eu tenho um documento de implantação do grande projeto da Amazônia e vocês sabem bem disso, o professor Alfredo também disse para nós, a equipe técnica que estava trabalhando em parceria com a universidade do Mato Grosso que tinha um agrônomo, um antropólogo, um sociólogo, um economista e as entidades como o poder público municipal, a sociedade civil, todo mundo junto discutindo a implantação desse grande projeto e como que aqui trataram a gente como animais, como ignorantes, pessoas que não tinham entendimento de nada porque a equipe inteira que eles colocaram para fazer a transferência das pessoas foi um veterinário, uma pedagoga e um técnico que estavam





trabalhando aqui na transferência das pessoas. A única repartição que tem a obrigação e o dever de trabalhar na questão da desocupação é o INCRA que tem conhecimento dessa situação, mas o INCRA está fora e não participa. O que a INFRAERO, que não entende coisa nenhuma vai querer fazer transferência de gente? O veterinário que eles botaram não deu nem conta da criação de animais deles, eles tinham vacaria lá, cavaria, criavam porco e tudo isso acabou, nem isso ele deu conta, vai dar conta de cuidar de gente?

Então eu acho que o seminário foi o alvo que direcionou. Depois dele todo mundo se posicionou, tanto as entidades como as próprias comunidades passaram a ser conscientes dos seus direitos e dali para frente todo mundo engrossou congoite e bateu o pé para não sair. E eu orientei muito eles lá em Mamuna dizendo: *“olha vocês ouviram muito bem o que disse doutora Débora, ninguém pode ser realocado sem o consentimento e nós enquanto entidade estamos aqui para apoiar vocês, agora se vocês quiserem sair não somos nós que vamos impedir vocês de sair, nós estamos aqui para dar apoio, ajudar”*.

Eu acho que foram esses dois, a Barricada e o Seminário, foram os que direcionaram. As outras reuniões contribuíram, como a audiência pública que nós tivemos várias vezes lá no Ministério Público, na Justiça Federal, inclusive essa última audiência que teve, foi a audiência de conciliação, eu acho que ali nós sempre nos mantivemos nessa posição por ter conhecimento de que a luta muda a vida, por isso eu vejo esses dois momentos como mais marcantes e que garantiram essa bandeira de luta para a gente. Infelizmente na época do Seminário aconteceu uma destruição de roça – os militares arrancaram a mandioca de um pessoal que trabalhavam ali na Itatinga, esse pessoal tinha roça ali e os militares invadiram com caminhão, todo mundo armado e levaram que ninguém sabe para onde eles levaram essa mandioca – com proibição que o pessoal fizesse roça nessa área. Por último eles cortaram a roça de um senhor quando o milho já estava para ser colhido eles foram lá e cortaram tudo. E a outra também foi de um pessoal no Trajano, invadiram e cortaram a melancia e prenderam o rapaz. Então até ali agente procurava tomar as medidas, mas nos sentíamos um pouco recuados porque não tínhamos esse conhecimento profundo e dali e surgiu a ideia desse Seminário, onde tivemos que trazer para cá a procuradora, vieram vários representantes do governo, aí foi que nós conseguimos, todo mundo tomou conhecimentos dos seus direitos e dali para frente eles recuaram mais.





Patrícia: Não teve mais.

Samuel: Não, não destruíram mais as roças de ninguém, não prenderam mais ninguém, porque ali eles viram que foi exposto o direito das comunidades quilombolas.

Patrícia: O Seminário foi em 99 e essas destruições das roças de Trajano?

Samuel: Foi exatamente antes do Seminário.

Patrícia: E eles estavam destruindo nessa época por que? Eles achavam que estavam aumentando as roças?

Samuel: Porque o pessoal estava dentro das áreas deles.

Patrícia: Dentro dos sessenta e cinco mil hectares?

Samuel: Isso.

Patrícia: Mas dentro dos sessenta e cinco mil hectares?

Samuel: Não, dentro da área.

Patrícia: Dos oito mil hectares?

Samuel: Isso, só que essa que eles destruíram lá não era dentro da deles, era da área deles.

Patrícia: E seu Samuel eu tinha até esquecido que o senhor foi para Alemanha, não é? Conta para nós o que o senhor foi fazer lá?

Samuel: Fui, fui lá a convite do professor Alfredo e eu acho que foi muito bom você conhece uma outra realidade e nós fomos realmente divulgar essa questão do Centro de Lançamento, fomos mais para isso.

Patrícia: Falar da situação do Centro de Lançamento.

Samuel: Exatamente, fomos em várias universidades e falamos porque realmente sobre os problemas da Base, porque eles ficavam assim quando ouviam agente falar, quer dizer: são duas coisas que acontecem, ouvir os militares falar, divulgar só o lado da tecnologia, que é o lado que eles estão. Por que da entrada do CLA a estrada é um tapete, para cá é outra coisa, outra história, você vai no CLA, lá é um mundo da tecnologia, é diferente, outra realidade. Então quando a gente falava a situação da relação que o Centro de Lançamento tem com as comunidades, porque eles falam que davam as-





sistência para todo mundo das comunidades, que ajudavam e faziam tudo. Então quando nós colocávamos a situação para eles todo mundo ficava impressionado, a interprete traduziam para ele. Mas foi muito bom, a gente conheceu uma outra realidade, nós tivemos a oportunidade de conversar com os trabalhadores e lá é muito diferente daqui, lá um pequeno produtor tem quinze hectares e esses quinze hectares ele ainda deixa ainda quinze por cento como reserva e o governo paga uma taxa para ele. Eles utilizam os cinco tudo mecanizado. Conversamos com uma Sra. aposentada, viúva, ela tinha cinco hectares e um maquinário, criação de vacas, é uma outra realidade.

Patrícia: Mas o senhor falou lá, não falou?

Samuel: Falei

Patrícia: O senhor falou dessa situação de Alcântara?

Samuel: Isso, inclusive eles estavam fazendo uma campanha para arrecadar recurso para lançamento de um foguete aqui no Centro de Lançamento, eles até fizeram esse lançamento aqui mas não deu certo e caiu, mas eles estavam lá, começamos falar e questionar que enquanto eles estavam arrecadando dinheiro para eles, o CLA, as comunidades aqui estavam abandonadas.

Patrícia: Mas eles também estavam presentes lá?

Samuel: Não, não, conosco não, foi só eu, o professor Alfredo e o Ivo.

Patrícia: No evento lá, no seminário que vocês foram.

Samuel: Não, não.

Patrícia: Mas a Alemanha financia, é isso que o senhor está dizendo?

Samuel: Não, eles estavam fazendo uma campanha lá para arrecadar recurso.

Cristina: Mas era a Alemanha que queria lançar um foguete?

Samuel: Era.

Cristina: E foram lançar e não deu certo.

Samuel: É isso mesmo, não deu certo e caiu.

Cynthia: Seu Samuel e sua inserção no Sindicato começou quando?





Samuel: Em setenta e sete, em setenta e cinco, setenta e sete, comecei a trabalhar como delegado de base, aí fui secretário do conselho fiscal, depois fui secretário geral e depois fui presidente por dois mandatos consecutivos.

Patrícia: E quando foi o primeiro mandato?

Samuel: Foi em oitenta e oito.

Patrícia: Eram de quatro ou três?

Samuel: Quatro anos.

Patrícia: Até 92.

Samuel: É.

Patrícia: E o outro de 92 até 96.

Samuel Moraes: É.

Patrícia: E agora mais recentemente em 2004, você não foi?

Samuel: Não eu estou como secretário geral.

Patrícia: E nesses mandatos de oitenta e oito e noventa e dois, o senhor lembra quem estava com o senhor, quem era o secretário geral?

Samuel: Era o Marcos.

Cynthia: O senhor esteve como presidente no auge da discussão sobre a implantação da Base.

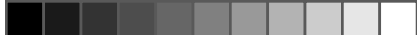
Samuel: Depois que o Nonato saiu ficou o Aniceto, aí veio o Vicente e eu peguei nesse auge aí do conflito com a Infraero, que era da transferência. Hoje não, é só burocracia, informática e tal, não tem mais aquela garra como nós enfrentamos, aquele tanto de audiência em Brasília, aí foi o período de acordo do Brasil e Estados Unidos. Nós fomos várias vezes para audiência lá, a última audiência que teve levamos uma faixa e foi uma dificuldade, o pessoal não conseguia levantar a faixa e naquela audiência estava o Leitão.

Cynthia: Quando foi essa?

Samuel: isso foi no período, tenho tudo anotado lá, passo para vocês.

Neta: Foi no tempo do Plebiscito da Alca, que tinha a questão do aluguel para os Estados Unidos.





Samuel: Exatamente, aí nós fomos daqui e quando eles viram o pessoal de Alcântara eles ficaram só olhando, o Valdir Pires que era o relator da comissão. O Valdir Pires era até um cara que era contra o acordo entre o Brasil e Estados Unidos, o pior não era o acordo, eram as cláusulas do acordo. Como é que vou alugar tua casa e dizer como tu não vai poder utilizar esse recurso, o investimento não seria para saúde, educação, tinha que ser todo investido na estrutura do Centro para eles usarem, aí quando viram muita gente de Alcântara suspenderam a audiência. Eu não lembro o nome dele, um que fez um discurso muito inflamado dizendo que quando a Aeronáutica chegou em São José dos Campos, lá não tinha nada, era um deserto, e hoje São José dos Campos é desenvolvido. Disse que quando a Aeronáutica chegou em Alcântara, Alcântara era toda podre, hoje ele convidava as pessoas para visitar. Agora em Alcântara a única coisa que eles construíram em Alcântara foi a casa histórica e tem aquele cais e não tem nada mais. Aí um cara diz que Alcântara tinha mudado. Então naquele período lutamos muito, viajamos muito, **Brasília para mim era igual o caminho da roça**. E eu sempre digo que o Dutra se afastou de Alcântara, mas depois que perdeu o mandato de deputado, ele se colocou à disposição do Sindicato. A minha linha de trabalho é diferente, eu acho que pelo trabalho e conhecimento que o Dutra tem, eu jamais contrataria outro advogado a não ser o Dutra. Porque até hoje duas pessoas que muito nos ajudou: o professor Alfredo e o Dutra. O professor Alfredo com a equipe dele, como vocês que estão aqui trabalhando, ele não está aqui mas tem participação, por isso que eu sempre digo o professor Alfredo, o Dutra e o Pedrosa também têm muito nos ajudado.

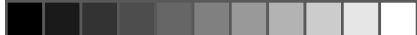
1.4 Entrevista com o Sr. Aniceto Cantanhêde, na comunidade Oitíua.

Data: 20/01/2016

Local: Oitíua

A entrevista com o Sr. Aniceto foi realizada em sua residência em Oitíua, com a presença de seus familiares. Nascera, contudo, na comunidade de Cajueiro II cujas famílias acionam no contexto de conflitos de terras promovido pela criação da base militar direitos de herança. Assim como em Baixa Grande as terras de Cajueiro II são consideradas “terras de herdeiros”. Mas se lá as narrativas dos detentores do contexto de acesso à terras estão





referidas a situações de aquisição de terras, em Cajueiro II as narrativas são referidas uma doação formal de terras pelo antigo dono do engenho Santo Antônio, Teotônio de Araújo Cerveira. A descendência é traçada pelo materno pois a beneciada com a doação foi a senhora Maria de Araújo Cerveira, filha do Sr. Teotônio com Cândida, ex-escrava desse engenho. Segundo as narrativas daqueles detentores da memória do grupo, o dono da fazenda de Santo Antônio doou uma “aba de terras.” Essas narrativas são no presente transmitidas a toda e qualquer autoridade que questione os direitos sobre as terras das famílias de Cajueiro, direito esse que foi inclusive registrado em documento cartorial, conforme nos informou o senhor Aniceto que detém a posse desse documento.

Conforme nos informou em entrevista, o Sr. Aniceto mudou-se para a comunidade Oitua em 1992 adquirindo por compra um “lote” de terras. Considerada hoje a maior comunidade de Alcântara, Oitua tem cerca de vinte anos de existência. Em sua entrevista, o Sr. Aniceto deslinda questões agrárias referidas às intervenções da chamada Base no território das atuais comunidades remanescentes de quilombo de Alcântara. Recupera ainda pressões mais recentes referidas ao comércio de madeira e suas implicações para os desmatamentos dos domínios das comunidades, dentre outros temas.



O Sr. Aniceto Araújo Pereira e seu filho Wanderson em sua casa em Oitua, em 20 de janeiro de 2016.





O Sr. Aniceto Araújo Pereira com seus familiares, sua esposa, filhos, netos, gênsos e noras em frente à sua casa em Oitiua, em 20 de janeiro de 2016.

Patrícia: Eu queria lhe perguntar sobre a Barricada, o senhor esteve presente?

Aniceto: Estive.

Patrícia: em que ano que o senhor entrou para o Sindicato?

Aniceto: eu?

Patrícia: O Sindicato foi criado em setenta e um, não é isso?

Aniceto: Eu entrei na eleição de oitenta e oito e assumi em oitenta e nove.

Patrícia: Em oitenta e nove. Mas aí como presidente, não é? Eu falo da sua participação como delegado.

Aniceto: Ah, é antiga.

Neta: Seu Aniceto, o senhor falou que entrou na eleição de oitenta e nove.

Aniceto: Em oitenta e seis Nonato disputou com Melquiades as eleições, em oitenta e seis, aí assumi em oitenta e sete, oitenta e oito, oitenta e nove.





Não, foi em oitenta e cinco. Em oitenta e cinco que foram as eleições. Aí Nonato tirou oitenta e seis, oitenta e sete e oitenta e oito. Três anos. E eu assumi em oitenta e nove.

Cynthia: Foi o ano que passou para quatro anos?

Aniceto: Não. para quatro anos eu acho que passou só em noventa e quatro por aí assim, que passou para quatro anos.

Neta: Mas aí o senhor passou como presidente.

Aniceto: Como presidente.

Neta: E delegado sindical.

Aniceto: Na verdade eu nunca fui delegado sindical.

Patrícia: Mas aí a sua ligação com o Sindicato já se dá nesse contexto da eleição para presidente do Sindicato, ou antes o senhor tinha um trabalho, como é que era?

Aniceto: Nessa chapa de Nonato, eu era suplente. Eu entrei na chapa, mas como suplente em oitenta e cinco. Em oitenta e cinco eu entrei como suplente da diretoria. Aí, em oitenta e oito só teve uma chapa que fui eu o candidato, mas em oitenta e cinco tiveram dois concorrentes que foi Melquíades e Nonato. Então, essa foto aqui é do lançamento da chapa de Nonato lá na porta da igreja, de tarde. No tempo de Olinda.

Patrícia: de Rosário.

Aniceto: É, desse pessoal. Em oitenta e cinco.

Patrícia: Mas aí, o senhor ficou então de oitenta e nove, noventa e noventa

Foto de Dona Nice com suas filhas Geovânia e Celitânia, seu genro e seus netos. Na porta da casa de Celitânia. Foto: Patricia Maria Portela Nunes.

e um.

Aniceto: Eu assumi em novembro de oitenta e oito, aí eu fui até noventa e um. Aí veio Vicente. Aí Vicente tirou um mandato. Aí eu voltei.

Cynthia: O Vicente ficou de noventa e um até noventa e quatro?

Aniceto: Até noventa e quatro.

Cynthia: Aí o senhor voltou em noventa e cinco.





Aniceto: Em 95.

Cynthia: Até...

Aniceto: Aí noventa e cinco, noventa e seis, noventa e sete. Três anos, aí Samuel assumiu e Samuel foi o único presidente que tirou dois mandatos juntos.

Patrícia: Que aí foi noventa e oito, noventa e nove, dois mil, aí dois mil e um, dois mil e dois, dois mil e três. Mas nesse tempo já não eram quatro anos.

Aniceto: Já era quatro anos. Porque é assim, a eleição aqui é em dezembro e a posse é comecinho de janeiro. Aí dois mil e quatro ele foi eleito vereador, terminado o mandato dele, em dois mil e quatro eu assumi de novo até dois mil e oito. Aí veio Marcos. Não, veio Samuel, veio Samuel, aí é que veio Marcos.

Patrícia: Seu Aniceto, vamos recuperar um pouco essa memória sobre essa questão da titulação, não é?

Aniceto: Sim.

Patrícia: A certidão da Palmares antecede a titulação do INCRA, não é isso? Primeiro vem a certidão e depois, com a certidão, o INCRA inicia o processo de RTID pra sair a titulação definitiva, que pra vocês nunca saiu. Teve um tempo que teve uma discussão grande envolvendo a Palmares que eu não sei se essa foto está ligada a isso, que o trabalho já tinha sido todo feito, o professor Alfredo já tinha concluído o laudo antropológico, que foi em dois mil e dois esse trabalho, aí quando foi em dois mil e três saiu o Decreto 4887 regulamentando e criando, passando da Palmares para o INCRA essa atribuição e criando o RTID. Por conta disso, a Palmares quase quis esquecer esse trabalho que já tinha sido feito e começou a a querer de novo fazer o trabalho do zero, não sei se o senhor lembra dessa discussão. Aí, foi toda uma mobilização para que o relatório do professor Alfredo fosse reconhecido já como parte do processo do RTID e assim foi, pois o trabalho foi realizado por solicitação do Ministério Público Federal. Mas até que isso acontecesse teve, eu acho, que uma mobilização grande de vocês aqui no sentido de reivindicar pra Palmares, não é?

Aniceto: Eu acho então que por isso que ele veio.





Patrícia: Como o senhor já foi presidente três vezes do Sindicato, quais são as principais questões que o senhor acha que os trabalhadores e trabalhadoras rurais de Alcântara tiveram que enfrentar esses anos todos, de setenta prá cá? Quais foram as principais bandeiras de lutas do Sindicato?

Aniceto: A principal foi a posse da terra, pela posse da terra. Uma luta que teve em setenta e nove foi com a comunidade de Itamatatiua, que um grupo de Bequimão invadiu as terras de Itamatatiua. Na época o órgão fundiário era, não sei, mas parece que era o ITERMA, e aí foi esse apoio a essa luta dessa comunidade em setenta e nove. Aí, a partir de oitenta, vem a outra bandeira principal que também é a luta pela permanência das comunidades nas suas áreas de trabalho, nas suas moradias, nas suas comunidades de origem, que aí se estende. Esses foram os eixos porque Alcântara tem se diferenciado de outras situações, porque Alcântara não tem grandes fazendeiros, melhor, não tem grandes donos de terras, terceiros, não tem grandes, vamos dizer assim, latifundiários. Alcântara ela é muito a terra de herdeiros, é muita terra de herdeiros. Alcântara ela tem muita certidão dividida em herança, daqueles que estão em Alcântara. Não é herança daqueles que foram embora, não, é herança para aqueles que estão em Alcântara porque as certidões de terras levantadas pelo INCRA estão todas em Alcântara, os donos, quer dizer, os donos também, mas uma maneira de compreender porque, um exemplo, a certidão ainda está no nome da Maria que é mãe do Pedro, que é mãe do Antônio que hoje está como bisneto, mas morando lá na terra. Só que a certidão está no nome da escanchavó desses que estão vivendo hoje. Agora as certidões estão lá, registrada no cartório, um exemplo, quando o INCRA fez o levantamento, encontrou pouquíssimas certidões de terceiros aqui em Alcântara, dentro desse território. E aí, que a maior parte do município de Alcântara como Itamatatiua também é uma terra que é de herança, que eles ganharam há mais de cem anos. É essa luta que teve e que tem ainda hoje.

Patrícia: E depois dessa luta, como o senhor estava falando, essa grande questão com relação a Itamatatiua, aí depois veio agora a situação com a Base não é? Com a desapropriação de sessenta e cinco mil hectares. E como é que está essa situação? Como é que o senhor vê essa presença da Base e os diferentes momentos? Porque a gente percebe que foi mudando, teve a INFRA-ERO, recentemente a Cyclone Space, cada momento vai mudando o tipo de luta e de enfrentamento que vocês estão tendo que ter com a Base, não é isso?





Aniceto: Eu tenho comparado a luta de Alcântara como o quintal da vovó que tinha muita casca de coco e que foi botado fogo e que por cima tem as cinzas brancas, mas que por baixo tem o fogo. Na hora que o menino mete o pé, queima. **Assim é a luta aqui em Alcântara, parece parada, mas lá no fundo não está parado porque o governo é como o fogo que a cinza está em cima, mas que o fogo está lá em baixo, qualquer hora pode ter uma explosão.** Então é uma coisa que está aí. Eu, particularmente, acho que eles não vão abrir mão, pode ser daqui a três anos, pode ser daqui a dez anos, não vão abrir mão do litoral de Alcântara. Então, o fogo está aí. Está quente. Qualquer hora pode ter explosão. Então eu acho que a luta não é dizer que parou, ou quando vai parar, ela continua.

Patrícia: Seu Samuel hoje lembrou que Dutra dizia que essa era uma luta pra mais de duzentos anos. É uma luta longa não é?

Aniceto: Eu não sei se vocês chegaram a ver lá no museu deles, da Aero-náutica tinha um gráfico que eles fizeram que começou em oitenta e cinco e ia até dois mil e quinze que era até dois mil e quinze onde eles iam chegar. Eu acho que eles não saíram nem do gráfico de oitenta e cinco, eu acho que eles não saíram do gráfico porque lá no gráfico era um painel bonito que tinha e mostrava o período em que eles iam avançando, até dois mil e quinze. E dois mil e quinze passou e eles não avançaram nada. Quer dizer, não avançaram no aspecto deles mesmos.

Cynthia: Então essa luta do sindicato, ela passa por vários momentos. Primeiro pela reforma agrária e depois vem a luta relacionada a Base e que já veio essas outras reivindicações. O senhor teve a oportunidade de acompanhar esse período todo?

Aniceto: Porque assim, a gente nunca teve essa ideia de montar essa linha do tempo, quem fez um pouco disso foi Sean.

Patrícia: É, fizemos no fascículo.

Aniceto: É! um pouco, um pouco dessa linha do tempo, pegaram aqueles documentos que eu acho que até Patrícia estava junto também não é?

Patrícia: Estava sim.

Aniceto: Que fizeram um pouco, um pouco diariamente, porque todo dia tem uma novidade.





Patrícia: O seu Samuel falou um pouco que teve uma época que eram os militares que realizaram os deslocamentos e foram colocando uma série de dificuldades para as pessoas que moravam na agrovila, não é isso?

Aniceto: Sim!

Patrícia: O senhor recupera um pouco essas questões sobre o por quê de não poder construir casas, como é que era?

Aniceto: Porque era assim, na verdade, as agrovilas não foram dadas, quer dizer, tu mora na casa mas as decisões quem toma sou eu. Era mais ou menos isso que aconteceu nas agrovilas. Muitas agrovilas conseguiram avançar de um período, eu acho que de dois mil e cinco pra cá. Logo no começo eles não queriam que fizessem isso até porque eles achavam o seguinte: que as famílias novas não fazendo casa, com vinte anos não teria mais ninguém, com trinta anos, está entendendo? Então eu acho que essa seria a intenção deles. Não se reproduzir família nova, então vai indo, vai indo, os antigos vão desaparecendo. É tanto que hoje eu acho que a agrovila menos povoada é Marudá.

Patrícia: Muita gente foi embora pra Sao Luís, não é?

Aniceto: E não povoou no sentido de outras famílias, você esta entendendo?!

Patrícia: E por que, seu Aniceto?

Aniceto: Eu não sei o fator que levou o Marudá não melhorar e aumentar. Um exemplo, se tu vê Só-Assim é cinquenta por cento, Cajueiro aumentou, mas Marudá, Ponta Seca, Espera não aumentaram nadinha.

Patrícia: E seu Aniceto, quais seriam as possibilidades do trabalhador rural aqui em Alcântara? Porque, por exemplo, a gente foi agora de manhã lá em Baixa Grande e seu Samuel falou que praticamente só ele e tem duas pessoas que tem roça, mas ainda assim não é a roça de mandioca. Teve uma queda muito grande na produção de farinha?

Aniceto: De farinha de mandioca teve e tem.

Patrícia: E por que está acontecendo isso?

Aniceto: Olha, eu não sei qual é o fator que leva, mas eu acho que o próprio tempo. Tem muitas comunidades que hoje que avançaram, um exemplo, tem Cajueiro que tem uma produção de mandioca boa, que não é o





Cajueiro da agrovila, é Cajueiro II; Baíaqual tem uma produção de mandioca boa; Canelatiua também tem, toda vez que a gente vai lá, eles estão fazendo farinha. Eu acho que eles mantém a produção; Mamuna também tem; tem algumas comunidades que eles mantém suas atividades na lavoura, não é? Mas em muitas diminuiu.

Patrícia: Porque no passado a gente ouvia, fazendo entrevistas com o pai da Neta, por exemplo, falava muito do tempo que eles plantavam até arroz, milho, a produção era muito grande e aí foi caindo. Isso tem repercussões no sindicato?

Aniceto: Tem. Agora é o tempo também. Um exemplo, como é que está o tempo? Está entendendo? Como é que está o tempo? Um exemplo, era tempo da gente já estar com milho nascido, maniva plantada; está todo mundo esperando. Quando é que vai chover? E tem outros fatores que levam a essa diminuição, dessa produção.

Patrícia: E teve um desmatamento muito grande nesses vinte anos?

Aniceto: Tem. Esse desmatamento é muito grande. Um outro fator grande aqui em Alcântara é o tiramento de madeira.

Patrícia: Quem que tira?

Aniceto: O lavrador, eles transformaram isso num tiramento de madeira. Por que o quê acontece? É o seguinte, aqui é muito perto de São Luís. Aí, o quê que acontece? Tem muitos caminhões de São Luís pra cá, no ferry, dos baús grandes, e eles não identificam o que vai. Esses caminhões vão lotado de tudo. O caminhão atravessa carregado.

Cynthia: Não tem fiscalização na hora que passa pelo Ferry Boat, dessa madeira?

Aniceto: Não tem nadinha.

Neta: Como é caminhão baú, é fechado.

Wanderson: Agora tem fiscalização, mas eles não abrem.

Aniceto: Eles levam carvão, madeira, tudo nesse caminhão baú, que vem de lá pra cá. Porque o baú passa fechado, está entendendo?

Patrícia: A pressão do mercado de exploração de madeira é muito grande





pela própria proximidade de São Luís e pela dificuldade que se passa com a implantação desses projetos.

Neta: seu Aniceto, em relação à agricultura e à pesca, existe uma diferença de quem aumentou ou de quem se manteve?

Aniceto: A pesca se manteve.

Neta: Não aumentou?

Aniceto: Não. Acho que se manteve. Eu não sei até que se não aumentou, porque cada dia eu vejo ali na feira de Alcântara mais peixe do que farinha.

Patrícia: Aqui as pessoas pescam muito seu Aniceto?

Aniceto: Pescam. Aqui mais é a pesca.

Patrícia: E aqui tem muitos igarapés?

Aniceto: Tem. Está bem pertinho aqui. Pode pegar um canoa aqui e sei que você vai passar lá perto da casa de Neta. Aqui tem mais de setenta por cento que vivem do igarapé. Aqui tem mais de quinhentas famílias. É, aqui é grande. Aqui é o maior povoado do município de Alcântara.

Patrícia: E as famílias daqui de Oitiua são todas daqui?

Aniceto: Não. Oitiua é da Base Espacial. É do governo federal.

Patrícia: Está dentro da área das terras devolutas?

Aniceto: Está comprado. Oitiua era de terceiros. Eles tem dezoito áreas compradas. Isso tem também nos documentos do Sindicato, dezoito áreas compradas, entre essas dezoito áreas compradas, Oitiua é uma delas.

Cristina: E os dono moravam aqui, seu Aniceto?

Aniceto: Não. O dono era trabalhador do INCRA

Cristina: Ele morava onde?

Aniceto: Ele morava na cidade. Era um coordenador do INCRA que comprou essa terra aqui e ele vendeu para o governo federal. Essa terra aqui é do governo federal. setecentos e poucos hectares de terra do governo federal. Só que aqui eles largaram de mão, eles não deram conta. Aqui tudo é marcado, aqui cada um tem um terreno. Enildo, Enildo largou de mão.





Neta: Quando eles começaram a ir pro lado de Canelatiua, na implantação da Base que iam ser remanejadas, uma das coisas que eles falaram é que não fizessem melhorias nas casas e nem aumentassem as plantações. Eles fizeram essa proposta também aqui pra Oitiua?

Aniceto: Foi. Mas aqui eles largaram de mão. Niguém ligou. Aqui o povoado é grande e a economia aqui do povoado também não é pequena não.

Cynthia: Essa economia é baseada em quê?

Aniceto: É baseada na pesca, principalmente na pesca. O comércio aqui é grande. Aqui tem comércio grande mesmo. Aqui a carreta do supermercado Mateus descarrega aqui e os comerciantes daqui é que vendem pra Alcântara. A pesca e o comércio, porque aqui é engraçado. Oitiua eu acho que não tem cinquenta anos de existência, esse povoado aqui. Agora, que está crescendo eu acho eu que não tem 20 anos. Porque, olha, aqui é o igarapé, como a gente chama, então ele está bem aqui. Aí, tu tem Bequimão, esse povoado bem aqui é Bequimão. Aí tu tem aqui Portugal, aí tu tem aqui Croa, aí tu tem aqui Lisboa, aí tu tem aqui Cajueiro, aí tu tem aqui Tiriritiua. Aí, tu tem aqui Novo Belém e bem aqui é Baiacual bem aqui. Esses povoados tudinho vivem em torno de Oitiua.

Cristina: Eu sei que cresceu muito em número de famílias. E vieram pessoas dessas comunidades pra cá?

Aniceto: Vieram. Eu acho que uns trinta por cento vieram de Bequimão pra cá, desses povoados daqui de Bequimão, esse pessoal desceram todos pra cá.

Patrícia: Isso de 50 anos pra cá?

Aniceto: Não. Acho que dos últimos vinte anos, porque Oitiua cresceu mesmo foi nos últimos vinte anos. Enquanto nos últimos vinte anos a Base lá do outro lado estava cuidando pra ninguém aumentar, Oitiua aumentou.

Tacilvan: Esse crescimento está relacionado também com as implicações vindas com a Base?

Aniceto: Não. Não tem nada haver com quem saiu de lá e veio pra cá.

Patrícia: Mas o senhor acha que pelo fato de ter se tornado terra do governo, porque antes tinha um dono, como o senhor falou.





Aniceto: É, isso também facilitou.

Patrícia: Ficou uma terra livre e facilitou, ficou meio que uma terra livre que qualquer pessoa podia chegar. Lá em Canelatiua, por exemplo, não é qualquer pessoa que pode construir casas lá, tem que ter autorização das pessoas de lá. Aqui não, se eu quiser construir uma casa aqui amanhã. Eu posso?

Aniceto: Não, aqui tu pode, quer dizer, tu pode porque tu compra já um terreno.

Patrícia: Compra um terreno, quer dizer que existe um comércio de terrenos aqui?

Aniceto: É muito forte. Vocês não conhecem, mas Neta conhece, Teresinho França foi o eixo disso, tu está entendendo? Teresinho França foi o pivô pra que esse estopim de Oitiua crescesse rápido.

Patrícia: Ele começou a vender os terrenos foi?

Aniceto: Como ele era vereador, eles tinham ele como um encarregado, e aí ele dava pra um, dava para outro e lá vai e abria rua pra todo lado aí.

Cristina: Ele era *encarregado* do outro dono no caso?

Aniceto: Não, da terra, da Aeronáutica, na época da Aeronáutica. Nos últimos vinte anos isso aqui aconteceu.

Patrícia: Então tem uma relação com a Aeronáutica?

Aniceto: Tem.

Patrícia: Porque se um *encarregado* daqui era da aeronautica ele começou a fazer a venda das terras, não é isso?

Aniceto: Tem porque eles também não ligavam, entedeu?

Cynthia: Colocaram esse aqui da Aeronáutica, ele fazendo isso: distribuindo terras, vendendo para outros?

Patrícia: Porque aqui tinha muito isso. O seu Marcos falou pra gente no Peru que lá também tinha, que toda agrovila tinha um representante.

Aniceto: Mas no caso os donos eles botavam um *encarregado*.

Como aqui não interessava pra eles, eles largaram de mão e Teresinho França deu terreno aí pra quem foi chegando.





Cynthia: Então, a gente pode dizer que na agrovila esse encarregado ele ficava mais no conrole do que aqui?

Aniceto: Sim. Eles atendiam mais as normas do que aqui. Porque aqui Teresinho fez o que quis.

Patrícia: O senhor chegou aqui em que ano?

Aniceto: Eu cheguei aqui em noventa e dois.

Patrícia: Em noventa e dois? Vindo de onde?

Aniceto: Bem dali do Cajueiro.

Patrícia: O senhor morava no Cajueiro?

Aniceto: É! Cajueiro II.

Patrícia: O Cajueiro II é uma comunidade antiga daqui de Alcântara?

Aniceto: É.

Patrícia: Porque tinha o Cajueiro que foi deslocado e virou a agrovila de Cajueiro. Tinha esses dois Cajueiros, um lá e o outro aqui? E sempre chamou dois [II]?

Aniceto: Não.

Neta: Aqui depois que começaram a chamar de Cajueiro II.

Aniceto: Sim. Aqui é mais antigo que do que, talvez, lá.

Patrícia: Mas só passou a ser chamado de II depois da agrovila foi?

Aniceto: Não, porque o outro Cajueiro lá, aqui é o Cajueiro II, porque de certo tempo que ficou isso, porque de primeiro também a gente nem sabia onde era Alcântara.

Patrícia: Era mesmo? Nessa época que vocês moravam em Cajueiro a relação com Alcântara era bem distante, lá com a cidade.

Aniceto: Era. Porque a gente não ia em Alcântara.

Patrícia: Não iam à sede.

Aniceto: Pra gente sair daqui nos anos setenta, pra ir pra Alcântara, a gente teria que ir para Castelo, que é um povoado que está bem ali, acho que





vocês conhecem. Pegava uma canoa no Castelo e ia remando até no porto de Alcântara pra dormir e pra vim no outro dia porque não tinha estrada, não tinha carro, não tinha nada. Cajueiro aqui, de onde eu sou.

Patrícia: Você nasceu lá em Cajueiro?

Aniceto: Eu nasci em Cajueiro.

Patrícia: Seus pais também?

Aniceto: Não! o meu paí veio do Jacioca, no Bequimão. A minha avó, mãe do meu pai, se chamava Ana e ela veio de lá em quarenta e cinco, veio do Jacioca, Bequimão, em quarenta e cinco.

Patrícia: Ela que veio. Foi a primeira que veio?

Aniceto: Ela veio. Ela trouxe o meu pai que era Miguel, ela trouxe José, que era irmão de meu pai e ela trouxe uma senhor a chamada Leonildes. Ela não tinha marido, a minha avó, ela veio pra cá para Cajueiro.

Patrícia: Leonildes era o que pra ela? Era parenta?

Aniceto: Era filha, eram três filhos que ela trouxe. Isso só da parte do meu pai. Meu pai era Miguel. Da parte da minha mãe que era Raimunda. Deixa eu ver aqui por onde eu começo, uma Sra. por nome Cândida, não tem o nome da mãe de Cândida, mas o fazendeiro, o dono da fazenda de Santo Antônio que é lá na terra do Cajueiro, que é Santo Antonio, deu uma *aba de terra*, em mil oitocentos e, eu vou levar o documento amanhã. Eu tenho esse documento. Então, era o Teotônio de Araújo Cerveira. Está ali, eu vou ver e levo uma cópia pra ti.

Patrícia: Ele era o dono da fazenda Santo Antônio?

Aniceto: Ele era o dono da fazenda Santo Antônio. Não existia Cajueiro, a fazenda era Santo Antônio. No documento, diz que ele deu uma *aba de terra* pra essa senhora chamada Maria de Araújo Cerveira que é filha da Cândida.

Cynthia: Ela era parenta dele?

Aniceto: Os antigos estiveram me contando que a Cândida era uma negra muito bonita e que o Teotônio provavelmente era pai da Maria Cerveira. A Maria de Araújo Cerveira era mãe de Luzia de Araújo Cerveira. A Cândida é mãe da Maria e a Maria de Araújo Cerveira é mãe da Luzia Araújo Cerveira





e a Luzia é mãe de Raimunda e a Raimunda é a mãe de Aniceto.

Patrícia: Então, são quatro gerações não é?

Aniceto: São quatro gerações, começa com a Cândida.

Cristina: A Cândida foi que recebeu a doação?

Aniceto: A doação foi para Maria de Araújo Cerveira, filha da Cândida.

Patrícia: Que a Maria é filha da Cândida com o Teotônio.

Aniceto: Do velhão, tu tá entendendo? Porque o velhão deu e no documento diz.

Wanderson: É Duarte Teotônio de Araújo Cerveira.

Aniceto: Era o nome dele?

Wanderson: Era sim senhor.

Aniceto: Era um documento escrito a mão.

Patrícia: Qual é o ano? É 1854?

Wanderson: o ano de nascimento dele, aqui diz que ele nasceu em Jesus Cristo em 1886. aos ois dias de mes de outrubro de do dito ano, 1886.

Patrícia: e esse documento é da igreja?

Aniceto: Não, esse documento está em toda a documentação da família. Está lá no Cajueiro. Estava aqui mas eu levei pra lá.

Patrícia: Eu perguntei se estava na igreja porque, no caso dessas terras aqui, que é a terra da pobreza, nesse tempo era as paróquias realizaram o redistro das terras.

Aniceto: Mas esse documento é da família?

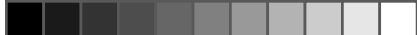
Patrícia: Mas quem que emitiu o documento?

Wanderson: É que como está com as letras muito apagadas.

Patrícia: Ah, você digitou.

Aniceto: São três papéis. Então, até hoje a família conserva. Não muda. Está lá no Cajueiro. Eu trouxe aqui pra ele digitar. Tem um bocado de documentos, tem um recibo de um forno.





Patrícia: Deixa eu lhe perguntar uma coisa, essa fazenda, os antigos falavam de que que era?

Aniceto: De Santo Antônio.

Patrícia: Santo Antônio era o nome, mas produzia o que? Era cana?

Aniceto: Era produção de cana. Nesse documento da velharada que tem um recibo de um forno que o Manoel comprou em 1906 em Belém.

Patrícia: Um forno?

Aniceto: Um forno para a família.

Cynthia: Quer dizer, ele tinha outras terras aqui também, esse Teotônio Araújo Cerveira?

Aniceto: as terras de Sao Raímundo que é de Engracia Araujo Cerveira ganhou também nesa epoca, essa negra de lá de Sao Raímundo, Engracia Cerveira, também veio desa família porque a terra, não é que a terra era da Candida, o Teotônio que deu pra ela, pra filha dela e o Teotônio que deu um pedaço das terras lá no Sao Raimundo. Você está entendendo?

Patrícia: Entedi. Por isso que o senhor fala que é de herança.

Aniceto: Todas essas terras aqui são assim. Lá no Cajuerio II ainda tem da sua família?

Aniceto: Tem. Minha familia está toda lá. É bem aqui pertinho.

Patrícia: Lá tem o resto desse engenho?

Aniceto: Não, não tem. O que tinha era um bocado de muralhas antigas, mas já se acabou tudo. Tinha um bocado de paredão, aí eles desmancharam para tirar pedra.

Patrícia: Aí ficou só a *tapera*?

Aniceto: Não, só está lá o mangueiral. Tinha a mangueira de Faustina, tinha a magueira de Faustina, mas a mangueira de Faustina morreu, eu até abuso com eles lá pra gente plantar uma outra mangueira.

Cynthia: O que é essa mangueira de Faustina?

Aniceto: Era onde era a tapera e lá tinha um mangueiral. Tinha muita mangueira chamada mangueira de Faustina. Quem vai pro Cajueiro, se for





para o Cajueiro daqui paro Oitiua é bem pertinho. Agora se tu for de carro, pega a MA, vai lá na frente prá poder voltar, prá vir pro Cajueiro. Por que eu vim pra cá? A minha mãe criou uma sobrinha dela, aí, quando a mamãe morreu eu fiquei com ela, a Neta. A gente chama pra ela de Neta, aí todo dia o papai tinha que trazer ela pra cá porque ela estudava aqui.

Patrícia: Por isso que o senhor fala que tem muitas teras de herança não é?

Aniceto: É.

Patrícia: São situações desse tipo, não é?

Aniceto: É.

Patrícia: Porque tem algumas situações que a gente acompanhou aqui que os que eram donos dessas fazendas, os donos, quando elas faliram eles foram embora para São Luís e deixaram um *encarregado* e ficaram de lá só recebendo *foro* pela terra. É o caso de Itapuaua que aconteceu durante muito tempo.

Aniceto: Aqui sempre foi dessa herança, de quem doou.

Patrícia: Porque tiveram as doações formais a as doações informais que eles foram embora e doaram de boca. E outras que as pessoas adquiririam depois da abolição, onde eles compraram a terra, adquiriram por compra. Aqui, então, é um caso de doação?

Aniceto: Aqui é. Lá em Cajueiro. Porque lá é só uma *tapera* mesmo, não é Neta? Neta sabe como é, só um igarapé que divide.

Patrícia: Lá são quantas famílias que vivem hoje?

Aniceto: Rapaz, em Cajueiro há cinquenta anos tinha quinze famílias, hoje voce vai lá e tem quinze famílias. Não passa daquilo. Até que agora tem uns três que eles botaram lá, só que eles não botam outros de fora, eles não botam, não cresce daquilo. É quinze ou dezesses famílias.

Cristina: São todos parentes?

Aniceto: É uma geracao que se entende entre eles.

Patrícia: Me diz uma coisa, voltando aqui ao sindicato que eu lhe perguntei se o senhor esteve lá na Barricada, nessa manifestação, o senhor tem lembranças desse dia, como é que foi, como que vocês organizaram, conta um pouquinho pra gente como é que foi.





Aniceto: Porque é assim, não concordavam com as agrovilas. Agora, se tu me perguntar a data, eu não sei exatamente o mês, mas primeiro teve uma reunião no Peru Velho. Depois do Rio, por que tem o Rio do Peru. Então teve uma reunião. Essa reunião foi que gerou esse fechamento dessa estrada, dessa Barricada na estrada. Aí foi planejado, foi formada uma equipe de carro para ter os carros, foram formadas outras equipes e o povo foi se mobilizando. Seis horas da manhã estava todo mundo lá fechado a estrada, bem ali, não tem a entrada para Espera? Tem aquele campinho, bem ali que foi, bem ali.

Patrícia: No dia primeiro de abril, não foi isso?

Aniceto: Isso.

Patrícia: Nos disseram até que estava chovendo nesse dia.

Aniceto: E que vinha nesse dia uma comitiva de Brasília para visitar o *Centro* e as agrovilas.

Cynthia: Estavam em construção as agrovilas?

Aniceto: Não, já estavam todas prontas, já estava pronto, só para relocar. Essa comissão de lá, dos ministros, eles vinham pra ir ver as agrovilas e entregar as agrovilas e daí foi que gerou o fechamento da estrada que eles não foram.

Patrícia: Eles não foram até lá?

Aniceto: Não.

Patrícia: Vocês fecharam antes, a reunião estava marcada. Como é que foi?

Aniceto: Primeiro teve uma reunião lá no Peru e essa reunião foi que gerou o fechamento da estrada, no dia primeiro de abril.

Patrícia: De manhã cedo vocês chegaram lá?

Aniceto: De manha cedinho nós já estávamos lá, seis horas da manhã nós já estávamos lá.

Cynthia: O sindicato que mobilizou isso?

Aniceto: Sim.

Cynthia: Foram nas comunidades?





Aniceto: Todo mundo, todo mundo.

Cynthia: Foram das comunidades que iam ser remanejadas e das outras?

Aniceto: Foram todo mundo, que está naquela foto no jornal. Aquela foto, foi que, quando veio os carros de Alcântara, que não passaram, aí foi que gerou, porque até então estava todo mundo. Quando vieram os carros meio dia, que era para ir para Bequimão, porque naquele tempo os carros de transporte eram de Bequimão. Era aquele pessoal de Bequimão que vinham nos carros que iam embora pra Bequimão, aí foi que veio a polícia e aí é que tem aquela foto.

Patrícia: Os ministros não vieram.

Aniceto: Eles vieram, mas não entraram em Alcântara, não passaram.

Neta: Para fazer as visitas nas agrovilas.

Aniceto: É.

Patrícia: E nessa época já tinha uma discursão enorme do sindicato sobre os módulos rurais não era?

Aniceto: Já! foi um outro fator também que levou a isso, que eles não aceitavam o tamanho da gleba de terras que eles queriam dar, aí foi que Sarney decretou.

Patrícia: Só para Alcântara que foi diferente das outras.

Aniceto: Só para Alcântara, do decreto da *Base*.

Patrícia: Dentro da área da *Base*.

Aniceto: Só. fora, não.

Patrícia: E o Seminário de 99, o senhor lembra?

Aniceto: Em 99, ele surgiu porque a INFRAERO estava aqui e a INFRE-RO tinha uma coisa de limpar a área pra atuação. O que era limpar a área? O que significa limpar a área? Tirar as famílias. A partir desse discurso com a INFRAERO foi que gerou o conflito. O discurso dele, que era o Marcelino, eu sei que tinha um coordenador por nome de Marcelino. O discurso deles era limpar a área, retirar as pessoas.

Neta: E teve também o EIA-RIMA, que saiu mais ou menos nessa época.





Como é que foi?

Aniceto: O EIA-RIMA já veio depois, depois do Seminário de 99. Porque, com o seminário, se não me engana, o Seminário de 99 foi que forçou eles a fazer o EIA-RIMA, mesmo assim, ele não foi aprovado aqui em Alcântara porque ele não atendeu as exigências que teve no seminário.

Neta: É que naquelas audiências públicas, que teve lá, que era pra ter a aprovação do EIA-RIMA, a gente não aprovou.

Patrícia: Então, foi depois não é?





CAPÍTULO II

NARRATIVAS DE MAPAS: TERRITÓRIO ÉTNICO DE ALCÂNTARA

Em sequência às nossas atividades de pesquisa, marcamos uma reunião no dia 21 de janeiro de 2016 com dirigentes sindicais no STTR de Alcântara para ouvi-los a respeito da produção cartográfica resultado do trabalho de perícia antropológica realizado pelo antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida em 2002 por solitação feita pelo Ministério Público Federal à Associação Brasileira de Antropologia (ABA). O mapa produzido sobre o Território das Comunidades Remanescentes de Quilombos, Alcântara – MA tem sido, desde então, usado pelos agentes sociais em diferentes tipos de eventos organizados pelos movimentos sociais de Alcântara e pelo STTR ou sempre que os agentes sociais são confrontados por agentes do poder público sobre os limites dos território certificado pela Fundação Cultural Palmares em 2003 e com RTID concluído pelo INCRA em 2008. O domínio que os agentes sociais possuem sobre o mapa evidencia o domínio que possuem não apenas sobre o território reivindicado ou sobre a relação que historicamente estabeleceram com os recursos naturais, mas explicita também o domínio de um saber adquirido pelos anos de militância política e de defesa dos domínios territoriais tradicionalmente ocupados. A consciência aguçada sobre os direitos étnicos, assegurados por lei, lhes autoriza a apresentar uma narrativa do mapa que não dispensa a memória das lutas e enfrentamentos em face da implantação da base militar em Alcântara ou a sua pauta reivindicatória em favor do reconhecimento dos direitos étnicos.

Patrícia: No trabalho de construção do mapa do território vocês foram em quais lugares seu Aniceto?





Aniceto: No limite do nosso território com o resto do município. Bem aqui é a MA, Pedra Grande, bem aqui tem a cabeceira do rio Pratiá que é bem aqui, ele vem aqui, ele sobe aqui e ele vem bem aqui. Aqui o topógrafo botou o aparelho, o GPS, na cabeceira. Aí, daqui nós viemos para cá, Igarapé da Tiquara. Botaram de novo o GPS. Bem aqui tem uma pedra de limite entre Tiquara e São Maurício, bem aqui tem uma pedra de limite. O Alfredo também olhou, aí nós viemos aqui em Guandá, onde está Guandá? Está bem aqui. Bem aqui Alfredo encontrou, aqui tem Timbira, São Benedito, Caçador, Cajuíba. Bem aqui tem uma pedra limite onde divide entre São Raimundo, divide com a terra de São Maurício e outra terra. Aí São Raimundo está para cá e São Maurício está para cá. Aí vem aqui.

Patrícia: Essas pedras são pedras antigas?

Aniceto: É, são pedras antigas. Aqui fica Oitiua, Cajueiro é aqui, sobe o rio Pratiá e vai, o Raimundo Sú para cá e esse limite veio embora para cá e daqui desemborca o rio da Tiquara, Tiquara, o maior porto que tinha lá nos anos sessenta, cinquenta.

Patrícia: Era o rio de da Tiquara?

Aniceto: Era, o da Tiquara. Vem essa outra parte aqui, que é o rio de Periaçu. Cadê Periaçu? Periaçu está bem aqui. Aí sobre até Mocajubal e Samucagaua, agora nós temos um desafio muito grande, que é o povo do Peru, do Marudá que eles vieram pescar para cá e acabaram com ostra e sururu da cabeceira do rio daqui, quando eles vieram embora pra cá.

Antônio Marcos: Eu vim do Oitiua pra tirar sururu que eu falei pra vocês lá na reunião, lá no Peru.

Aniceto: Acabaram isso aqui, isso aqui tinha muito sururu, acabaram mesmo.

Antônio Marcos: Está acabando o sururu em todo o município de Alcântara, não foi só na agrovila que isso aí aconteceu.

Aniceto: Aqui é o rio, a cabeceira do rio que vai para cá pra Santo Inácio, Baixa Grande. É incrível que quando sai daqui da sede pela MA. Cadê a MA? Está aqui, aí ela vem aqui, vem aqui, bem aqui entre Baixa Grande e Santo Inácio, o mangue está na beira da estrada, viu? O mangue está na beira da estrada. Aí do outro lado tu tens esse igarapé bem aqui, igarapé do Pavão. Cadê





Pavão? Me ajude a encontrar aqui. Não! Pavão está aqui, Pavão está aqui. Tu vais ter o mangue mais ou menos bem aqui. Não é Samuel? O mangue. Daqui para o Pavão, para o Pavão onde está a cabeceira do Pavão, bem aqui, não dá três quilômetros. Que entra aqui, e esse rio aqui. Se eu sair daqui, aí eu vou aqui, eu vou aqui, eu passo Canelatiua. Cadê Canelatiua, Neta? Eu passo por Canelatiua, aí eu passo aqui na Pedra de Itacolomi, Farol de Itacolomi, eu venho aqui na Baía de Cumã, aí eu venho aqui que é o rio que vai pra Pinheiro, aqui, que é o rio Itapetininga, eu venho embora aqui, Bequimão, desculpa, Pinheiro, Bequimão, aí eu venho embora. Bem aqui tem um igarapé que ele é de Bequimão e divide Alcântara. Aqui eu tenho Croa; aqui eu tenho Lisboa; aqui eu tenho Portugal; aqui eu tenho Oitiua e eu tenho aqui aquelas outras comunidades que a gente viu ontem do outro lado, Taputiua. Aí aí eu venho embora até esse igarapé aqui que vai até em Raimundo do Sú. Só que a MA ela faz isso aqui, para ir para Bequimão. Está aqui a cabeceira do igarapé que vem aqui, e ela vem aqui, aí já é Bequimão, pra cá é Alcântara, é pra cá, e aqui temos do outro lado, que é a Bahia de Bacurijuba, Peri-mirim está do outro lado, essa área aqui não é desse Decreto do território, mas aqui é área de Itamatatiua, agora diz o documento de Itamatatiua que o igarapé da Tiquara, o igarapé da Tiquara que falei ainda agora, cadê o igarapé da Tiquara? Está aqui, bem aqui, Cujupe está pra cá. Aqui é a Ilha, o ferry entra aqui e Tiquara bem aqui. Então, diz que antigamente saía do Cigadilho que é um povoado que tem pra cá, passava Portugal, do outro lado e até São Luís. Bequimão que era terra de Itamatatiua. Esse território todinho era território de Itamatatiua e até um que eles chamavam Ponta de Gavião que está aqui perto de um povoado de Bequimão, chamado Pontal, descia pra cá, isso aqui tudinho era território do Itamatatiua.

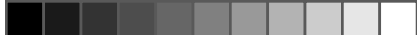
Patrícia: Quer dizer que o território de Itamatatiua chegava até Bequimão?

Aniceto: Até em Bequimão.

Tacilvan: A perda desse território está relacionada àquelas lutas da década de setenta?

Aniceto: Em setenta e oito que eles invadiram e eles perderam aqui tudinho, isso em setenta e oito. Um cidadão muito meu amigo, tranquilo, bom demais chamado Pungó, eu tive que perguntar uma vez para ele, numa reunião lá em Itamatatiua como foi que ele conseguiu pra associação dele, lá no Frederico, dois mil e setecentos hectares de terra que era o território de





Itamatatiua.

Patrícia: Mas aí nessa época gerou esse conflito e eles então entraram com a solicitação pedindo a desapropriação do território de Itamatatiua?

Aniceto: Só que o governo do estado reconheceu o território só no município de Alcântara.

Patrícia: Só a parte de Alcântara?

Aniceto: De Alcântara, a outra não.

Patrícia: Que órgão que foi? INCRA ou ITERMA?

Aniceto: O ITERMA, eu não tenho bem certeza, parece que não era nem INCRA, nem ITERMA, na época de setenta e nove.

Patrícia: Só mais uma perguntinha. Nessa época foi definido o território de ItamatatiuaAgora, tem um outro porém, que você vai encontrar bem aqui Ibituba, na Chapada. É, isso bem aqui, isso bem aqui é quatro mil hectares de terra que era de um cidadão chamado Nelton Belo, conhecido como Nêltninho, segundo informação, quando em oitenta e cinco foi criada uma comissão daqui do sindicato com esse povo que estava aqui pra ver terra aqui, lembra Samuel? Essa área aqui Timbotiua, Caçador e essa área de Ibituba.

Patrícia: Para ser transferido pra onde?

Aniceto: Para cá! Para essas agrovilas.

Antônio Marcos: Para essas 312 famílias, na época.

Neta: A primeira proposta era levar para cá.

Aniceto: Daqui para cá. E foi feito uma comissão com os representantes daqui do sindicato, eles andaram aqui nessa região, aqui e nessa outra região aqui, só depois que o governo desapropriou essa área aqui.

Samuel: Que infelizmente não foi para eles que estavam lá.

Aniceto: Como foi identificado na época que tinha muita família aqui, então as famílias daqui ficaram aqui mesmo e aí entrou aqui Ibituba, Centro Alegre, Pedra Grande, essas comunidades aqui tudinho entraram, até uma parte aqui de Peri-mirim, entrou nessa desapropriação aqui e uma parte dos moradores de Raimundo Sú que trabalhavam na terra de Ibituba, eles foram





cadastrados no INCRA pra receber, aí que criaram o território Monte Sinai que não tinha. Mais de cinquenta trabalhadores de Raimundo Sú que trabalhavam aqui, eles fizeram uma espécie de bairro bem perto de Raimundo Sú, não quiseram vir para Ibituba.

Patrícia: Que chama Monte Sinai?

Aniceto: Monte Sinai, mas está dentro da desapropriação aqui.

Patrícia: Então deixa eu ver se entendi, num primeiro momento a *Base* queria desapropriar essas terras de Ibituba, que iam receber as pessoas que vinham das agrovilas, as agrovilas seriam construídas aqui, mesmo sem ter sido uma reivindicação de vocês, por que não foi? Eles identificaram, de qualquer forma, que aqui tinha muitas famílias, desapropriaram de qualquer forma, o dono dessas terras se chamava Nelton Belo? Eu entendi bem? Ele era o dono, ele recebeu por essa indenização e as pessoas continuaram aqui e a agrovila não foi construída aqui e sim em outra região. Por que?

Aniceto: Não, porque quando identificaram a quantidade de terra da área e a quantidade de família, não sobrava terra para eles, aí foi desapropriado também Lisboa e Portugal. Portugal era de um cidadão chamado Lázaro. Quem negociou a venda e a desapropriação foi um cidadão chamado Zé Domingos, pai do Celso que é funcionário do INCRA ou era, dizem, e aí eu não provo, que com o lucro da venda dessa terra para o INCRA, eles compraram a terra do Oitua e que venderam pra *Base*.

Patrícia: O dono que o senhor falou para a gente, que era funcionário do INCRA, comprou as terras daqui com o dinheiro da desapropriação?

Aniceto: Exemplo, a terra é minha, quem faz a negociação é Samuel, então o que Samuel ganhou em cima da negociação, vamos dizer assim, eu dei a terra por cinquenta, mas se ele vendeu para o INCRA por cem, problema dele, ele passou meus cinquenta.

Antônio Marcos: Houve uma indenização para essa área aqui, aqui não existia dono nessa área.

Aniceto: Aqui não existia dono, aqui eles pegaram só uma parte do Rio Grande que nunca pagaram, acho que nunca pagaram e eles desapropriaram a Norcasa que tu vai encontrar aí no processo da Norcasa que foi essa aqui, essa área aqui que está Cajueiro, Espera e Ponta Seca.





Antônio Marcos: Das agrovilas.

Aniceto: Tanto que a área de Celson, que era na época daquele Ribamar, Ribamar que vendeu pra Celson só tem um pedacinho. Por que até hoje Emildo chora, porque o Decreto deles passa da MA para lá, porque da MA pra lá, da MA pra cá eles tinham onde hoje tem Mineiro que vai até Trajano. Aí eles tinham a Norcasa, eles tinham Ribamar, aí vai pegando Baixa Grande, essa área todinha aqui.

Patrícia: Da MA para cá que é o Decreto de desapropriação do INCRA? Não tinha nessa época proprietário?

Aniceto: *Terceiro, terceiro.*

Patrícia: O que é *terceiro*?

Aniceto: O quê que eles chamam de *terceiro*? Cajueiro não é uma área de *terceiro*, Cajueiro II é de herança, Oiteiro é uma área de terceiro, de Celson, ele comprou, é dele.

Patrícia: Já são aqueles que compraram as terras dos herdeiros? Então daqui pra cá não tinha terceiro?

Aniceto: Não tinha.

Aniceto: Seria muito mais fácil essas indenizações pra cá. Tanto que na hora que tu pega, elas pagaram as terras de quem? De Celson, Mato Grosso.

Tacilvan: Essas eram de *terceiros* ?

Aniceto: Eram *terceiros*.

Aí, eles foram pagando. Se você observa, eles foram pagando, só de quem era de terceiro e as áreas que são de herdeiros ainda estão lá. Ai, tu te pergunta, olha lá que loucura desse pessoal, precisando duma área aqui e ir comprar Oitium? Pagar? Precisando de uma área aqui e ir pagar Mato Grosso que está lá perto de Canelatiua, perto de Neta? Não dá para a gente pensar que é doídice ou eu não sei o porquê disso. Então, porque Peru era de herdeiro, mas vê se a terra de Bacural eles não pagaram.

Patrícia: Qual é a terra de Bacural?

Aniceto: Eu tenho que ver lá naquelas dezoito.





Patrícia: Então eles pagaram aqui aquelas dezoito que estão aqui dentro dessa área e o restante todo era de herdeiro? As 18 já eram *terceiros* ?

Aniceto: As que tinham mais facilidade, porque assim, quando a terra é minha, a certidão é minha.

Antônio Marcos: Aqui é os antigos ou são as agrovilas?

Aniceto: Aqui são as agrovilas.

Antônio Marcos: Eu digo aqui, Pepital, Trajano são os antigos?

Aniceto: É porque Trajano está bem aqui desse outro lado aí eles botam Boa Vista, aqui é a agrovila de Pepital, então aqui não seria a antiga? É a antiga.

Antônio Marcos: Aqui seria a antiga Espera.

Aniceto: Está aqui. É o antigo Trajano, está certo.

Antônio Marcos: Pelo que a gente percebe, principalmente em Pepital, não houve assim quase mudança de distância de lugar pra o outro. Porque Pepital é como a gente falou, eles ficaram em cima da cabeceira do rio deles.

Samuel: Só saíram do local antigo.

Aniceto: Quem saiu mais foi Marudá. Olha lá onde ele estava.

Samuel: Marudá e Peru são os mais distantes.

Antônio Marcos: Essas aqui tudo hoje estão, Camarajó, Titica, estão todas no Peru. Cavém também está no Peru, vamos ver aqui onde ela está. Deve ser umas dessas por aqui.

Patrícia: Mas, então, vocês aqui na época do mapa, vocês foram no limite aqui, no ponto mais ao sul?

Aniceto: Aqui também a gente andou por aqui, tudinho junto com eles.

Patrícia: Isso, mas aqui iam até os limites do município mesmo, não é?

Aniceto: É, é sim. O desafio era identificar esses pontos aqui. Esse era o desafio aqui. Aqui Baiacuaua, cadê Baiacuaua? Está bem aqui oh, bem aqui, Itaperai, Baiacuaua está do outro lado, atravessa o igarapé, que o igarapé vem aqui, ele vem aqui, ele vem aqui, ele vem bem aqui.





Tacilvan: Essa área aqui acabou sendo impactada também nesse período, não é?

Aniceto: Qual?

Tacilvan: Essa aqui que foi comprada.

Aniceto: Essa daqui é um assentamento do Bituba.

Samuel: Não foi impactada porque as próprias famílias ficaram lá mesmo.

Aniceto: Quando eles fizeram o levantamento de quantas famílias tinham dentro da área, mas tiveram que levar em consideração as famílias que trabalhavam na área. Aí que veio o Monte Sinai.

Antônio Marcos: Essa área pintada bem forte é a área dos sessenta mil hectares?

Patrícia: Essa daqui, incluindo a verdinha é a área do território quilombola.

Aniceto: Essa daqui foi que acrescentou dentro da área quilombola.

Neta: Essa daqui é a área desapropriada.

Aniceto: É.

Patrícia: Essa do território e essa aqui é a de Itamatatua.

Antônio Marcos: Agora, em Alcântara, surgiu um outro território que é a ilha do Cajual.

Aniceto: É! Que é essa bem aqui.

Patrícia: A Ilha do Cajual também está reivindicando a titulação das terras?

Aniceto: Eles têm também uma certidão. Eles têm também.

Antônio Marcos: Alcântara passa a ter três territórios diferentes. Que é esse do Decreto, esse de Itamatatua e mais esse agora da Ilha do Cajual.

Samuel: O professor Alfredo quando chegou aqui disse para nós: Olha eu estou aqui como medida da procuradoria e são vocês que vão ter que definir. Aí eu disse assim para ele, que a gente iria comprar uma briga com Itamatatua, porque na hora que você vai delimitar o território e deixar eles fora,





eles vão logo brigar, porque vão brigar já que a luta deles já vem de muito mais tempo. Mas de qualquer forma, foi difícil a gente pensar assim. Aí nesse dia eu até saí com ele e tal. E aí ficamos conversando aqui, eu e o professor Alfredo. Ele disse: não, vocês têm que dizer o limite para a gente poder lutar. Aí eu fiquei pensando e veio uma coisa certinho. Vai até São Raimundo. Que quando a gente desceu, que chegamos lá na Pedra Grande, deu certinho.

Aniceto: Bem defronte essa buritizeira aqui tem uma foto no livro eu, Samuel, Alfredo que a gente parou bem lá para mapear essa buritizeira bem aqui.

Patrícia: Vocês estavam com o topógrafo nesse dia?

Aniceto: Era. Nos livros e nos relatórios desse tempo tem uma foto em que nós estamos. Eu estou até com uma bolsa nas costas e eu estou apontando para essa buritizeira. Porque essa buritizeira, o pessoal do ITERMA entrou lá uma época e fizeram um pico porque eles entendiam que São Raimundo, Peri-mirim e Mocajituba eram áreas do ITERMA. Eles fizeram esse levantamento e eles meteram um pico bem aqui assim oh, certinho nessa buritizeira. Tu podes chegar lá na casa de Moacir que ele mora bem aqui. Moacir, aonde foi que o pessoal do ITERMA fez um pico? Aí ele vai dizer: bem aqui oh, foi bem aqui.

Patrícia: E eles fizeram isso quando? Foi antes ou na época aqui do conflito de Itamatatuiua?

Aniceto: Não, foi depois.

Patrícia: Essa já seria uma outra intervenção deles?

Aniceto: É.

Patrícia: Mas isso tudo no tempo do laudo?

Aniceto: Não. O ITERMA já tinha vindo muito antes.

Samuel: Inclusive eles criaram uma situação lá pra Baiacuaua porque eles desapropriaram Ibituba e Baiacuaua ficou solto lá. Então havia uma briga lá, quer dizer, Baiacuaua não pertencia nem para aqui para o território, e nem para o assentamento do Bituba na beirada.

Aniceto: Bem daqui passava assim, abeirando aqui Baiacuaua, Baiacuaua ficou que não pertencia nem a área quilombola e nem ao assentamento do





Bituba. Ele ficou como uma faixa de terra, um povoado com mais de cem famílias que não estava nem no assentamento, nem no território, porque o rio que divide, tem uma ponte. É até bonita a ponte. Um Igarapé que não é de água doce, é de água salgada. Aí tuchega, atravessa e vai pro outro lado e aí tu já está num outro território. É Alcântara, mas está em outro território.

Patrícia: Então dentro do município de Alcântara quantas áreas desapropriadas existem? Seja pelo INCRA ou pelo ITERMA?

Aniceto: Duas áreas. Pelo INCRA são duas áreas: Portugal e Bituba

Patrícia: E já estavam desapropriadas desde setenta?

Aniceto: Não, não. Eu acho que essas desapropriações foram no governo de Itamar. Quando foi?

Patrícia: Itamar foi em noventa e dois.

Aniceto: Noventa e três, noventa e quatro, por aí assim. É em que foi desapropriada aqui.

Patrícia: em 93 ou 94 desapropriaram aqui. E Itamatatiua não tinha virado assentamento não?

Aniceto: Não porque esses daqui do ITERMA eles vieram mas nunca definiram nada. Tentaram demarcar São Raimundo para dizer, *olha, aqui é uma área de assentamento do ITERMA*, mas não concluíram.

Patrícia: Só concluíram Portugal e Bituba.

Aniceto: É. Que é do INCRA. Essa área aqui todinha compreende o território de Itamatatiua. Se tu chegar lá no Mocajituba e perguntar de quem é a terra, eles vão dizer “é de Itamatatiua” no caso, Santa Teresa.

Tacilvan: Cujupe está aqui?

Aniceto. Não. Cujupe está aqui já fora do território de Itamatatiua. Se tu chegar lá em Tubarão e perguntar: *essa terra aqui é de quem?* Eles vão dizer: é de Santa Teresa. Se tu chegares lá na Boca da Salina, se tu chegar nesses povoados todos por aqui tudo eles vão dizer que é terra de Itamatatiua. Mesmo cada um dizendo: *não, bem aqui é meu*. Quem não tem vai dizer: *não rapaz, aqui é de santa Teresa. Por que?* Porque Macaco que é um pedacinho de terra que é de Dalva, que é um pedacinho que eles tem. Olha lá, eu encontre um





cidadão lá no Ibituba que ele trouxe uma vaca e uma novilha pra Alcântara. Ele saiu de Tubarão, ele saiu daqui por aqui, por aqui, por aqui, por aqui e veio para cá. Trouxe uma vaca e uma novilha e, Santo Escravinho deu uma certidão de cem braças de terra para ele e eles tem lá o documento. Por assim que era, era assim que era.

Patrícia: Ele trabalhava no Cartório?

Aniceto: Ele era o dono do Cartório. Eu acho que foi em cinquenta, por aí assim. Tinha o outro aí, eu esqueci o nome dele. Zé Maranhense, era o outro dono do cartório.

Patrícia: Também era dono do cartório?

Aniceto: Era, também era dono do cartório. Quem tem uma certidão lá de quarenta, trinta e cinco, cinquenta, hoje é o dono da área. Agora se você perguntar: *a tua área vai de onde até onde?* Não tem demarcação. Agora, se pega, como é que se diz, não é lote, é *quinhão*. De quinhão e se vai dividir esse *quinhão* não dá três hectares para cada porque são muitos pedacinhos que tem de certidão e além de certidão tem o quinhão de terra.

Samuel: No quinhão não diz quantas braças ou quantos metros.

Aniceto: Mas que tamanho é o quinhão de terra? A minha terra, eu tenho uma certidão que diz que eu tenho um quinhão, eu tenho uma posse de terra, mas que tamanho? Pode ser de quinhentos, pode ser cinco mil hectares.

Patrícia: Também não diz de onde para onde?

Aniceto: Também não diz de onde para onde, por isso é muito difícil.

Patrícia: É, a cadeia dominial não dá conta de explicar as situações de herança, de aquisição, de doação. Obrigada pela atenção de vocês.





FOTO 1 – Dirigentes Sindicais com o mapa referente ao Território das Comunidades Remanescentes de Quilombos, Alcântara – MA, produzido em 2002. Da esquerda para a direita os senhores: Gregório Xavier, Antônio Marcos, Aniceto, Samuel e a senhora Valdirene.



FOTO 2 – A reunião no STTR de Alcântara em 22 de janeiro de 2016.





FOTO 3 – Dirigentes Sindicais em frente ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, da esquerda para direita: Samuel, Valdirene, Aniceto, Antônio Marcos, Valdirene e Gregório Xavier.



FOTO 4 – Dirigentes Sindicais em frente ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara, da esquerda para direita: Samuel, Valdirene, Aniceto, Antônio Marcos, Valdirene e Gregório Xavier.



Comissão de Lavradores vai recorrer ao INCRA

Sentindo-se lesados nos seus direitos, adquiridos de acordo com o Estatuto da Terra, os trabalhadores rurais de Alcântara mais precisamente aqueles que serão atingidos pelo Projeto do Ministério da Aeronáutica que está construindo um moderno Centro de Lançamentos no município, resolveram se organizar e não aceitar o remanejamento enquanto a Aeronáutica continuar insistindo em oferecer-lhes apenas quatroze hectares de terras já que, pelo módulo da região e pelos

estudos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, - Incra, eles têm direito a cerca de trinta e cinco hectares.

Composta por representantes de várias localidades, encontra-se em nossa capital, a comissão de negociação com o Ministério da Aeronáutica, da qual fazem parte Benedito Gregório Campos, tesoureiro do Sindicato dos

Trabalhadores Rurais de Alcântara; Hildene Lucas da Silva Diniz, representante das comunidades São Raimundo, Mandê, e Jabaquara; Raimundo Nonato Rodrigues da Silva, do povoado Águas Belas, e membro da Chapa UM; Raimundo Ferreira da Silva, da localidade Santa Maria, e João Castro Barroso, representante dos lugares Cajueiro Espera e Barro Alto, além do padre Helder, vigário de Alcântara e membro da Comissão Pastoral da Terra. O advogado Domingos Dutra Filho, da CPT, está assessorando juridicamente a Comissão, cuja finalidade em São Luís é participar de uma reunião com o novo diretor do Instituto de Colonização e Reforma Agrária - Incra, marcada para hoje, às 9h

horas.

Segundo Benedito Gregório, a comissão pretende expor ao diretor do Incra os problemas que poderão causar o projeto de Aeronáutica em Alcântara, bem como fazer-lhe ciente das reivindicações dos trabalhadores rurais, principalmente no tocante "oferta" da Aeronáutica, que só estende dar lotes que variam entre quatorze a vinte e dois hectares numa média de dezessete hectares, quando, por direito, assegurado pelo Estatuto da Terra



Os lavradores, reunidos na CPT, concedem entrevista.



Benedito Gregório falou dos problemas

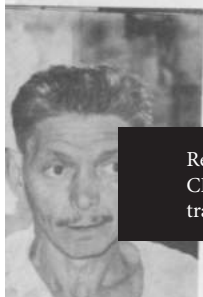


Raimundo Nonato acusa o capelão militar

e de acordo com o módulo regional da Baixada Ocidental do Maranhão, eles seriam beneficiados com trinta e cinco hectares. Raimundo Nonato Rodrigues, Grupo de Implantação do Centro de Lançamento de Alcântara, coordenado pelo coronel, mandando Varão Monteiro, não passa dos dezessete hectares (em média) e o capelão militar Hildelfonso, ao tomar conhecimento da proposta dos rurais que pretendiam cerca de trinta e cinco hectares, declarou que o Ministério da Aeronáutica não pretendia transformá-los em latifundiários, ao mesmo tempo em que criticou o Incra alegando que o órgão passou vinte e um anos sem fazer reforma agrária e, agora, pretende fazê-la com o Projeto da Aeronáutica.

Raimundo Ferreira da Silva é de opinião que o Incra deve cumprir o seu papel no projeto de localização e de ao trabalhador o que ele tem direito, inclusive fazendo cumprir a lei que beneficia todas as comunidades da região, inclusive nas implantações de beneficiários, que em outro caso em que a Aeronáutica pretende espoliar os posseiros, tendo em vista que seus índices de avaliação estão muito abaixo da tabela elaborada pelo Incra, citando por exemplo, que um coqueiro só vale Cr\$ 26.000, um abacateiro, o mesmo preço, e uma jacara, apenas Cr\$ 20.000, o que significa um terço abaixo da tabela do Incra, mesmo reajustada em 1978.

Outro assunto a ser discutido será a tentativa por parte dos homens da Aeronáutica, de fazer mudar o tipo de cultura da região, que passaria para produtos de hortas e criação de galinhas (hortigranjeiros) ao invés da cultura tradicional da mandioca, milho, feijão e outros. João Castro Barroso, explicou ao repórter que este tipo de cultura "não deu certo nem mesmo com eles, já que no quartel é mantida uma horta, tratada por especialistas, mas nunca deu as verduras como era de se esperar. Se não dá certo com eles, acrescentou, por que daria certo com a gente?", interroga.



Representantes dos Trabalhadores Rurais, acompanhados por seu advogado Domingos Dutra reunidos na CPT se posicionam contra o chamado "remanejamento" proposto pela Aeronáutica na década de 1980 e contra a redução do módulo rural. (Matéria de Jornal não identificado, s/d localizado no Acervo do STTR-AL).



CAPÍTULO III

EVENTOS, ACONTECIMENTOS E ARTICULAÇÕES

Gêneros distintos de documentos integram o acervo mantido pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara. A pesquisa realizada entre os dias 18 e 22 de janeiro de 2016 no acervo organizado em doze “pastas” identificou diferentes tipos de documentação a exemplo de: **fotos** de reuniões do SSTR, de eventos organizados pelo STTR de Alcântara em parceria com outras entidades e de comunidades do município, **materiais de periódicos, brochuras** referidas à luta camponesa, **relatórios** de encontros, **projetos** de apoio aos movimentos sociais de Alcântara e ao STTR, trocas de **correspondências e cartas** enviadas a entidades solicitando apoio ou encaminhadas a autoridades públicas, dentre outros documentos congêneres. Os documentos compulsados evidenciam um conjunto de ações realizadas pelos trabalhadores rurais organizados coletivamente em associação sindical ou pelos que se consideram *atingidos* pela Base Espacial ou, ainda, pelos auto-designados *quilombolas*. Evidenciam ainda as ações perpetradas seja por autoridades públicas direcionadas à implementação do Centro de Lançamento de Alcântara, seja por empresas nacionais ou binacionais (no caso da Cyclone Space), seja pelos chamados *fazendeiros* ou *grileiros* de domínios incidentes em *territorialidades específicas* historicamente constituídas.

Cotejados às entrevistas realizadas, nesse mesmo período, os documentos nos permitem compreender as interpretações construídas pelos agentes sociais sobre os eventos, acontecimentos e articulações considerados fundamentais no processo de luta, indicando clivagens e conquistas tidas como relevantes na luta pela terra e pelos territórios, assim como evidenciam os debates e polêmicas estabelecidos seja com seus antagonistas históricos, seja com as autoridades referidas aos empreendimentos governamentais, notadamente àqueles referidos ao CLA.

Nesse sentido, as subdivisões do presente capítulo dão ênfase aos acon-





tecimentos considerados de maior relevância para assegurar as *territorialidades específicas*. Sob esse prisma, os entrevistados destacam o prolapado Seminário de 1999, a Barricada de 1986 e eventos organizados pelos agentes sociais com autoridades públicas, como deputados, senadores, procuradores ou com autoridades militares especialmente com os militares da Aeronáutica; com representantes de entidades consideradas parceiras da luta ou com advogados, pesquisadores, professores e outros agentes referidos a um público acadêmico.

Estes eventos poderiam ser tomados como clivagens que nos permitem descrever uma situação de passagem da “luta pela terra” para “a luta pelo território”, motivada por intervenções oficiais referidas ao CLA. Na visão dos dirigentes sindicais, não há, contudo, como estabelecer uma divisão entre “terra” e “território” do ponto de vista dos conflitos sociais, como bem expresso pelo Sr. Antônio Marcos Pinho Diniz: **Todos os conflitos que a gente hoje presencia aqui em Alcântara tem um dedinho da Base.** A implantação da Base produziu situações de conflito social que não só não são restritivas à área desapropriada, quanto também não se reduzem às atuais discussões sobre direitos territoriais posto que a ação dos agentes sociais a ela ligadas interfere no próprio mercado de “terras”, reforçando a discussão sobre os territórios quilombolas do município. Sob esse prisma, a construção das expectativas de direito sobre o território reivindicado como quilombola nos termos assegurados pelo artigo 68 do ADCT não são redutíveis aos 65 mil hectares desapropriados pela *Base*. O território reivindicado, reconhecido e certificado pela FCP-MinC abrange maiores extensões de terra que a desapropriada pela *Base*. No presente esse domínio territorial parece sofrer intensas pressões em face da titulação definitiva das terras não ter sido emitida: pressões referidas ao mercado de terras com o aumento substancial de venda de lotes de “terra” na área já reconhecida e certificada; pressões referidas à extração de recursos naturais como a retirada de madeira motivada pela exploração ilegal dos recursos pelos chamados madeireiros; constrangimentos que têm motivado à mudança para a cidade de São Luís, dentre outras cidades; pressões referidas à produção de farinha que deu uma arrefecida em algumas comunidades, especialmente nas agrovilas e comunidades limítrofes à área desapropriada pela *Base*; assim como certo desequilíbrio na produção com aumento do chamado pescado; dentre outras pressões ressaltadas pelos entrevistados.





De outra parte, a importância atribuída a esses dois eventos parece não ser restritiva, na visão daqueles que elaboram a memória das lutas e dos combates vividos pelos agentes sociais, ao designado território quilombola de Alcântara, posto que o processo de luta pelo reconhecimento e titulação definitiva deste território não se separa da luta pelo reconhecimento dos demais territórios reivindicados: Território Quilombola de Itamatatiua e o Território Quilombola da Ilha do Cajual. A construção das percepções de direito em face das violações seja do Estado, seja aquelas atualizadas por fazendeiros, reforçam os pleitos e as reivindicações dos direitos territoriais assegurados às comunidades remanescentes de quilombos, tal como é ressaltado pelos entrevistados ao falarem sobre os conflitos sociais com Base ou com os “grileiros” das terras de Itamatatiua em de fins da década de 1970 ressaltado pelo Sr. Aniceto:

*A principal [luta do Sindicato] foi a posse da terra, pela posse da terra. Uma luta que teve em setenta e nove foi com a **comunidade de Itamatatiua**, que um grupo de Bequimão invadiu as terras de Itamatatiua. Na época o órgão fundiário era, não sei, mas parece que era o ITERMA, e aí foi esse apoio a essa luta dessa comunidade em setenta e nove. Aí, a partir de oitenta, vem a outra bandeira principal que também é a luta pela permanência das comunidades nas suas áreas de trabalho, nas suas moradias, nas suas comunidades de origem, que aí se estende. Esses foram os eixos porque Alcântara tem se diferenciado de outras situações, porque Alcântara não tem grandes fazendeiros, melhor, não tem grandes donos de terras, terceiros, não tem grandes, vamos dizer assim, latifundiários. Alcântara ela é muito a terra de herdeiros, é muita terra de herdeiros. Alcântara ela tem muita certidão dividida em herança, daqueles que estão em Alcântara. Não é herança daqueles que foram embora, não, é herança para aqueles que estão em Alcântara porque as certidões de terras levantadas pelo INCRA estão todas em Alcântara, os donos, quer dizer, os donos também, mas uma maneira de compreender porque, um exemplo, a certidão ainda está no nome da Maria que é mãe do Pedro, que é mãe do Antônio que hoje está como bisneto, mas morando lá na terra. Só que a certidão está no nome da escanchavó desses que estão vivendo hoje. Agora as certidões estão lá, registrada no cartório, um exemplo, quando o INCRA fez o levantamento, encontrou pouquíssimas certidões de ter-*





ceiros aqui em Alcântara, dentro desse território. E aí, que a maior parte do município de Alcântara como Itamatatiua também é uma terra que é de herança, que eles ganharam há mais de cem anos. É essa luta que teve e que tem ainda hoje. (PEREIRA, Aniceto Araújo, Entrevista, 20 de janeiro de 2016).

A sequência de fotos abaixo apresenta um pequeno retrato do acervo mencionado. São fotos das documentações e fotos de fotos, em grande parte, que selecionamos com a intenção de apresentar a memória das lutas e dos embates construída pelos agentes sociais postos em situações de conflito social seja com seus antagonistas em disputa pelo acesso aos recursos naturais, seja em face do conjunto de ações de intervenção oficial adstritas aos interesses do Estado brasileiro no desenvolvimento de tecnologia aeroespacial.

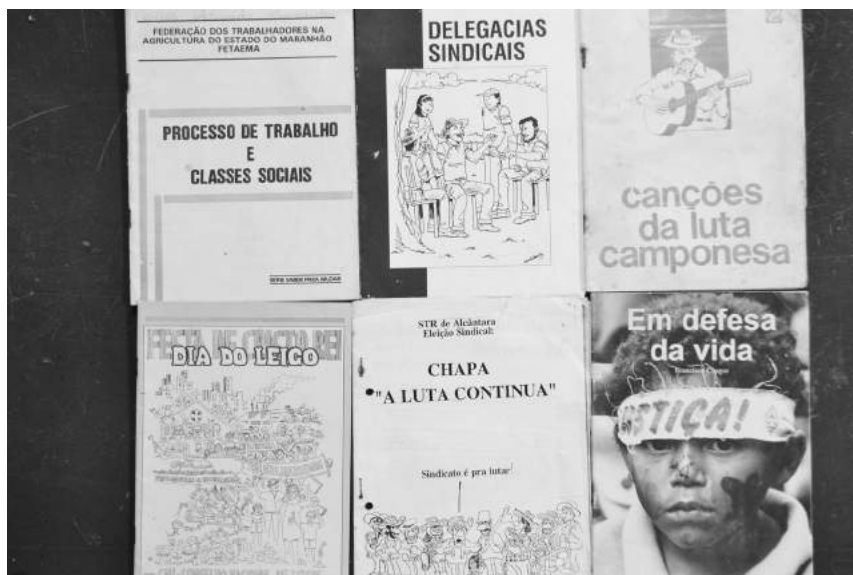


FOTO 1 – Brochuras referidas às lutas camponesas localizadas no Acervo do STTR-AL.



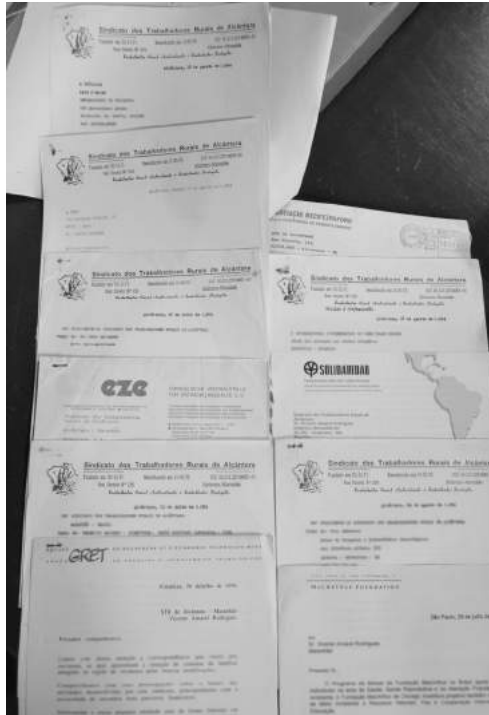


FOTO 2 – Correspondências e similares dirigidos a diferentes instituições e agências financiadoras localizadas no Acervo do STTR-AL



FOTO 3 - Reunião do STTR de Alcântara: Antônio Marcos Pinho Diniz, Samuel Araújo Moraes, Vicente Amaral Rodrigues - localizada no Acervo do STTR-AL.





FOTO 4 - Reunião do STTR de Alcântara, destacamos a presença de Valdirene Ferreira Mendonça, Aniceto Araújo Pereira, Antônio Marcos Pinho Diniz, Samuel Araújo Moraes, Gregório Xavier Costa, Vicente Amaral Rodrigues - localizada no Acervo do STTR-AL.



FOTO 5 – Foto que denuncia o desrespeito aos aposentados do STTR - localizada no Acervo do STTR-AL.



3.1 O “Seminário de 99” e as conquistas referidas à defesa pelas territorialidades específicas.

As entrevistas realizadas com os dirigentes sindicais apontam para a ocorrência de um evento considerado fundamental para assegurar as territorialidades específicas ameaçadas com a implantação do CLA: trata-se do seminário “Alcântara: A Base Espacial e os Impasses Sociais” ocorrido na cidade de Alcântara. Fruto de uma articulação envolvendo o STTR, a Prefeitura do município, a CONTAG, a FETAEMA, o seminário foi realizado entre os dias 11 e 14 de maio de 1999 e contou com a presença de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e Federal, do Executivo e Legislativo Municipal, da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO).

Os entrevistados ressaltam o contexto de intenso conflito social em face das ameaças de realização de novos deslocamentos compulsórios na área desapropriada pela Base e ações de violação de direitos com a destruição dos roçados de implantados por moradores de diferentes comunidades. Lembram ainda que o Seminário tornou possível aos agentes sociais mobilizados estabelecerem tomadas de decisão, colocando-se contra a realização de novos deslocamentos populacionais, contra as intervenções da INFRAERO na área desapropriada pelo governo e decidiram criar o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE). O relatório desse Seminário apresenta uma síntese das palestras e dos painéis, os pontos relevantes do debate e planos de ação é publicado em brochura.



FOTO 6 – Foto da publicação que reúne a síntese do Seminário de 99. Acervo do STTR-AL.



FOTO 7 – Foto de publicação da Comissão Pastoral da Terra e Diocese de Pinheiro localizada no acervo do STTR-AL.

3.1.1 Excerto da Entrevista concedida pelo Sr. Samuel Araújo Morais

Neta: Seu Samuel o senhor falou da barricada, mas nós sabemos que tiveram outros momentos importantes que marcaram essa luta de Alcântara o seminário de 1999, que outros que o senhor lembra que também fizeram o povo se mexer, acordar ou até mesmo frear alguma ação do Centro de Lançamento?

Samuel: Olha Neta eu acho que a primeira foi a barricada, segundo o Seminário que foi um ponto assim marcante, porque até ali nem as próprias comunidades elas tinham garantias dos seus direitos, a gente discutia, ia para discussão, mas não tínhamos aquilo como firmeza, porque depois do Seminário, inclusive na fala da doutora Debora Duprat, quando ela coloca os nossos direitos, eu acho que foi dali que as comunidades se conscientizaram e principalmente o Sindicato que passou a se manter mais firme. Nós nos sentamos várias vezes na Mamuna, debaixo daquelas manguieiras, na casa do Gabriel, inclusive quando era para ser feita a transferência, eu dizia para eles: *“olha a INFRAERO está aqui, mas todos nós sabemos que não é papel da INFRAERO fazer transferência, a INFRAERO tem que cuidar de aeroportos e não estão nem dando conta disso porque tem avião caindo todo dia”*. A outra questão: em 1999 quando eu estive na Alemanha, eu tenho um documento





de implantação do grande projeto da Amazônia e vocês sabem bem disso, o professor Alfredo também disse para nós, a equipe técnica que estava trabalhando em parceria com a universidade do Mato Grosso que tinha um agrônomo, um antropólogo, um sociólogo, um economista e as entidades como o poder público municipal, a sociedade civil, todo mundo junto discutindo a implantação desse grande projeto e como que aqui trataram a gente como animais, como ignorantes, pessoas que não tinham entendimento de nada porque a equipe inteira que eles colocaram para fazer a transferência das pessoas foi um veterinário, uma pedagoga e um técnico que estavam trabalhando aqui na transferência das pessoas. A única repartição que tem a obrigação e o dever de trabalhar na questão da desocupação é o INCRA que tem conhecimento dessa situação, mas o INCRA está fora e não participa. O que a INFRAERO, que não entende coisa nenhuma vai querer fazer transferência de gente? O veterinário que eles botaram não deu nem conta da criação de animais deles, eles tinham vacaria lá, cavaria, criavam porco e tudo isso acabou, nem isso ele deu conta, vai dar conta de cuidar de gente?

Então eu acho que o Seminário foi o alvo que direcionou. Depois dele todo mundo se posicionou, tanto as entidades como as próprias comunidades passaram a ser conscientes dos seus direitos e dali para frente todo mundo engrossou congote e bateu o pé para não sair. E eu orientei muito eles lá em Mamuna dizendo: *“olha vocês ouviram muito bem o que disse doutora Débora, ninguém pode ser realocado sem o consentimento e nós enquanto entidade estamos aqui para apoiar vocês, agora se vocês quiserem sair não somos nós que vamos impedir vocês de sair, nós estamos aqui para dar apoio, ajudar”*.

Eu acho que foram esses dois, a Barricada e o Seminário, foram os que direcionaram. As outras reuniões contribuíram, como a audiência pública que nós tivemos várias vezes lá no Ministério Público, na Justiça Federal, inclusive essa última audiência que teve, foi a audiência de conciliação, eu acho que ali nós sempre nos mantivemos nessa posição por ter conhecimento de que a luta muda a vida, por isso eu vejo esses dois momentos como mais marcantes e que garantiram essa bandeira de luta para a gente. Infelizmente na época do Seminário aconteceu uma destruição de roça – os militares arrancaram a mandioca de um pessoal que trabalhavam ali na Itatinga, esse pessoal tinha roça ali e os militares invadiram com caminhão, todo mundo armado e levaram que ninguém sabe para onde eles levaram essa mandioca – com proibição que o pessoal fizesse roça nessa área. Por último eles cortaram





a roça de um senhor quando o milho já estava para ser colhido eles foram lá e cortaram tudo. E a outra também foi de um pessoal no Trajano, invadiram e cortaram a melancia e prenderam o rapaz. Então até ali agente procurava tomar as medidas, mas nos sentíamos um pouco recuados porque não tínhamos esse conhecimento profundo e dali e surgiu a ideia desse Seminário, onde tivemos que trazer para cá a procuradora, vieram vários representantes do governo, aí foi que nós conseguimos, todo mundo tomou conhecimentos dos seus direitos e dali para frente eles recuaram mais.

(MORAIS, Samuel Araújo, Entrevista: 20 de janeiro de 2016).

3.1.2 Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Marcos Antônio Diniz

“Desse período todinho, eu sempre aponto pra mim, eu sempre aponto todo o eixo dessa luta, eu aponto o grande Seminário de 99, sempre, as outras todas foram importante, as antes e depois do Seminário, mas pra mim, as coisas começaram a entrar mesmo no eixo foi a partir desse Seminário de 99. Então, foi um dos eventos que talvez, não só em Alcântara, mas em todo Brasil, isso chamou a atenção até porque esse evento tinha várias autoridades que ouviram de perto cada depoimento das famílias que foram remanejadas nessa época. Eu fiquei com isso pra mim como uma grande história do nosso movimento que foi o Seminário de 99, os outros depois desse e antes desse todos foram importantes, mas esse foi um dos os melhores momentos da luta de Alcântara. A partir do seminário de 99, que foi organizado pelo o sindicato, pela federação, pelo deputado Dutra, por todo movimento, todo mundo sentou para discutir esse momento que seria importante para Alcântara. Não foi só uma luta do Sindicato, mas foi uma luta geral de toda população de Alcântara e principalmente dessas comunidades mais afetadas que eram as agrovilas. Então pra mim foi um marco a partir dali, daquele seminário, é que começou a se ver as coisas diferentes, que começou a se entender que, o próprio juiz federal dizia, que imaginava que nós éramos analfabeto. Não é bem todo mundo conhece um pouco o que é seu, o que é o seu direito, então a partir dali, eu acho que começou a cair a ficha pra todos nós, que nós tínhamos direito de brigar pelo que era nosso. Então a partir dali não veio mais a ter deslocamento de famílias e tivemos a mobilização geral de todo o Brasil, por isso eu digo, que o seminário de 99 foi um marco positivo para





somar com essa luta. Mamuna e Baracatatiua já estavam preste a serem remanejadas. Já tinha até ido olhar a área.

Agora, a nossa luta, a luta, para mim, começou a partir daquele Seminário em 99 e com isso, depois desse seminário, a gente passa a ser chamado pra fazer parte da composição do Movimento dos Atingidos pela Base de Alcântara (MABE), que foi criado esse movimento que seria importante para a nossa luta. Eu também fiz parte na época, juntamente com a Neta e os demais companheiros do Movimento dos Atingidos pela Base que é o MABE.”

(DINIZ, Antônio Marcos, Entrevista: 19 de janeiro de 2016)

3.1.3 Excerto da Entrevista concedida pelo Sr. Aniceto Araújo Morais

“Em 99, ele [o “Seminário de 99”] surgiu porque a INFRAERO estava aqui e a INFRERO tinha uma coisa de limpar a área pra atuação. O que era limpar a área? O que significa limpar a área? Tirar as famílias. A partir desse discurso com a INFRAERO foi que gerou o conflito. O discurso dele, que era o Marcelino, eu sei que tinha um coordenador por nome de Marcelino. O discurso deles era limpar a área, retirar as pessoas. (...) O EIA-RIMA já veio depois, depois do Seminário de 99. Porque, com o seminário, se não me engana, o Seminário de 99 foi que forçou eles a fazer o EIA-RIMA, mesmo assim, ele não foi aprovado aqui em Alcântara porque ele não atendeu as exigências que teve no Seminário.”

(PEREIRA, Aniceto Araújo, Entrevista: 20 de janeiro de 2016).

3.2 Mobilizações e articulações contrárias à criação das chamadas “agrovilas”: entre reuniões, protestos, passeatas e barricadas

Se o propalado Seminário de 99 é considerado como momento crucial da luta em favor de direitos assegurados por lei e da garantia ao acesso aos recursos naturais, a chamada **Barricada** é hoje lembrada pelo contexto de tensão social aguda vivida pelos trabalhadores rurais na década de 1980. Reunimos abaixo a fala dos dirigentes sindicais Marcos Antônio Pinho Diniz, Samuel Araújo Morais e Aniceto Araújo Pereira sobre as mobilizações e articulações





contrárias à criação das chamadas “agrovilas” pelos militares da Aeronáutica, então responsáveis pelos deslocamentos compulsórios de famílias de trabalhadores rurais e implantação do Centro de Lançamento de Alcântara na década de 1980. As ações de mobilização culminam com a chamada “Barricada”. Ocorrida no dia 1º de abril de 1986 com a intenção de não permitir que autoridades públicas realizassem a inauguração das “agrovilas”, os trabalhadores rurais fecharam a MA 106 na altura da Agrovila Espera. Além das discussões a respeito dos deslocamentos compulsórios das famílias, os entrevistados pontuam o contexto da luta contrária à redução do módulo rural perpetrado pelo Decreto Presidencial de nº 72.571 de 18 de abril de 1986, assinado pelo então Presidente José Sarney que reduziu o módulo rural de Alcântara de 35 para 15 hectares apenas na área desapropriada para a implantação do CLA. Com isso, o município de Alcântara tem hoje dois módulos rurais. Os depoimentos abaixo recuperam os enfrentamentos e debates travados pelo STTR de Alcântara e Movimentos sociais.

3.2.1 – Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Samuel Araújo Moraes em 20 de janeiro de 2016

“Eles estavam construindo as agrovilas, já tinham construído algumas. Então veio uma equipe de autoridades, por que aconteceu isso? Porque o Sindicato, juntamente com a CPT (Comissão Pastoral da Terra), o padre Helder na época estava na CPT e sempre acompanhou essa discussão. Era a igreja católica que dava apoio porque o Sindicato não tinha condições financeiras de ir para Brasília. Então a CPT entrou nessa parceria porque a igreja também representa o povo e com isso eles foram várias vezes em Brasília tentar audiência, mas como eram os militares que comandavam e os militares eram muito fechados, não queriam diálogo com o civil, eles da CPT nunca conseguiram conversar com os militares. Então com essa visita dessa equipe que vieram que foi José Maria do Amaral, o Nelson Ribeiro que era da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Paulo Brossat que era da justiça e a comitiva deles, o certo é que estavam os chefões. Então como eles marcaram essa visita nas agrovilas para ver a construção das agrovilas, o Sindicato fez essa **articulação** para tentar uma conversa com os militares porque era a única forma de conseguir fazer com que eles ouvissem os trabalhadores e se comprometessem com alguma coisa, embora eles não tivessem condições de cumprir.





O importante é que fizemos uma articulação e fechamos a estrada na entrada da Espera, ali naquele campo que tem, ali fechamos a entrada. (...) se fechou na Espera porque era a primeira agrovila que eles tinham que visitar. Então fechamos a estrada ali em torno de onze horas do dia, e aí nesse dia era muita chuva que só mesmo muita força de vontade. O pessoal que estava realmente sendo realocados não tinha ninguém porque naquela época eles ouviam os militares e também os políticos que eram o Leitão e o Malé que diziam que era bom para eles porque iam mudar de vida iam receber dinheiro. A inflação na época era 100% no governo de Sarney, os militares e políticos diziam que então eles recebiam essa indenização e depositavam na poupança e nunca mais ia acabar esse dinheiro, esse dinheiro eles iam comer para o resto da vida, então com isso eles davam ouvido sempre para eles e por isso não tinha ninguém das agrovilas ou dos povoados que estavam ameaçados de ser realocados. O certo é que estava o pessoal dessa região todinha aqui participando, os que estavam fora, não ameaçados de remanejamento estavam todos participando. Eu era delegado de base na época e isso para mim custou muito caro porque como evangélico eu era dirigente da congregação e a igreja era muito fechada para essa questão de movimento e aí o pastor me deu uma regulada e até me suspendeu da direção do trabalho e disse: *Olha tu vais escolher ou o Sindicato ou a Igreja. Eu falei: “Bom, eu aceito qualquer decisão que a igreja tomar a meu respeito, mas o Sindicato eu não deixo, não deixo porque é uma entidade que me representa e futuramente vou precisar me aposentar e é pelo Sindicato, então não vou deixar”*. Como representante dos trabalhadores, enquanto fazendo parte da diretoria, eu estava na obrigação de estar ali fazendo parte, e o certo é que a gente fechou a estrada e foi uma comissão para a comunidade, o Nonato que era presidente na época, o Dutra que era advogado, o padre Helder e o Manelão, eles faziam parte dessa comissão. (...) foi justamente a comissão que saiu para ir conversar com os militares: o Nonato Silva que era presidente na época, o Dutra que era advogado, o Pe. Helder, o Manelão fazendo parte dessa comissão, o doutor Carlos. E nessa conversa com os militares eles pediram que nós abrissemos a estrada porque eles viriam no dia primeiro de abril para conversar com os trabalhadores. O Dutra disse que esperava que não fosse acontecer porque era o dia da mentira, mas o certo é que eles vieram, até cumpriram. Nós lutávamos pelos 35 hectares de terra que era o **módulo rural de município** e a Aeronáutica se propunha a dar uma área de terra registrada em cartório,





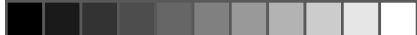
só que o cartório só registrava se fosse do tamanho do módulo rural, que era 35 hectares. Sarney baixa um Decreto propondo diminuir o módulo rural para 15 hectares, ocorre que cartório não tinha como registrar, eles disseram davam os 15 hectares. O certo que quando eles chegaram pediram reforço para a Aeronáutica, mas a Aeronáutica se recusou a mandar soldados de lá, aí pediram para São Luís, disseram não, pediram para Pinheiro. O pessoal de São Luís perguntou quantos homens tinha na barricada e disseram: *Rapaz tem uns mil. Então responderam de lá: Se tem mil, tem mil e quinhentos, porque quinhentos ficam dentro do mato.* Só que não tinha, eles pensavam que o pessoal estava armado, o certo é que veio o reforço de Pinheiro e eles chegaram de sete e meia para oito horas. (...) a polícia, aí chegaram, pararam distante e foram para o outro lado conversar com os militares daqui, passaram, voltaram e foram embora e disseram que se soubesse que era para isso eles não tinham nem vindo, foram embora. Porque eles estavam vendo que o pessoal estava ali por uma reivindicação justa, está entendendo? Se eles soubessem que fosse para aquele objetivo eles não tinham vindo. Aí passaram perguntaram se tinha camarão e foram embora. (...) A comissão foi, no mesmo dia, aí o ministro José Maria do Amaral se propôs que voltaria no mês de abril para conversar, aí a barricada foi a única forma de conversar com os militares, militar vocês sabem que são fechados, por outro lado, o que eles dizem você não pode escrever, porque nada do que eles dizem cumprem, se tem uma classe de gente falsa é militar. (...) e de lá para cá, depois da barricada aconteceu a transferência das pessoas para as agrovilas, eles tinham convicção que essas casas eram deles. Os militares, no primeiro momento, colocavam soldados para ficar vigiando as casas, as crianças não podiam nem passar o dedo na parede, não podiam pintar de outra cor, tinha que ser azul e branco, que era a cor deles.”

(Morais, Samuel, Entrevista: 20 de janeiro de 2016).

3.2.2 – Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Marcos Pinho Diniz em 19 de janeiro de 2016

“Bem, um dos pontos é que a luta dos sindicatos sempre é pela garantia da terra, a briga pelo território. E uma das questões foi essa questão do “módulo rural”, do tamanho do lote de terra que era 35 hectares de acordo com o INCRA. Mas o Centro de Lançamento, o CLA, reduziu para 15 hectares. Então





isso foi um entrave muito grande, como é que um município em Alcântara pode se dividir, porque a gente vai lá vê a questão dos assentamentos e está lá no INCRA e no ITERMA que um lote de terra tem 35 hectares, que é o correto. E por que o Centro de Lançamento trouxe isso pra 15 hectares? Então isso foi um entrave muito grande. Infelizmente, naquele tempo da luta, o Sindicato se sentia também sozinho. (...) O módulo rural sim, do INCRA, só que é um exemplo, em algumas partes aqui na área do assentamento isso era 35 hectares, e por isso que em Alcântara passou a ter dois módulos rurais diferentes, um com 35 e outro com 15, da parte do Centro de Lançamento.

(DINIZ, Marcos Antônio, Entrevista: 19 de janeiro de 2016).

3.2.3 – Excerto de Entrevista concedida pelo Sr. Aniceto Araújo Pereira em 20 de janeiro de 2016

“Porque é assim, não concordavam com as agrovilas. Agora, se tu me perguntar a data, eu não sei exatamente o mês, mas primeiro teve uma reunião no Peru Velho. Depois do Rio, por que tem o Rio do Peru. Então teve uma reunião. Essa reunião foi que gerou esse fechamento dessa estrada, dessa Baricada na estrada. Aí foi planejado, foi formada uma equipe de carro para ter os carros, foram formadas outras equipes e o povo foi se mobilizando. Seis horas da manhã estava todo mundo lá fechado a estrada, bem ali, não tem a entrada para Espera? Tem aquele campinho, bem ali que foi, bem ali. (...) E que vinha nesse dia uma comitiva de Brasília para visitar o Centro e as agrovilas. [As agrovilas] já estavam todas prontas, já estava pronto, só para relocar. Essa comissão de lá, dos ministros, eles vinham pra ir ver as agrovilas e entregar as agrovilas e daí foi que gerou o fechamento da estrada que eles não foram. (...) Primeiro teve uma reunião lá no Peru e essa reunião foi que gerou o fechamento da estrada, no dia primeiro de abril. (...) Foram todo mundo, que está naquela foto no jornal. Aquela foto, foi que, quando veio os carros de Alcântara, que não passaram, aí foi que gerou, porque até então estava todo mundo. Quando vieram os carros meio dia, que era para ir para Bequimão, porque naquele tempo os carros de transporte eram de Bequimão. Era aquele pessoal de Bequimão que vinham nos carros que iam embora pra Bequimão, aí foi que veio a polícia e aí é que tem aquela foto. (...) Foi um outro fator também [o tamanho do módulo rural] que levou a isso, que eles não aceitavam o tamanho da gleba de terras que eles queriam dar, aí foi



que Sarney decretou. Só para Alcântara, do decreto da Base.”

(PEREIRA, Aniceto Araújo, Entrevista, 20 de janeiro de 2016).

A seleção de fotos abaixo organizada apresenta um conjunto de matérias publicadas em diferentes periódicos que noticiam os enfrentamentos vividos pelos trabalhadores rurais, as ações perpetradas para a implementação da Base na década de 1980.

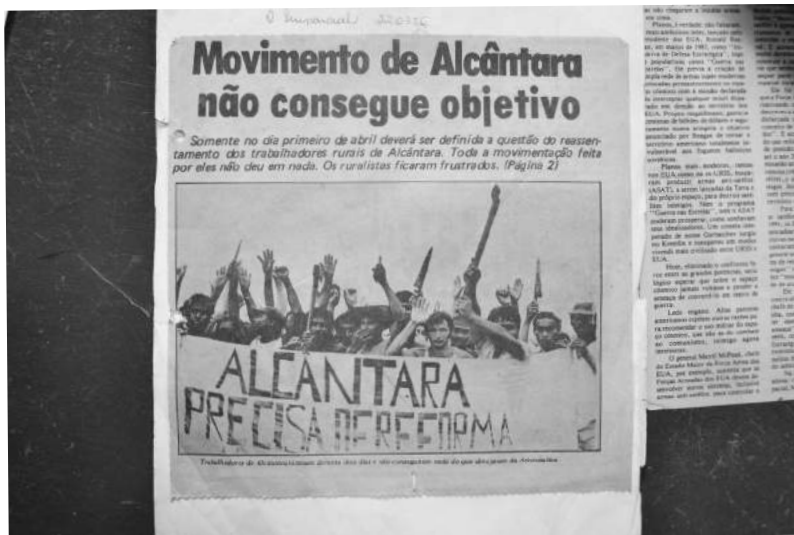


FOTO 8 – Manifestações (Matéria do Jornal Imparcial, 22 de março de 1986, localizado no Acervo do STTR-AL).



FOTO 9 – (Matéria do Jornal Imparcial, 22 de março de 1986, localizado no Acervo do STTR-AL).





Passeata para cobrar o Brasil do lavrador

FOTO 10 – Manchete de Jornal: Passeata para cobrar o Brasil do lavrador (Matéria do Jornal Imparcial, s/d localizado no Acervo do STTR-AL).



FOTO 11 – (Matéria do Jornal de Hoje, 09 de agosto de 1984, localizado no Acervo do STTR-AL).



FOTO 12 - As expectativas criadas pelo governo em relação à promessa de implantação do projeto desenvolvimentista do chamado Centro de Lançamento de Alcântara - Matéria de Jornal não identificado, s/d localizado no Acervo do STTR-AL).



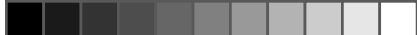


FOTO 13 - Discussão sobre a diminuição do módulo rural das chamadas “agrovilas” realizada por representantes dos trabalhadores rurais e o advogado do STTR-AL, Domingos Dutra. (Matéria do Jornal O debate, 18 de outubro de 1985 localizado no Acervo do STTR-AL).



FOTO 14 - Representantes dos Trabalhadores Rurais, acompanhados por seu advogado Domingos Dutra reunidos na CPT se posicionam contra o chamado “remanejamento” proposto pela Aeronáutica na década de 1980 e contra a redução do módulo rural. (Matéria de Jornal não identificado, s/d localizado no Acervo do STTR-AL).





3.3 Articulações para realização das chamadas audiências públicas e interlocuções com instâncias do poder público ou com aqueles considerados “parceiros” do STTR.



FOTOS 15 e 16 – Crise entre a Base e as comunidades traz Deputada Luiza Erundina de Sousa até o CLA. Representantes das comunidades e os movimentos sociais organizados se mobilizam para serem ouvidos, reunindo-se com ela e sua comitiva na Igreja do Carmo _ foto localizada no acervo do STTR, sem data. Na primeira foto, o dirigente do STTR de Alcântara, Samuel Araújo Moraes, manifestou-se publicamente, enquanto na segunda foto o Sr. Domingos Ribeiro da comunidade de Canelatiua tomou a palavra para dar a conhecer os direitos pertinentes aos domínios territoriais da chamada terra da pobreza, localizada ao nordeste do município.





FOTOS 17 e 18 – Deputada Luiza Erundina retorna à Alcântara para ouvir as reivindicações dos atingidos pela Base Espacial. Na ocasião ela visitou as Comunidades de Santa Maria, Canelatiua (foto acima), Samucangaua e a comunidade de Pepital – localizadas no acervo do STTR.





Foto 19 – Visita do Deputado Federal Fernando Gabeira à Alcântara. Da esquerda para a direita: Inaldo Diniz da Agrovila Espera, então Presidente do MABE, deputado Domingos Dutra, Sr. Samuel Araújo Morais, deputado Fernando Gabeira, advogado Pedrosa da Sociedade de Direitos Humanos, a procuradora Debora Duprat, Nonato Silva (FETAEMA) - localizada no acervo do STTR.



FOTO 20 - Reunião dos representantes das comunidades quilombolas de Alcântara com o então presidente da Fundação Cultural Palmares (FCP-MinC), Carlos Moura; da esquerda para direita: José Ribamar Oliveira (Santa Maria), Samuel Araújo Morais (STTR-AL), Fátima Diniz (MONTRA), Carlos Moura (FCP-MinC), Nonato Silva (STTR-AL), três seguintes não identificados, Ivan Rodrigues (CCN) e Maurício Paixão (CCN) – foto do acervo do STTR-AL.





FOTOS 21 e 22- Reunião dos movimentos organizados de Alcântara na Paróquia da Igreja do Carmo, destaca-se a presença do advogado Domingos Dutra, Samuel Araújo Moraes, Dorinete Serejo Moraes, Adelmo Moraes, dona Leandra, Padre Renê e Irmã Vânia.



FOTOS 23 e 24 – Foto da Primeira Reunião Organizada pelo MABE com apoio do STTR na sede de Alcântara no dia em 16 de maio de 2002, na sede de Alcântara – foto do acervo do STTR-AL.





POSFÁCIO

Patrícia Maria Portela Nunes

*Cynthia Carvalho Martins*³

A ideia de realização de um livro que apresentasse a história do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Alcântara (STTR-AL) está ligada a uma iniciativa de dar visibilidade à memória das lutas dos trabalhadores rurais em seus distintos enfrentamentos. Fundado em 1971 em contexto de intensos conflitos agrários, o STTR de Alcântara inicia suas atividades realizando a árdua tarefa de fazer levantamentos sobre a situação fundiária do município. As pesquisas realizadas no cartório de Alcântara foram tomadas como estratégias de luta no sentido de assegurar os pleitos a favor de uma reforma agrária no Maranhão. Tal levantamento evidenciou, no entanto, particularidades da situação fundiária de Alcântara: casos em que a propriedade da terra foi garantida por herança, havendo inventário e partilha formal de bens; casos de doação; casos de aquisição por compra formal; e casos de terras devolutas.⁴

Nesse sentido, para além das práticas recorrentes de adulteração dos registros de terras, conhecida como *grilagem de terras*, o levantamento realizado no cartório de Alcântara evidenciou um conjunto de situações que bem caracterizam os contextos em que as diferentes comunidades de Alcântara tiveram acesso às suas terras. Registros antigos de terras referidos seja à Lei de Terras de 1850, seja aos diferentes contextos de desagregação das antigas fazendas de algodão ou dos antigos engenhos explicitaram, assim, os diferentes meios de transmissão da terra, descrevendo diferentemente a passagem da

3 Antropólogas, professoras do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

4 ALMEIDA, AW. Os quilombos e a base de lançamento de foguetes de Alcaântara. Brasília: MMA, 2006





situação de escravos para aquela referida à constituição de um “campesinato livre” (MOURÃO, 1975, p. 45)⁵: lugares em que houve doação formal das terras pelos proprietários falidos; lugares em que o proprietário tem como herdeiro filhos de escravos, doando a estes parte de suas terras; lugares em que a doação fora apenas apalavrada, sem registro cartorial; e outros lugares em que o proprietário simplesmente abandona as terras em face do grau de falência de seu empreendimento agrícola.

No entanto, em Alcântara o acesso dos diferentes grupos à terra parece ter ocorrido em diferentes épocas, tornando árduo qualquer esforço de reconstituição histórica sobre o surgimento das atuais unidades sociais através de documentos cartoriais. A pesquisa cartorial baseada no simples registro da cadeia dominial encontra seus limites, conforme observou o advogado Joaquim Shiraishi. Pesquisando nos cartórios de registros de imóveis e notas das Comarcas de Alcântara e Chapadinha, no Maranhão, Shiraishi observou que os registros cartoriais são organizados, a partir de 1850, tomando como critério a “pessoa”, isto é, um “sesmeiro”, uma “divindade” ou um “adquirente”, e não as terras, o imóvel rural⁶. Esta forma de organizar dificulta a identificação daqueles que de fato controlaram as terras, obstando a reconstituição, através destes registros, dos meios que asseguraram a transmissão das terras aos atuais moradores das diferentes unidades sociais designadas *povoados ou comunidades*.

A diversidade de situações identificadas através do levantamento realizado pelo STTR de Alcântara tornou possível aos *associados e delegados* sindicais de Alcântara terem acesso a um conjunto de documentos de terras que foram acionados pelas famílias que se percebem como *atingidas* pelo decreto de desapropriação de terras de 1980 perpetrado pelo governo do Estado do Maranhão para a implantação do designado Centro de Lançamento de Alcântara (C.L.A.)⁷. Nesse sentido, a pesquisa iniciada nos anos 1970 permitiu

5 MOURÃO SÁ, Laís. *O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense*. São Luís: EDUFF. 2007 [1975]. Dissertação de Mestrado. PPGAS/ Museu Nacional/ UFRJ.

6 A esse respeito consultar: SHIRAISHI, Joaquim. *Práticas de Pesquisa Judiciária para identificação das denominadas terras de preto nos cartórios do Maranhão*. São Luís, MPP-UFMA, Série Textos Para Discussão, 1998.

7 O decreto estadual no. 7320 de setembro de 1980 desapropriou 52 000 hectares do município de Alcântara para implantação do dito Centro de Lançamento de Alcântara (C.L.A.). Ao passar para a instância de decisão federal são acrescidos mais 10 000 hectares: o decreto presidencial datado de 8 de





ao conjunto de famílias atingidas pela implantação dessa base de lançamento de foguetes em Alcântara a lutar por seus direitos territoriais apresentando esses antigos documentos como prova desses direitos aos então responsáveis pela implementação dessa base espacial, os militares da Aeronáutica. A esse respeito podemos citar o registro de terras mantido desde a década de 1970 pelo senhor Domingos Ribeiro referente à designada *terra da pobreza* que explicita os termos de uma doação registrada em cartório e reconhecida pela lei de terras de 1850. Ou ainda situações de doação realizada por antigos proprietários de terras a seus filhos com ex-escravas, a exemplo da doação feita por Teotônio de Araújo Cerveira à sua filha Maria de Araújo Cerveira com Cândida Araújo Cerveira. As terras da atual comunidade de Cajueiro II são assim conhecidas como *terras de herança*, beneficiando os herdeiros de Maria de Araújo Cerveira. Portanto, no contexto do conflito social provocado pela chamada *Base*, os agentes sociais recorrem a esses documentos nas reuniões realizadas pelos militares da Aeronáutica como prova dos direitos sobre os territórios tradicionalmente ocupados. Documentos esses que apenas atestam às autoridades a história das coletividades narradas pelos mais *velhos* que lhes fora transmitida por seus ascendentes, referidos ao contexto de acesso aos domínios territoriais. Há ainda relatos de aquisição de parcelas de terras como o referido à comunidade de Itapuaua. De acordo com os entrevistados o pai da Sra. Andreza, irmã do Sr. Antônio Tó, comprou uma parcela de terras após a abolição. Uma outra parcela teria sido doada pelos antigos proprietários da Fazenda Esperança referidos à família Araújo. Trata-se, no entanto, de uma situação em que a doação das terras não fora registrada em cartório levando os agentes ao pagamento de *foro* a pretensos herdeiros.

A proposta de um livro que registrasse a história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alcântara surgiu no “I Encontro: Processo de Consulta sobre o Acervo Digital referente às Comunidades Quilombolas no Brasil”, ocorrido no período de 25 a 26 de setembro de 2015 em São Luís que reuniu sessenta quilombolas de diferentes estados brasileiros. O encontro se constituiu em uma das etapas do projeto “Mapeamento dos Quilombos”, realizado no âmbito do Termo de Cooperação Técnica estabelecido entre o Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia – PPGCS-

agosto de 1991 em seu Art. 1º declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pela União, 62 000 hectares deste município; o que corresponde a mais da metade da área deste e atinge a mais de 2000 famílias de trabalhadores rurais.





PA e o PNUD/SEPIR. Na ocasião um grupo de pesquisadores do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia apresentou o trabalho de montagem de um banco de dados sobre a situação quilombola no Brasil.

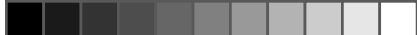
A realização da pesquisa no STTR de Alcântara se constituiu em um desafio no sentido de ler os documentos, entrevistar os presidentes e realizar trabalho de pesquisa nas comunidades atingidas pela implantação da *Base*. Ao longo do período de acompanhamento do STTR dos conflitos gerados pela *Base* ocorreu um acúmulo de documentos de diferentes naturezas, incluindo os documentos reivindicatórios e os produzidos pelo próprio Ministério da Aeronáutica. Identificamos levantamentos cartoriais; documentos de desapropriação das terras; documentos referentes as indenizações; denúncias das famílias por atos de violência como a destruição de roçados ou a expulsão de famílias das casas construídas nas agrovilas; recortes de jornais e fotografias.

Nesse primeiro volume do livro optamos por entrevistar os três últimos presidentes do STTR, o Sr. Antônio Marcos Pinho Diniz, Sr. Samuel Araújo Moraes e o Sr. Aniceto Araújo Pereira e trabalhar os documentos referentes aos eventos e mobilizações organizados pelo STTR em parceria, por vezes, com os movimentos sociais de Alcântara, notadamente pelo Movimento dos Atingidos pela Base Espacial (MABE) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MOMTRA). No segundo volume trabalharemos as trajetórias dos demais presidentes e realizaremos uma análise dos demais documentos, sempre atentas às diferentes formas de classificação, sejam às relativas a designação dos domínios fundiários, classificados no levantamento da Aeronáutica como “fazenda”, no esforço de conferir limites fixos a dominialidades que não se ajustam à noção de propriedade facilitando assim os instrumentos da pretendida desapropriação fundiária.

Nesse livro reunimos as entrevistas e os documentos referentes às chamadas *barricadas, articulações, mobilizações, reuniões e audiências públicas* com representantes de diferentes instâncias municipais, estaduais e federais que bem caracterizam as estratégias da luta a favor da afirmação de expectativas de direito e nos indicam elementos sobre a formação de um “capital militante” (MATONTI e POUPEAU, 2004)⁸. Evidenciam, assim, as trajetórias de agentes sociais que vem acompanhando os conflitos há pelo menos trinta

8 MATONTI, Frédérique e POUPEAU, Franck. Le capital militant. Essai de définition. In: Actes de La Recherche in Sciences Sociales. n. 155, décembre 2004





anos e possuem a possibilidade de identificar as mudanças nas ações oficiais em relação à própria reforma agrária, nos anos 70, ou mesmo em relação à implantação do CLA nos anos 80. Esse conhecimento detido por aqueles que enfrentam as tensões e conflitos agrários no município e o acompanhamento sistemático na defesa dos direitos relativos às territorialidades historicamente constituídas lhes permitem deslindar situações atuais de conflitos que guardam alguma relação com a chamada *Base*. Nas entrevistas realizadas ao longo da pesquisa que subsidiou a organização do presente livro podemos perceber conflitos referidos a demora na efetivação da titulação do território como quilombo certificado desde 2004 pela Fundação Cultural Palmares.

Uma primeira situação observada diz respeito ao problema gerado pela *Base* em função da não indenização das terras desapropriadas que autoriza a pretensos donos de terra a criar um comércio de compra e venda das terras, fundamentados na ideia de que as terras ainda lhes pertencem; ou ainda, valendo-se dos títulos de propriedade, que estão em seu poder, emitem certidões para fins creditícios.

Uma segunda situação ressaltada pelos entrevistados diz respeito à ação de pretensos donos de terras que estão situadas fora da área do decreto de desapropriação de 1980 e dentro da área certificada pela Fundação Cultural Palmares em 2004⁹ como comunidades remanescentes de quilombos. Estes pretensos donos ameaçam constantemente os autodesignados quilombolas de expulsão de seus domínios territoriais oficialmente reconhecidos. A legitimidade do documento de terras portado pelo pretense proprietário das terras que invade os limites referidos ao território da comunidade de Tiquara é, no entanto, questionada pelos dirigentes sindicais posto que a extensão de terras por ele pleiteada é bem inferior ao limite da propriedade que consta no documento por ele apresentado.

A demora na titulação das terras tem, ainda, trazido problemas relativos a direitos previdenciários. De acordo com os entrevistados, com a desapropriação das terras pelo governo federal as certidões necessárias para fins de aposentadoria saíram da competência da prefeitura tornando-se encargo do

9 Conforme dispõe a Portaria n° 35 registrada no Livro de Cadastro-Geral n° 001 da Fundação Cultural Palmares, sob o n°6, em 01 de março de 2004 e publicada no Diário Oficial da União n° 43 de 04 de março de 2004, Seção 1, f 07. De acordo com o registro n.96, f.100 desta Portaria cento e sessenta e cinco comunidades deste município são beneficiadas pelo art. 1° da Lei n°7668 de 22 de agosto de 1988, art. 2°, §§ 1° e 2°, art. 3°, § 4° do decreto 4887 de 20 de novembro de 2003.





CLA. No entanto, as certidões só são emitidas pelos agentes do CLA àqueles trabalhadores rurais que haviam sido cadastrados no período da desapropriação das terras pelo governo federal. Esses cadastros antigos não contemplam aqueles que nasceram posteriormente ou para lá se mudaram por relações de parentesco. Os filhos e netos dos “cadastrados” somente passaram a ter direito a tais certidões através atuação do STTR que incluíram esta demanda em suas pautas de reivindicação. Essa terceira situação propicia um mercado de venda de certidões para fins de aposentadoria, mantendo estreitas relações com a demora na emissão do título de propriedade definitiva do território consoante os termos do artigo 68 do ADCT já que o INCRA concluiu desde 2008 o RTID.

As designadas agrovilas criadas no contexto dos chamados *remanejamentos* das comunidades tradicionais localizadas no litoral, realizados pelos militares em 1986, sofrem pressões agrárias no presente constringendo àqueles que foram “beneficiado” com as chamadas glebas a venderem seus domínios, inclusive para mandatários do poder público, posto que até o presente não receberam os títulos de propriedade dos lotes e das casas ou que receberam terras improdutivas, tomadas por *tiriricas*. Em tais circunstâncias alguns moradores de agrovilas optam por se desfazer de seus domínios vendendo as terras àqueles interessados nas indenizações prometidas pelo governo federal.

A emergência dessa variedade de conflitos agrários em áreas sob a responsabilidade da *Base* como as agrovilas, que são na percepção dos agentes sociais resultado da própria implantação desse projeto no município permanecem irresolutos em face da omissão de técnicos do referido projeto, fundamentados no reconhecimento oficial das comunidades como quilombos e de uma iniciativa em atribuir as responsabilidades de resolução das tensões criadas aos movimentos sociais de Alcântara. Isto é, os dirigentes sindicais ressaltam que são recorrentemente procurados para resolver conflitos agrários produzidos pela própria *Base*. Indagamo-nos em que medida as ações institucionais contribuem para um acirramento dos conflitos e uma transferência de responsabilidade aos próprios trabalhadores rurais das situações produzidas oficialmente.

Estas, dentre outras situações, aparecem na fala dos dirigentes sindicais, conforme o leitor terá a oportunidade de acompanhar, e corroboram com a compreensão da relação de conflito da chamada Base com as autodeclaradas





comunidades remanescentes de quilombo, como bem explicita o Sr. Antônio Marcos Pinho Diniz: *“Todos os conflitos que a gente hoje presencia aqui em Alcântara tem um dedinho da Base. Isso depois de oitenta para cá depois da implantação da Base, não deixa de não ter em todos os conflitos que vieram”*.





ANEXOS

ANEXO 1 – LISTA DOS DELEGADOS ANTIGOS DAS COMUNIDADES – fornecida pelos entrevistados em 19 de janeiro de 2016

Nome	Apelido	Comunidade
Benedito Ancelmo Araújo	Seu Rocha	Portugal
Ludugero		Raimundo Sul
Dionato Ferreira	Donato	Raimundo Sul
Luis de Jesus	Luizinho	Itamatatiua
Maria de Jesus	Maria Cabeça	Itamatatiua
Luciene Almeida		Itamatatiua
Wilson Monteiro		Paraiso
João Galdino		Japéu
Dalvino		Timbira



Memésio		Timbira
João Damasceno		Timbira
Francisco Cavalcante	Chico Cavalcante	Cujupe
Lino		Cujupe
Jose Ribamar Pereira	Zé Pixi	Cujupe
Simeão França		Oitíua
Belmiro Nascimento Pereira		Oitíua
Domingo Alvares Coelho	Possá	Santo Inácio
Bernardo Pereira		Pavão
Paulo Almeida Cunha	Tainha	Pavão
Martinho Pereira		Pavão





Domingos	Domingos Gato	Terra Mole
Dario		Terra Mole
Bernardo		Peroba de cima
Aciole		Itaáú
Raimundinho		Itaáú
José de Ribamar Borges	Zé Mole	Itaáú
Joaquim Amorim		Itapuaua
Ilton		Periaçú
Jerônimo		Periaçú



ANEXO 2 – LITAS DAS ATUAIS DELEGACIAS SINDICAIS DO MUNICÍPIO DE E SEUS RESPECTIVOS DELEGADOS DE BASE _ DOCUMENTO FORNECIDO PELO STTR-AL.

Nº	DELEGAGIA SINDICAL	DELEGADO DE BASE
1	SEDE	Valdirene
2	PEPITAL	Leandra de Jesus Silveira
3	PERU	Antônio Marcos Pinho Diniz
4	MAMUNA	Maria de Fátima Ferreira
5	BRITO	Leonardo dos Anjos
6	CANELATIUA	Antônio de Jesus Serejo
7	PONTA DE AREIA	Sem coordenador no presente
8	SÃO JOÃO DE CORTES	Juliana Ferreira Pereira
9	PERI-AÇU	Paula Cristina Ferreira Melo
10	ITAUAU	Maurício Cantanhede
11	ITAPUAUA	Manoel



12	PEROBA DE CIMA	Vicente Amaral Rodrigues
13	TERRA-MOLE	Eliaotério dos Santos Gonçalves
14	PAVÃO	Sem coordenador no presente

